



MOISÉS PEDRO MATANGUE

**PERCEÇÕES DOS CIDADÃOS SOBRE CONFIANÇA, EFICÁCIA E SATISFAÇÃO COM  
A POLÍCIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO REALIZADO EM MOÇAMBIQUE**

MESTRADO EM CRIMINOLOGIA

DISSERTAÇÃO REALIZADA SOB ORIENTAÇÃO DA  
PROFESSORA DOUTORA CARLA SOFIA DE FREITAS LINO PINTO CARDOSO

**MAIO DE 2016**

## **Resumo**

A presente dissertação é um estudo exploratório que visa explorar as percepções dos cidadãos que possam explicar a confiança, percepção de eficácia e satisfação com a polícia em Moçambique. Caracteriza-se por uma abordagem quantitativa em que se utilizou um questionário constituído por questões divididas em quatro grupos (i) características sociodemográficas, (ii) questões relativas a confiança social, capital social, controlo social informal, (iii) questões relativas a desordens, criminalidade, segurança objetiva e subjetiva; (iv) questões relativas a polícia principalmente as questões relativas a percepção da justiça procedimental. A amostra foi constituída por 154 indivíduos selecionados através da amostragem não probabilística e por conveniência nas cidades de Maputo e Quelimane em Moçambique.

O presente trabalho possui resultados relevantes e na sua predominância são congruentes com os resultados da literatura predominante, demonstrando por um lado, a aplicabilidade no contexto onde se realizou o estudo, das teorias habitualmente utilizadas nos estudos de percepções dos cidadãos em relação à polícia realizados em outros contextos, designadamente a Teoria da Justiça Procedimental.

Assim, sumariamente, observou-se que a confiança na polícia tem como preditores as seguintes variáveis: dever de obediência à polícia, eficiência percebida da polícia, percepção de ilegalidade da polícia, percepção da justiça distributiva, o controlo informal social e a idade. Relativamente à eficácia da polícia tem como preditores as variáveis seguintes: dever de obediência, a eficiência percebida, a percepção de ilegalidade, o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, a percepção do volume da criminalidade na cidade, a prevalência da vitimação, a percepção de honestidade dos outros, a idade e os anos de escolaridade. Por último, à exceção do controlo social informal, a satisfação com a polícia tem como preditores as mesmas variáveis que predizem confiança na polícia, acrescentando-se os contactos compulsivos, o estado civil e os anos de escolaridade.

No fim, discutem-se os resultados obtidos à luz da literatura científica sobre a área. Por outro lado, apresentam-se algumas limitações ao presente trabalho e apontam-se direções as futuras.

**Palavras-chave:** Confiança na polícia; Eficácia da polícia; Satisfação com a polícia; Justiça procedimental

## **Abstract**

The present dissertation constitutes an exploratory study that aims to characterize the perceptions of citizens that explain trust, effectiveness and satisfaction with the police in Mozambique, using a quantitative approach. The study sample consisted by 154 individuals selected through non-probability sampling (convenience sample) in the cities of Maputo and Quelimane in Mozambique that were inquired by questionnaire survey.—The questionnaire incorporated four groups of questions: (i) socio-demographic characteristics, (ii) questions related to social trust, social capital, informal social control, (iii) questions related to disorders, crime, fear of crime and victimization; (iv) questions concerning the police mainly those concerned to procedural justice.

The main results of this study are congruent with the results of the prevailing literature, demonstrating the applicability in the context in which it held the study and the theories commonly, in particular the procedural justice theory.

Thus, in summary the independent variables: obligation to obey the police, perceived police efficiency, the perception of police illegality, the perception of distributive justice, the informal social control and age are the best predictors of trust in the police (dependent variable). The best predictors of police effectiveness were: the obligation to obey the police, perceived police efficiency, perception of police illegality, the effect of concern about the possibility of victimization, the perception of crime in the city, the prevalence of victimization, the perception of honesty of others, age and education level. Except for the informal social control, the same dependent variables that predicts the trust in police adding them compulsive contacts, marital status and years of education.

Finally, we discuss the results in accordance with scientific literature of the. Also, it presents some criticism or limitations of the present study and future directions.

**Key-words:** Trust in the police; police effectiveness; Satisfaction with police; procedural justice

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha Orientadora, Professora Doutora Carla Cardoso. Este agradecimento não é apenas pelos conhecimentos que desde o primeiro contato (início do curso de mestrado que agora termina) transmitiu de forma clara e sábia, mas, pela forma paciente, motivadora, encorajadora e entusiástica com que orientou a elaboração da presente dissertação, desde as primeiras ideias na fase das aulas em que iniciou-se o projeto de pesquisa. Agradeço pela rigorosa orientação teórica e metodológica e pelas técnicas transmitidas no tratamento de dados. A confiança, força, motivação e o entusiasmo que transmitiu, foi fundamental para me erguer e acreditar, quando pensava ou sentia que já não podia mais. Obrigado.

Agradecimento especial para a Professora Josefina Castro que em conversa informal sugeriu a abordagem desta temática, sugestão colhida com mui agrado mostrando-se muito valioso no aprofundamento do conhecimento relativo à polícia no que concerne a forma com que é percebida pelos cidadãos o que é de extrema relevância para a minha profissional.

A todos Professores da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto que, participaram no meu processo de formação. Agradeço igualmente, aos elementos do Corpo Técnico Administrativo da faculdade de Direito sobretudo à secretária-geral, aos serviços de informática e de documentação e à segurança pela atenção e informações prestadas de forma bastante clara e satisfatória. Aos colegas da turma do Mestrado, em particular ao Dr. João Diego Firmino pelo apoio e força transmitida ao longo do percurso em que se elaborou a presente dissertação.

À Comissão Europeia, programa ERASMUS MUNDUS, Projeto KITE coordenado pela Masaryk University (República Checa) pelo financiamento concedido para que a formação que termina com a elaboração deste trabalho decorresse sem maiores dificuldades. Ao pessoal de apoio do gabinete de mobilidade da Universidade do Porto, especialmente a Dr<sup>a</sup> Ana Paiva pela atenção e paciência no esclarecimento de dúvidas desde o momento da aceitação para a realização do curso, a receção, o acompanhamento e integração até o fim do curso.

À Polícia da República de Moçambique, Comando Provincial de Niassa pela autorização concedida para frequentar o curso que culmina com a realização do presente trabalho.

À minha esposa e filhos obrigado pelo apoio e suporte que me concederam. À minha mãe e irmãos por entenderem a necessidade da minha formação. **Muito Obrigado.**

## ÍNDICE GERAL

RESUMO .....	I
ABSTRACT.....	II
AGRADECIMENTOS .....	iii
ÍNDICE GERAL .....	iv
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS .....	VII
ÍNDICE DE ANEXOS.....	VIII
ÍNDICE DE TABELAS .....	IX
INTRODUÇÃO.....	1
1. Contextualização do Objeto de Estudo.....	1
2. Descrição da área do estudo .....	3
2.1 Moçambique: Contexto e antecedentes .....	4
2.2 Direitos humanos e corrupção .....	4
2.3 Segurança e Criminalidade .....	5
2.4 Polícia da República de Moçambique: Origem e evolução .....	6
2.5 Descrição das cidades onde foram aplicados os questionários.....	8
CAPÍTULO I - CONFIANÇA, EFICÁCIA E SATISFAÇÃO COM A POLÍCIA: CONCEPTUALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS .....	11
1.1 Polícia e Natureza do seu Trabalho .....	11
1.2 Confiança na polícia, perceção de Eficácia e Satisfação com a polícia: Conceptualização.....	13
1.2.1 Confiança na polícia .....	14
1.2.2 Satisfação com a polícia.....	15
1.2.3 Eficácia da polícia.....	16
1.3 Teorias e Estudos sobre Perceções dos Cidadãos em relação a polícia.....	16
1.3.1 Teoria de consistência cognitiva.....	18
1.3.2 Teoria do capital social .....	20
1.3.3 Teoria de Janelas Partidas “ <i>Broken Window</i> ”.....	21
1.3.4 Teoria da justiça procedimental “ <i>Procedural Justice</i> ” .....	23
1.3.5 Teoria do desempenho da polícia .....	27
1.3.6 Modelos de policiamento .....	28
1.3.7 Abordagens com base em características sociodemográficas .....	29

1.4 Importância de Estudos Sobre Percepções do Público em relação à polícia.....	33
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>35</b>
2.1 Objetivos e hipóteses .....	35
2.2 Caraterização do estudo .....	36
2.3 População do estudo e constituição da amostra.....	37
2.4 Instrumentos, técnicas e operacionalização das variáveis do estudo .....	37
2.4.1 Variáveis dependentes do estudo.....	38
2.4.2 Variáveis independentes .....	39
2.5 Procedimentos .....	46
2.6 Processamento e análise de dados .....	46
2.6.1. Procedimentos de análise estatística descritiva .....	46
2.6.2. Procedimentos de análise e medidas de associação.....	47
<b>CAPITULO III: ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS) .....</b>	<b>49</b>
3.1 Caraterização da amostra segundo variáveis sociodemográficas .....	49
3.2 Caraterização da amostra segundo percepções de confiança nos outros, capital social e controlo social informal.....	50
3.2.1 Confiança social .....	50
3.2.2. Capital social .....	52
3.2.3 Controlo social informal .....	52
3.3 Caraterização da amostra segundo variáveis relativas a desordens, criminalidade e segurança objetiva e subjetiva .....	53
3.3.1 Percepção de desordens .....	53
3.3.2 Sentimento de insegurança .....	55
3.3.3 Percepção sobre volume da criminalidade e das fontes de informação.....	58
3.3.4 Vitimação direta.....	58
3.4 Caraterização da amostra segundo variáveis relativas a polícia .....	60
3.4.1 Variáveis dependentes .....	60
3.4.2 Contactos com a Polícia.....	62
3.4.3 Alinhamento moral com a polícia.....	63
3.4.4 Dever de obediência à polícia .....	65
3.4.5 Percepção de ilegalidade da polícia/desonestidade .....	66
3.4.6 Percepção de eficiência da polícia .....	66
3.4.7 Equidade procedimental da polícia.....	67

3.4.8 Justiça distributiva da polícia.....	68
3.4.9 Perceção de respeito dos Direitos Humanos pela polícia .....	69
3.4.10 Visibilidade da polícia .....	70
3.4.11 Cooperação com a polícia em situações de crime .....	70
3.4.12 Procedimento para resolução de situação de crime .....	72
3.5 Confiança nas instituições .....	72
3. 6 RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS (ANÁLISE DE CORRELAÇÕES) .....	74
3.6.1 Relação entre as variáveis dependentes com as variáveis sociodemográficas .....	74
3.6.2 Relação entre as variáveis dependentes com as variáveis de confiança social, capital social e controlo social informal .....	75
3.6.3 Relação entre as variáveis dependentes com as variáveis relativas à perceção das desordens, da criminalidade e o sentimento de insegurança .....	78
3.6.4 Correlação das variáveis dependentes com as variáveis relativas a polícia.....	79
3.6.5 Relação entre as variáveis dependentes com outras variáveis.....	81
3.7 ANÁLISE DE REGRESSÃO .....	82
3.7.1 Predição das variáveis independentes a partir das variáveis relativas à polícia ....	82
3.7.2 Predição das variáveis independentes a partir das variáveis relativas a perceção das desordens e criminalidade e segurança objetiva e subjetiva .....	86
3.7.3 Predição das variáveis independentes a partir dos itens relativos relativo a confiança social, capital social e controlo social informal .....	88
3.7.4 Predição das variáveis independentes a partir das variáveis sociodemográficas...	91
3.7.5 Modelo final de explicação das variáveis independentes .....	93
CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES .....	97
4.1 Discussão dos Resultados.....	97
4.2 Conclusões e Limitações do Estudo .....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	110
ANEXOS.....	121

## **LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS**

ACIPOL-Academia de Ciências Policiais  
AGP-Acordos Gerais de Paz  
AI-Amnistia Internacional  
AR-Assembleia da República  
CMM-Conselho Municipal de Maputo  
CPPM-Corpo de Polícia Popular de Moçambique  
CRM-Constituição da República de Moçambique  
DH-Direitos Humanos  
ESS-European Social Survey  
EUA-Estados Unidos da América  
FRELIMO-Frente de Libertação de Moçambique  
ICVS-Inquérito Internacional de Vítimas de Crime  
INE-Instituto Nacional de Estatística  
Km<sup>2</sup>- Quilómetros ao quadrado  
Km-Quilómetros  
LDH-Liga dos Direitos Humanos  
MARP-Mecanismo Africano de Revisão de Pares  
OSTP-Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas  
PC-Policiamento Comunitário  
PEUM-Plano Económico Urbano de Maputo  
PIB-Produto Interno Bruto  
POP-Policiamento Orientado para o Problema  
PRM-Polícia da República de Moçambique  
PSP-Polícia de Segurança Pública  
P-value-Significância estatística  
SD-Desvio Padrão  
TI-Transparência Internacional (TI).  
UIR-Unidade de Intervenção Rápida

## ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I: Tabela 30 .....	121
Anexo II: Questionário .....	124

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Operacionalização das variáveis dependentes do estudo .....	398
Tabela 2: Operacionalização das variáveis relativas confiança social e capital social .....	40
Tabela 3: Variáveis independentes: Operacionalização das variáveis relativas ao sentimento de insegurança.....	42
Tabela 4: Crimes utilizados para obter a prevalência e incidência da vitimação direta.....	43
Tabela 5: Modalidades de contacto voluntário e compulsivos com a polícia .....	43
Tabela 6: Variáveis independentes: Operacionalização das variáveis relativas a Polícia...	44
Tabela 7: Descrição das variáveis sociodemográficas. (N=154).....	49
Tabela 8: Descrição dos itens da variável confiança nos outros. (N=154) .....	51
Tabela 9: Descrição dos itens relativos a variável de controlo social informal. (N=154)...	53
Tabela 10: Frequência percebida das desordens físicas e sociais na área de residência. (n=154.....	53
Tabela 11: Índice relativo a percepção de desordens (N=154) .....	54
Tabela 12: Sentimento de insegurança - medo do crime. (N=154).....	55
Tabela 13: Preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime .....	56
Tabela 14: Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime .....	57
Tabela 15: crimes, proporção da vitimação e proporção de queixas à polícia. ....	59
Tabela 16: prevalência e incidência da vitimação direta. (N=154).....	59
Tabela 17: Caraterização da amostra segundo variáveis dependentes do estudo. (N=154)	60
Tabela 18: Tipos, circunstâncias e proporção de contacto com a polícia. (N=154).....	62
Tabela 19: Prevalência de contacto com a polícia. (N=154).....	63
Tabela 20: Itens que relativo ao alinhamento moral com a polícia.....	64
Tabela 21: Alinhamento moral com a polícia .....	64
Tabela 22: Alinhamento moral, dever de obediência e percepção de legalidade da polícia.	65
Tabela 23: Itens relativo a equidade procedimental da polícia (N=154).....	67
Tabela 24: Equidade procedimental da polícia.....	68
Tabela 25: Justiça distributiva da polícia (N=154).....	69
Tabela 26: Visibilidade da polícia (N=154) .....	70
Tabela 27: Itens relativo a cooperação com a polícia. (N=154).....	71
Tabela 28: Cooperação com a polícia.....	71
Tabela 29: Variáveis relativas a confiança pessoal nas instituições.....	72
Tabela 31: Correlação das variáveis dependentes com as variáveis sociodemográficas ....	74

Tabela 32: Correlação das variáveis dependentes com as variáveis de confiança nos outros, capital social e controlo social informal .....	76
Tabela 33: Correlação das variáveis dependentes com as variáveis relativas ao contexto e a criminalidade .....	78
Tabela 34: Correlação das variáveis dependentes com as variáveis relativas a polícia .....	80
Tabela 35: Correlação das variáveis dependentes com outras variáveis/itens .....	81
Tabela 36: Predição das variáveis independentes a partir das variáveis relativas à polícia	85
Tabela 37: Predição das variáveis independentes a partir das variáveis relativas a perceção das desordens e criminalidade e segurança objetiva e subjetiva .....	87
Tabela 38: Predição das variáveis independentes a partir dos itens relativos relativo a confiança social, capital social e controlo social informal .....	90
Tabela 39: Predição das variáveis independentes a partir das variáveis sociodemográficas .....	92
Tabela 40: Modelo final de explicação das variáveis independentes .....	94

# INTRODUÇÃO

---

## 1. Contextualização do Objeto de Estudo

A presente dissertação elaborada no âmbito do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto inscreve-se na temática de percepções dos cidadãos em relação à polícia, procurando explorar as percepções dos cidadãos em relação a confiança na polícia, a percepção de eficácia assim como a satisfação com a polícia em Moçambique concretamente na cidade de Maputo e Quelimane.

O apoio às instituições como a polícia e outras instituições governamentais tem sido objeto de estudo desde 1950, sendo a maioria dos estudos iniciais, realizados nos Estados Unidos e posteriormente na Grã-Bretanha. Atualmente há uma vasta literatura que aborda as percepções dos cidadãos em relação à polícia no contexto europeu, americano, asiático e africano. Neste âmbito e relativamente ao contexto africano destaca-se a República do Ghana.

De acordo com Norris, (1999) em contextos democráticos as instituições necessitam da cooperação do público de forma a realizarem as suas atividades como é o caso da garantia da segurança aos cidadãos. Rosenbaum (2007) considera que o apoio do público à polícia, constitui um recurso fundamental para a implementação das políticas públicas de segurança, tornando a avaliação das atitudes dos cidadãos em relação à polícia um pilar importante na melhoria da participação pública em programas de prevenção criminal, como por exemplo o policiamento e a colaboração na denúncia de supostos infratores.

Segundo Jackson e Bradford (2010), nas últimas décadas os governos democráticos têm-se preocupado com a perda de confiança nas instituições como o parlamento, as forças armadas e a polícia. O'Neill (2002) sublinhou que a perda da confiança e do apoio às instituições constitui um problema para os governos democráticos dado que estas instituições precisam de ser percebidas como de confiança e eficazes para realizarem as suas funções, designadamente a segurança.

A República do Gana é apontada por Tankebe (2008) como um exemplo para compreender o papel da confiança e eficácia percebida pelo público em relação a polícia. Tankebe analisa as taxas da criminalidade violenta como homicídios e assalto à mão armada, constando que estes se mantiveram constantes até 1999, período em que a relação entre os cidadãos com a polícia e com outras instituições era estável. No entanto, desde o início de 2000, registou-se a perda da confiança na polícia causando uma instabilidade na cooperação dos cidadãos com a instituição. Tankebe (2008) verificou que a partir desse período observou-

se o aumento das taxas de crimes como homicídios, assalto à mão armada e roubo o que de certa forma prejudicou a estabilidade do país ao ponto de ameaçar a democracia. Outro exemplo citado na literatura apontando-se consequências negativas da perda de confiança na polícia, a insatisfação com a polícia e a percepção da ineficácia da polícia é a República da Nigéria. De acordo com Okereke (1993) e Hills (2008) ambos *cit. in.* Kirmizidag (2015) a polícia na Nigéria antes da reforma de 2005 era considerada como corrupta e com práticas de violência contra os cidadãos. Estes factos de acordo com os autores influenciaram para um clima de instabilidade e a exacerbação da violência no país. Os cidadãos não só percebiam que a polícia não agia de forma coerente mas também que a polícia não garantia segurança aos cidadãos. Para além dos exemplos apontados no contexto africano, Kirmizidag (2015) também aponta os Estados Unidos da América (EUA) e a Austrália, onde a perda de confiança e insatisfação com às instituições democráticas, particularmente á polícia mostrou efeitos negativos em relação aos respetivos governos contestados de forma constante.

Nas sociedades em transição e nas que passaram por um longo período de instabilidade a satisfação dos cidadãos com às instituições é muito importante, dado que confere um clima de estabilidade pela crença que se deposita na prossecução do interesse comum. Nestas sociedades, as instituições devem ser confiáveis e eficazes por forma a obterem avaliações positivas na avaliação dos cidadãos de forma a conferir maior estabilidade à sociedade (Kirmizidag 2015).

De acordo com Tyler (2004), a polícia é constituída por servidores públicos precisando por isso lidar-se com avaliações dos cidadãos, de forma a estar preocupado com a percepção da sociedade sobre a qualidade de seus serviços. Para o autor, os estudo que avaliam as percepções do público relação à polícia podem inclusive ser instrumentos valiosos para aprimorar o seu relacionamento com a sociedade, aumentando a capacidade objetiva de prestação de contas, motivando a criação de programas e políticas com maior suporte público. No mesmo diapasão, Oliveira (2011) entende que numa sociedade democrática que supõe o controlo social dos serviços públicos, a opinião pública constitui um elemento importante no processo de avaliação. Nesse sentido, a realização de pesquisas de opinião sobre atuação da polícia mostra-se relevante na medida em que podem ser utilizadas como proxy do desempenho da polícia, seus serviços e a qualidade da sua interação com as comunidades.

Assim, com o presente estudo exploratório procura-se obter as percepções que possam explicar a confiança na polícia, a percepção de eficácia assim como a satisfação dos cidadãos

com a polícia da República de Moçambique (PRM)<sup>1</sup> nas Cidades de Maputo e Quelimane em Moçambique. Esta temática ainda não foi explorada no contexto em que realiza-se o presente trabalho pelo menos na perspetiva como é abordada neste e na literatura predominante. Com este estudo exploratório espera-se contribuir para a literatura existente e também para a criação de base e fonte de consulta bibliográfica para estudos futuros a realizarem-se em Moçambique.

A estrutura do presente trabalho é composta por três capítulos. No primeiro capítulo (I) apresenta-se o referencial teórico que serve de alicerce para a compreensão, análise e discussão dos resultados do estudo. Igualmente faz-se neste capítulo a abordagem teórica de conceitos-chave (Confiança na polícia, perceções de eficácia e a satisfação com a polícia), e apresentam-se as teorias que a literatura tem apontado como fundamentais na explicação das avaliações do público em relação a polícia. Ainda faz-se a abordagem da polícia, mormente ao conceito e a natureza do seu trabalho. No segundo capítulo (II), apresentam-se a metodologia que foi utilizada e descrevem-se os objetivos da investigação. Faz-se a caracterização do estudo, a descrição do instrumento utilizado (questionário) para a recolha de dados e a identificação das variáveis dependentes, independentes e a sua operacionalização. Finalmente expõem-se os procedimentos de análise estatística utilizados, de forma a encontrar as melhores técnicas para a descrição dos dados e para a sua interpretação.

No terceiro capítulo (III) apresentam-se os resultados obtidos na presente investigação, iniciando-se pela caracterização da amostra, seguida da relação entre as variáveis e, ainda, a predição das mesmas a partir de métodos estatísticos utilizados para o efeito. Por fim faz-se a discussão dos resultados da pesquisa, e igualmente apresentam-se as conclusões e sugestões para investigação futura. Antes dos capítulos referidos apresentam na introdução a contextualização do objeto do estudo e a descrição da área onde foi efetuada a recolha de dados para o estudo empírico.

## **2. Descrição da área do estudo**

Nesta secção faz-se a descrição da área onde se realizou o estudo empírico apresentando-se o contexto e antecedentes históricos do país (Moçambique), a perceção relativa respeito de Direitos Humanos, Corrupção, Segurança e Criminalidade, a origem e evolução da PRM e por fim faz-se a descrição das cidades onde foram aplicados os questionários.

---

<sup>1</sup> Criada pela Lei nº 19/92, de 31 de dezembro (publicada no Boletim da República I serie - numero 53, de 31/12/92)

## **2.1 Moçambique: Contexto e antecedentes**

Moçambique é um País localizado ao longo da costa Oriental da África e faz fronteira a norte com a Tanzânia, a noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a oeste com o Zimbabwe e a África do Sul, a sul com Suazilândia e ainda África do Sul e a leste com o Oceano Índico. Possui uma faixa costeira de cerca de 2.470 quilómetros (Km) e uma extensão territorial de 801.590 Km<sup>2</sup>. De acordo com o recenseamento geral da população e habitação realizado, em 2007 o país era habitado por 20.579.265 habitantes dos quais 52% são mulheres. De acordo com a *population pyramid* em 2015 a população moçambicana foi estimada em 27.977.000, numa pirâmide com a base mais larga constituída por faixas etárias mais baixas.

O País ficou independente em 25 de Junho de 1975 tendo sido adotada uma Constituição Socialista estabelecendo um sistema mono partidário e um Estado assente num sistema económico coletivo. Imediatamente à declaração da independência nacional seguiu-se a uma guerra civil que terminou com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz (AGP) em 1992 que possibilitou a realização de uma reforma constitucional que culminou com a aprovação da Constituição Multipartidária em 1999 que reforçou os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos (Reisman e Lalá, 2012). Para os autores desde a independência o país tem registado progressos significativos no sector de educação, tendo alcançado taxas de frequência no ensino primário de quase 70% e uma descida da taxa de analfabetismo de 97% em 1975 para 48.1% em 2010.

No relatório do fórum do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP, 2010) refere-se que durante os últimos 20 anos, Moçambique conseguiu emergir de um país em declínio económico e com um sistema político repressivo para um país macroeconomicamente estável e com uma taxa de crescimento elevada, sendo a agricultura a principal fonte de rendimento para cerca de 83% da população (Reisman e Lalá, 2012). Estes autores observam que a maioria da população trabalha no setor informal da atividade económica.

## **2.2 Direitos humanos e corrupção**

No relatório sobre os DH no mundo, a Amnistia Internacional (AI, 2014/2015) refere que em Moçambique registou-se violação dos DH pela polícia salientando-se execuções extrajudiciais. O relatório apontou ainda o uso ilegal da força pela polícia moçambicana que regularmente detinha pessoas por motivos arbitrários e exigia documentos de identificação com único objetivo de extorquir dinheiro. Salienta-se no relatório em referência que muitas

vítimas de crimes se recusavam a procurar ajuda da polícia por falta de confiança na mesma, o que é congruente com a constatação de Reisman e Lalá (2012) que constataram baixas taxas de queixas ou participação de crimes à polícia influenciado pela falta de confiança na polícia. A PRM é considerada como a principal fonte de corrupção nas avaliações da Transparência Internacional (TI, 2015).

De acordo com o Relatório do MARP (2010) a corrupção em Moçambique continua a florescer. Através do Inquérito Internacional de Vítimas de Crime (ICVS) realizado entre 2011 a 2012 em Moçambique se constatou que a perceção dos níveis de corrupção é significativamente acima da média, destacando-se a Cidade de Maputo com perceções mais elevadas. Num universo de 168 países submetidos à avaliações do índices de corrupção pela agência de TI em 2015, Moçambique ocupou a 112ª com uma pontuação de 31 numa escala de 100 pontos em que valor mais baixo (0) significa mais corrupto e valor mais alto (100) significam menos corrupto, classificando o país como mais corrupto. No relatório do MARP (2010) conclui-se que a corrupção afeta os níveis de confiança dos cidadãos nas instituições do Estado e compromete a construção de um sistema de justiça imparcial.

### **2.3 Segurança e Criminalidade**

De acordo com Borges (2014), após a independência de Moçambique o Estado assumiu o crime como um problema social originado pelas desigualdades resultantes da profunda opressão, humilhação e exploração do homem pelo homem. A solução para o crime passou pela adoção de um projeto socialista que visava a não estratificação social do povo nos aspetos económico, culturais, raciais e étnico-tribais. Para o autor, a opção pelo socialismo pelo novo Estado, demonstrava-se como solução para a eliminação da criminalidade cujas causas estavam claramente associadas as desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão social decorrentes do modo de produção capitalista. Para sustentar seu argumento, Borges (2014, p.5 se baseia no excerto do documento produzido pelo Departamento Interno do Partido 1976, p.5) em que se refere:

*“Só através de uma luta pela criação de uma sociedade, onde todos os homens procuram satisfazer as suas necessidades individuais através da cooperação com outros homens e através do trabalho coletivo organizado é que será possível eliminar definitivamente a criminalidade [...]. Por essa razão a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) definiu desde início que a luta contra a criminalidade é parte integrante da luta de classes [...]*

De acordo com Borges (2014), desde a introdução dos primeiros dispositivos legais para a conversão do Estado Socialista para o Capitalista Neoliberal em 1990, notou-se um contínuo crescimento da criminalidade e da violência nas grandes cidades do país, e os órgãos da administração da justiça especialmente a polícia, passaram a ser percebidos como ineficazes para a prevenção e combate da criminalidade e igualmente se associou à polícia a prática de corrupção, uso excessivo da força e deficiente formação de seus membros.

Os dados recentes relativo a criminalidade em Moçambique indicam que de 2010 a 2014 foram registados pela polícia 94.135 crimes dos quais 65.1% são contra propriedade, 31.55% contra pessoas e 3.35% contra a Ordem e Tranquilidade Públicas. No geral, a criminalidade registada tem uma tendência decrescente, pois, em 2014 foram registados 12.928 crimes, valor muito inferior aos 23.906 registados no ano de 2010, representando uma redução de cerca de 45.92% apesar de um ligeiro aumento em 2012 onde foram registados 20.902 (INE, 2015).

Em relação ao crime violento em Moçambique, Shabangu (2000) considera os grupos de crime organizado como principais incentivadores, sendo esta constatação partilhada por Mosse e Gastrow (2002) que apontam os grupos de crime organizado como portadores ilegais de armas de fogo utilizadas em ações criminosas violentas.

#### **2.4 Polícia da República de Moçambique: Origem e evolução**

Para Pelembe (2005) a história da Polícia da República de Moçambique (PRM) confunde-se com a história do país. Para o autor, as atribuições, funções e a evolução da polícia moçambicana acompanhou o contexto social, político e económico do país. Antes da independência funcionava a polícia colonial portuguesa – Polícia de Segurança Pública (PSP), que visava defender as instituições coloniais, os cidadãos portugueses originários ou assimilados e seus respetivos bens. Com a assinatura dos Acordos de Lusaka em 1974 foi criado o Corpo de Polícia da República Popular de Moçambique (CPPM), através do Decreto-lei n.º 54/75 de 17 de Maio para a defesa da ordem e segurança pública. Em 1979 através do Decreto-lei n.º 05/79 de 26 de Maio e como corolário da revisão da Constituição da República Popular de Moçambique, foi criada a Polícia Popular de Moçambique (PPM).

De forma a adequar a polícia à conjuntura e exigências políticas e socioeconómicas do país, em 1992 foi criada a Polícia da República de Moçambique (PRM) através da Lei n.º 19/92 de 31 de Dezembro, uma força paramilitar integrada no Ministério do Interior sob a direção do Comando Geral da Polícia. Assim, conforme o artigo 254º da Constituição da

República de Moçambique (CRM 2004), a PRM tem a função de garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

As transformações da polícia moçambicana visavam igualmente responder a preocupação do Estado moçambicano com a criminalidade desde a fase da independência político-administrativa até a fase do Estado de Direito Democrático decorrente da aprovação da constituição de 1990. A partir deste período (1990) se verificou o incremento de problemas na área de segurança pública, originados pelo colapso do Estado Social que estabelecia mecanismos próprios de encorajamento das comunidades na aplicação de medidas de controlo social em relação aos considerados desviados, num pressuposto de que a polícia era o povo e o povo era a polícia (Mosse e Gastrow 2002). De acordo com Borges (2014), com as transformações sociopolíticas, de forma gradativa o controlo do crime passou a ser da estrita responsabilidade da Polícia e dos demais órgãos da administração da justiça (Tribunais, Procuradorias, etc.). Para Borges neste período observou-se que a relação entre a polícia e a comunidade começou a deteriorar-se por conta do crescimento da criminalidade, tendo originado diversas manifestações populares inicialmente pacíficas e posteriormente violentas, configurando-se em linchamentos devido ao desagrado com o serviço prestado pela força policial no combate à delinquência

Em 1997 foram iniciadas as primeiras reformas na PRM focalizando na reorganização e estruturação da formação e apetrechamento das esquadras, comandos provinciais e centros de formação. Neste âmbito, em 1999 através do Decreto 24/99, de 18 de Maio, criou-se a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), instituição de ensino superior em ciências policiais encarregue na formação de oficiais de nível superior, como forma de profissionalizar o trabalho da polícia e melhorar o desempenho da corporação na prevenção e combate a criminalidade através do conhecimento científico. A criação da ACIPOL teve em vista dar respostas eficazes à crescente violência e criminalidade que se vivia em alguns centros urbanos em Moçambique, bem como possibilitar certa autonomia dos policiais nos processos de tomada de decisão sem influências políticas (Borges, 2012). Contudo, o autor salienta que não obstante ter-se iniciado diversas reformas na polícia, as mudanças introduzidas como forma de adequar as missões da polícia aos princípios estruturantes do Estado Democrático e de Direito, não tem possibilitado um ajuste entre os conhecimentos técnico-científicos obtidos na academia e as práticas profissionais dos policiais mais antigos que demonstram certa inércia e resistência a mudanças na cultura policial.

Para o autor existem na PRM culturas profissionais distintas herdadas no contexto político-social a que o grupo pertence, o que resulta em práticas antagónicas na conceção do trabalho policial prevalecendo geralmente a visão dos polícias mais antigos por estes se encontrarem em posições hierarquicamente privilegiadas.

## **2.5 Descrição das cidades onde foram aplicados os questionários**

Nesta subsecção apresenta-se a descrição das cidades de Maputo e Quelimane nos aspetos relativos à sua localização, habitantes, estrutura urbana, aspeto relativa à criminalidade e ao seu controlo.

### **(i) Cidade de Maputo**

Maputo é a capital e a maior cidade de Moçambique e está localizada no sul do país. De acordo com o Conselho Municipal de Maputo (CMM, 2011) a cidade ocupa uma superfície 347 km<sup>2</sup> com uma população total de 1.178.116 residentes dos quais 608.569 são do género feminino e 569,447 são do género masculino e possui uma densidade populacional de 3.396 hab/km<sup>2</sup> e conforme INE (2007) para 2015 a população projetada era de 1.241.702.

De acordo com Ventura, Pazero, Hoelich, Bennaton e Llop (2013) Maputo é a cidade que tem as melhores infraestruturas e serviços públicos e privados em Moçambique, é dotada de uma rede de estradas e caminho-de-ferro que a ligam aos principais centros urbanos do país. Do universo da população urbana moçambicana, cerca de 40% reside na cidade de Maputo produzindo-se 20.2% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional. Segundo Verena *et al.* (2013), 52% de habitações na cidade de Maputo possuem água canalizada, 45.9% unidades de habitação usam eletricidade, 39.9% usam petróleo ou gás, e nas outras unidades de habitação recorre-se a iluminação por vela, bateria ou lenha. Conforme o INE (2007), 13.7% das unidades de habitação tem casa de banho com rede de esgotos, 21.6 fossa séptica, 33.6% latrina melhorada e 30.6% latrina não melhorada.

No que tange às principais atividades económicas, na cidade de Maputo os sectores do comércio, transportes, comunicações e indústria manufatureira são os mais significativos. No entanto, é no sector informal onde se encontra a maior força de trabalho (64.4%) seguido do sector privado formal com 19.7% da população empregada (Ventura, *et al.*, 2013). Conforme o Plano Económico Urbano de Maputo (PEUM *cit. in.* Verena *et al.*, 2013) a taxa de emprego na cidade de Maputo até 2012 era de 62.3%.

Como relatam Tvedten, Mangueleze e Uate (2015), na cidade de Maputo os resíduos sólidos ou lixo são claramente visíveis por toda cidade. Nas áreas mais povoadas,

economicamente mistas e comerciais o lixo é visível não apenas nos contentores mas também à volta assim como nos mercados informais.

No concernente a estrutura e características da cidade de Maputo, Andreatta e Magalhães (2011) na sua análise adota três "tipologias" nomeadamente: a *cidade de cimento* referindo a cidade que foi construída pela urbanização portuguesa e atualmente correspondente à malha urbanizada formal e ordenada. A *cidade informal* designando aquela onde a ocupação habitacional tem geralmente o aspeto de alvenaria e a *cidade de caniço* referindo-se à aquela que apresenta aspeto geral de moradia mais precária.

Relativamente à segurança pública em Maputo, a PRM especificamente o ramo de OSTP efetua diariamente o policiamento ostensivo, entretanto, de acordo com Bertelsen e Chauque (2015) esta força é de longe a maior presença da polícia ao nível da rua, sendo auxiliada pela unidade de intervenção rápida (UIR). No estudo sobre a governação municipal realizado na cidade de Maputo em 2012, os munícipes apontaram de entre outros problemas a criminalidade, a insegurança e a falta de policiamentos nos bairros. Para ultrapassar estes problemas e garantir a maior aproximação da polícia à comunidade foi introduzido o sistema de policiamento comunitário (PC) que na ótica de Bertelsen e Chauque (2015) visa reduzir a criminalidade através da participação dos cidadãos, democratizar a polícia e o seu desempenho fortalecendo a coesão social das comunidades e a sua confiança e satisfação com a polícia. Entretanto, no estudo de satisfação dos munícipes realizado pelo CMM em 2013, conclui-se que 55% dos indivíduos inquiridos reportam estar insatisfeitos com o CMM devido a vários fatores, de entre os quais a falta de segurança constatando-se que os bairros ou áreas de alta densidade populacional e de baixo rendimento são os mais problemáticos. Estes bairros geralmente são caracterizados por roubos, assaltos à mão-armada e violações.

Apesar da criminalidade registada mostrar uma tendência decrescente no país, na Cidade de Maputo verifica-se cenário contrário, pois a título exemplificativo do ano 2012 a 2013 observou-se um aumento de crimes registados pela polícia em 10%, isto é, em 2012 foram registados 5.920 crimes contra 6.508 registados em 2013, destacando se os crimes contra propriedade seguido dos crimes contra pessoas (Ventura, *et. al.* 2013). Através do ICVS realizado em Moçambique entre 2011 a 201e, observou-se na cidade de Maputo taxa de vitimação bastante elevada (Reisman e Lalá, 2012). Em relação a fontes de informação, o estudo do (CMM, 2013) conclui que de forma geral, os cidadãos informam-se sobre questões locais através de diferentes canais como jornal, rádio e televisão, sendo a televisão o meio de comunicação de maior acesso nos bairros

### (i) Cidade de Quelimane

A cidade de Quelimane é a capital de província da Zambézia e é administrativamente um município com um governo local eleito. Ocupa uma área de 117 km<sup>2</sup> e em 2007 tinha uma população total de 195 758 habitantes. De acordo com as projeções do INE, em 2015 esperava-se na cidade de Quelimane uma população total de 241 077 distribuídos por diversos bairros. De acordo com Xavier (2013) a maioria da população é do género masculino. Em relação a rede elétrica, aproximadamente 36% da população da cidade têm a eletricidade como fonte de iluminação e 50% utiliza petróleo de iluminação.

De acordo com Lalá (2013) a atividades económica na cidade é impulsionada pelo Porto de Quelimane que constitui centro de uma importante indústria pesqueira e possui um importante significado potencial socioeconómico ao nível local e regional. Xavier (2013) aponta o desemprego como a principal preocupação da juventude que tem como refúgio o comércio informal e ou formal.

A estrutura da cidade de Quelimane é notoriamente caracterizada pela existência de duas zonas distintas: a zona central “*cimento*” constituída por quatro pequenos bairros onde se localizam os serviços administrativos e as residências de altos funcionários do Estado e de grupos de posição económica e social mais elevada. A segunda é a *zona periférica* adjacente à primeira. Os bairros da zona periférica são maioritariamente formados por casas construídas com estacas e cobertas por chapas de zinco ou capim. São atravessados por pequenas ruas muito estreitas, muitas sem iluminação e fisicamente degradadas. A zona suburbana é caracterizada como assustador principalmente no período da noite pois há um crescente número de assaltos a residências e aos que passam pelas ruas e o policiamento é raro (Xavier, 2013).

No ICVS realizado entre 2011 a 2012 se constatou que na cidade de Quelimane se reportou níveis mais elevados de vitimação com uma taxa de 49% em comparação com a cidade de Mbabane na Suazilândia com 43%, e Joanesburgo na África do Sul com 39%. Estas taxas de vitimação foram associadas à superlotação dos assentamentos urbanos (Reisman e Lalá 2012). De acordo com Xavier (2013) a segurança pública em Quelimane é feita pela PRM geralmente a polícia da OSTP através do policiamento ostensivo.

Na cidade de Quelimane como outros centros urbanos do país, registou-se um crescimento desordenado de habitações e observa-se a ineficiência na gestão de resíduos sólidos e a degradação dos edifícios (Xavier, 2013).

## CAPÍTULO I - CONFIANÇA, EFICÁCIA E SATISFAÇÃO COM A POLÍCIA: CONCEPTUALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

---

### 1.1 Polícia e Natureza do seu Trabalho

A palavra *polícia* deriva do termo grego *Polis*, usado para descrever a constituição e organização da autoridade coletiva, e encontra-se intimamente ligada à noção da política que se traduz na forma como a autoridade coletiva exerce o seu poder (Costa, 2004). Peter (1977) refere que a ideia de polícia que temos hoje é produto de fatores estruturais e organizacionais que moldaram o seu processo histórico de transformação. Partilhando a mesma perspetiva, Valente (2014), considera que o conceito de polícia evoluiu ao longo dos tempos dado o carácter dinâmico da própria polícia e o respeito pelos princípios constitucionais e democráticos e pela constante evolução da sociedade pós-moderna.

Nierderhoffer e Blumberg (1976) vêem a polícia como instituição que tem por função regular as relações interpessoais por meio da aplicação de sanções coercivas. Esta conceção de acordo com Costa (2014), exclui outras funções desempenhadas pela polícia tais como a prestação de socorros, assistência às populações carenciadas e apoio às instituições comunitárias. Para Bayley (1979, p. 328) “*a polícia é uma organização destinada ao controlo social com autorização para utilizar a força caso necessário*”. A perspetiva de Bayley na ótica de Costa (2004) apresenta dois aspetos designadamente: o controlo social e a possibilidade de uso da força, ressaltando que tal definição não apresenta diferença entre a polícia e a força do exército. Contudo, da perspetiva de Bayley (1979) sobre a polícia, Costa (2004) encontra diferença nas situações em que normalmente cada uma das instituições atua, sendo que as forças armadas são utilizadas em situações excecionais enquanto a polícia quotidianamente é utilizada para o controlo social. Assim, para o propósito do presente trabalho adota-se a perspetiva de Bayley por mostrar-se mais adequada.

Segundo Goldstein (2003) nas abordagens relativas a natureza do trabalho da polícia, nota-se uma grande complexidade que começa pela dependência da polícia no sistema de justiça criminal, o que concorre para a tendência de classificar grande parte das atividades da polícia como ligadas à criminalidade o que faz com que no imaginário popular, os dois sejam entendidos como a mesma coisa. Silva e Beato (2013) entendem que existem contrastes entre o trabalho policial e as operações do sistema de justiça, principalmente pelo facto de a polícia passar parte significativa do tempo tratando de assuntos não relacionados ao crime.

Segundo Silva (2011), em sociedades democráticas as instituições policiais são normalmente identificadas como responsáveis pela manutenção da ordem pública, zelando pelos direitos individuais dos cidadãos, o que coloca ao trabalho da polícia desafios diversos. O autor sublinha que a possibilidade de utilização da força fornece aos polícias um poder peculiar e delicado pelo facto do uso da força quando necessário, exigir sempre estar relacionado à preocupação de garantir os direitos individuais. Skolnick (1996) argumenta que a polícia em contextos democráticos sofre um conflito pelo facto de por um lado, ser requerida para a manutenção da ordem sob a observância dos princípios do Estado de Direito, e por outro lado, a exigência de eficácia na atuação dos seus membros que inúmeras vezes, propicia a não observância estrita dos direitos dos cidadãos o que propicia uma tensão entre a demanda da ordem pública e o respeito aos direitos dos cidadãos.

De acordo com Silva (2011) o trabalho da polícia envolve o perigo e a autoridade. A presença do perigo na atividade da polícia coloca os seus membros em alerta e isola-os dos outros cidadãos devido a um comportamento contínuo de desconfiança, estimulando no agente da polícia uma conduta focada na defesa pessoal que tende a ser compulsiva devido ao desenvolvimento da ansiedade e medo. A autoridade igualmente potencializa o isolamento pois, transforma o agente da polícia em cidadão distinto aos olhos dos cidadãos comuns, e em situações de perigo torna-se um recurso para prevenir possíveis ameaças perturbando o processo de julgamentos reflexivos que aconteceriam em situações de calma. Skolnick (1996) sublinha que a combinação do perigo e da autoridade configura uma tendência cognitiva importante, porém, problemática por constituir uma ameaça ao Estado de Direito. Costa (2004) entende que nas sociedades democráticas a combinação do perigo e da autoridade constituiria uma ameaça e um problema para o trabalho da polícia caso esta instituição for considerada como centro do processo de controlo social.

Segundo Saporì e Souza (1999) os elementos de perigo, de autoridade e a demanda pela eficácia nas organizações policiais fazem parte de um processo de institucionalização da violência como instrumento de trabalho para a prevenção de crimes ou resolução mais rápida de conflitos, o que traduz a ideia de que a polícia é responsável por retirar da sociedade os indivíduos desviantes tornando a violência contra criminosos uma ação moralmente justificável e aceite. Para Costa (2004) diversos sectores da sociedade aceitam a ideia de que há tensão entre a manutenção da ordem e o exercício do poder em regimes democráticos. Skolnick (1966, p. 6) sublinha que *“Se as polícias pudessem manter a ordem sem se preocupar com os aspetos da legalidade, as suas dificuldades diminuiriam*

*consideravelmente, contudo, elas estão inevitavelmente preocupadas em interpretar a legalidade, uma vez que usam a lei como instrumento de ordem”.*

Entretanto, (Costa, 2004) entende que a capacidade reduzida da polícia em realizar o controlo social principalmente na prevenção do crime não é necessariamente condicionada pelos limites democráticos impostos, mas sim pela forma como a questão do controlo social é colocada, pois, as polícias não são as únicas agências estatais encarregues de realizar o controlo social.

Bowling e Foster (2002) sublinham diferenças entre as instituições em função do controlo social exercido sendo a polícia distinguida pela contenção de massas através da força, por vezes, coberto pelo poder discricionário. Muniz (2006) entende que a discricionariedade da ação da polícia é uma prática imprescindível na profissão policial no Estado democrático apesar de que para muitos, o poder discricionário favorece a aplicação seletiva da lei e constitui aspeto mais relevante na interferência na liberdade dos cidadãos.

De acordo com Silva (2011) o aumento do crime nas últimas décadas bem como o desenvolvimento de uma cultura de controlo do outro apresenta desafios ao trabalho da polícia dado que esta instituição é percebida como responsável para lidar com o sentimento de insegurança.

Para o contexto onde se efetuou o estudo, a PRM de entre outras atribuições, é responsável pela prevenção e combate da criminalidade. A polícia moçambicana é uma força paramilitar, isto é, possui características semelhantes às forças militares. O seu funcionamento segue a política pública de defesa e segurança, entendida como conjunto de princípios, objetivos e diretrizes que visa defender a independência nacional, preservar a soberania, a integridade do país, garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos<sup>2</sup>.

## **1.2 Confiança na polícia, perceção de Eficácia e Satisfação com a polícia: Conceptualização**

Nesta secção apresentam-se os principais conceitos do presente estudo nomeadamente: confiança na polícia, perceção de eficácia e a satisfação com a polícia e a algumas considerações teóricas.

---

<sup>2</sup> Artigo 1º da Lei nº 17/97, de 1 de Outubro

### 1.2.1 Confiança na polícia

Kaariainen (2007) entende que ao conceito de confiança tem sido associada a legitimidade e sublinha que estes dois conceitos são próximos mas substantivamente diferenciados. Para o autor, a noção de legitimidade remete para a ordem social definida de modo impessoal no quadro de uma determinada sociedade, e a noção de confiança traduz a experiência pessoal dos indivíduos relativamente ao comportamento de um indivíduo ou instituição. Tyler (2004) e Terpstra (2011) distinguem a legitimidade normativa da legitimidade social. A legitimidade normativa da polícia na perspectiva de Tyler, (2004) consiste na racionalidade do direito e de outros princípios formais enquanto a legitimidade social fornece uma estrutura moral da polícia para explicar e justificar a sua atuação aos cidadãos fazendo com que as pessoas entendam a autoridade da polícia e aceitem que a polícia tem o poder de determinar o seu comportamento mesmo contra sua vontade. O autor argumenta que a legitimidade normativa centra-se sobre os princípios de justiça da autoridade policial na regra escrita do Direito e não se correlaciona com a confiança e nem com outras atitudes dos cidadãos em relação à polícia, enquanto a legitimidade social fornece ao público uma base para a confiança na polícia pela crença na capacidade da polícia ser uma instituição que protege os cidadãos.

De acordo com Hawdon (2008) a legitimidade é essencialmente um conceito de nível institucional, enquanto a confiança se refere ao nível da agência individual: "*o papel é legítimo, o indivíduo tem a confiança*" e aplicando esta perspectiva ao papel da polícia, um agente será de confiança quando os indivíduos acreditarem que o seu comportamento é consistente com o desempenho expectável e inerente à sua posição no sistema das forças de segurança. Seron, Pereira e Kovath, (2004), entendem que a confiança na polícia assenta num conjunto de representações sociais e normativas que os indivíduos possuem em relação às instituições e o modo como os agentes devem desempenhar os papéis sociais que lhes são atribuídos.

Frank, Smith e Novak (2005) diferenciam a confiança em dois tipos: *confiança difusa* entendido pelos autores como um indicativo da legitimidade da autoridade da instituição policial e permite ter uma opinião geral sobre a polícia; *confiança específica* permite obter atitudes, sentimentos e opiniões específicas em relação ao comportamento de agentes da polícia de forma isolada na interação com os cidadãos. Por sua vez, Oliveira (2011) associa a confiança difusa à legitimidade e é entendida como resultado da avaliação geral do desempenho da organização, sendo que tais avaliações se estabelecem a partir de

pronunciamentos gerais sobre a natureza do trabalho e do papel geral da instituição enquanto a confiança específica é construída a partir de resultados específicos obtidos por representantes da instituição e os benefícios esperados pelos cidadãos.

Hawdon (2008) considera que a confiança e a legitimidade são conceitos substantivamente diferentes, porém, indissociáveis o que é comungado por vários autores (Luhman 1988; Giddens 1995; Seron, *et. al.* 2004; Frank *et. al.* 2005; Goldsmith, 2005 e Oliveira 2011). A não dissociação dos conceitos referidos encontra justificação na perspectiva de Tyler (2004) que considera a confiança como o elemento mais importante da legitimidade. Por sua vez Giddens (1995), entende que a confiança é uma componente importante na percepção da legitimidade dado que esta acarreta uma conotação de credibilidade e respeito às ações de indivíduos ou ao funcionamento do sistema.

Conceptualmente a confiança de acordo com Luhmann (1988) é a expectativa de que outra pessoa irá se comportar de uma maneira benéfica para o indivíduo e que este não terá intenções nocivas. Para Goldsmith (2005) a confiança é uma crença de que uma instituição promove o bem coletivo ainda que indiretamente e beneficia o cidadão ou grupo do qual faz parte, não é desvirtuada ou se desvirtuará e obedece procedimentos sem prejudicar os indivíduos. Por sua vez Stoutland (2001) define a confiança como uma expectativa positiva para com indivíduos e instituições e está associada à legitimidade. A confiança pode ainda ser entendida como um estado de espírito que vai além da experiência concreta. É principalmente na opinião de Hawdon, (2008, p. 186) *"a crença de que uma pessoa ocupando um papel específico vai exercer esse papel de uma maneira consistente com as expectativas sociais e normativas definidas e associadas a esse papel..."*

Assim, para a presente dissertação serve-se principalmente pela definição dada por Hawdon (2008) por mostrar-se mais adequada à perspectiva sob análise.

### **1.2.2 Satisfação com a polícia**

De acordo com Jackson e Bradford (2010) a satisfação é um conceito utilizado pela polícia para avaliar o grau de satisfação dos cidadãos em relação às suas ações. Brown e Evans (2009) abordam a satisfação com a polícia como uma perspectiva restrita dos conceitos que valiam as percepções públicas em relação à polícia por se reservar apenas às avaliações daqueles que no passado usaram ou contactaram o serviço da polícia.

Yusuf e Tepe (2013) entendem que a satisfação dos cidadãos em relação a polícia tem como ponto central os diversos modelos de policiamento introduzidos pela polícia como

agência de controlo social. Os modelos de policiamento introduzidos designadamente o policiamento orientado para o problema (POP), policiamento comunitário e de proximidade promoveram uma nova parceria entre o público e a polícia o que nos estudos de satisfação com a polícia melhorou as percepções do público (Trojanowicz e Bucqueroux 1990).

### **1.2.3 Eficácia da polícia**

De acordo com Wycoff (1982) as pesquisas relativas ao trabalho da polícia são caracterizados por problemas que por um lado consistem em encontrar variáveis que medem o resultado, e o por outro lado, em encontrar variáveis que medem o esforço com que os agentes da polícia se dedicam para lidar com o problema do crime e outros conexos. Grabosky (1988) entende que o conhecimento da eficácia e eficiência do trabalho da polícia na prevenção da criminalidade implicaria o conhecimento do número de infrações prevenidas o que é extremamente difícil. De acordo com o autor, algumas pesquisas onde se procura avaliar o trabalho da polícia utilizam a eficácia e eficiência, entendendo se a eficácia como a extensão que a polícia cumpre ou alcança um determinado objetivo decorrente das suas atribuições. Enquanto a eficiência reflete a unidade relativa a custos em que a polícia realiza as suas atividades. Oliveira (2011) sugere que para compreender as percepções do público em relação ao trabalho da polícia deve-se recorrer a uma avaliação do desempenho da organização a partir dos resultados específicos obtidos pelos representantes da instituição e Neyroud (2009) considera que a medição do trabalho da polícia é bastante complexo pelo facto da polícia ter múltiplos objetivos associados a multidimensionalidade da sua tarefa.

A percepção de eficácia da polícia é importante porque afeta diretamente a cooperação do cidadão com a instituição, pois, se a sociedade percebe que a polícia é eficaz na resolução de crimes, esta vai cooperar acionando-a em situação de crime e não hesitará em dar informações (Skogan 2009). Esta linha é partilhada por Nagin (1998) que considera a eficácia percebida como elemento que assegura a cooperação do público e a obediência à lei. Tankebe (2008) num estudo realizado com uma amostra de residentes da cidade de Acra na República do Ghana constatou que as percepções dos cidadãos sobre a eficácia da polícia têm um impacto direto no desempenho da polícia.

### **1.3 Teorias e Estudos sobre Percepções dos Cidadãos em relação a polícia**

No contexto europeu, americano, asiático e em alguns países africanos particularmente na República do Ghana, vários estudos empíricos têm sido conduzidos tendo em vista examinar os fatores que influenciam as percepções do público em relação à polícia. Estes

estudos na perspectiva de Terpstra (2012) podem ser divididos em quatro grupos nomeadamente:

(i) *Demográficos e de atitudes* têm como base a análise de características individuais como idade, género, escolaridade, estado civil, rendimento e etnia. Mais tarde foram incluídas outras dimensões designadamente a satisfação com a vida em geral ou orientação política, o sentimento de insegurança, a vitimação, a confiança social e a confiança em outras instituições;

(ii) *Estudo sob perspectiva internacional*: às características analisadas nos estudos anteriores foi adicionado o comportamento dos polícias, fator considerado essencial nos estudos sob prima internacional. Vários autores (Scaglione e Condon 1980; Muir 1997; Reiner 2010) são unânimes em afirmar que o comportamento da polícia é fundamental na avaliação do público podendo influenciar para percepções negativas ou positivas;

(iii) *Estudos sob abordagem contextual*: embora os estudos desenvolvidos com base em características demográficas e sob perspectiva internacional tenham indicado fatores que explicam as percepções do público em relação a polícia, constatou-se que o contexto também poderia determinar a confiança e a satisfação com a polícia, e é nesta perspectiva que se realizam estudos sob abordagem contextual. As atitudes do público sob perspectiva contextual são fundamentalmente obtidas pela sua percepção em relação ao meio social em que o indivíduo vive, salientando-se aspetos relativos a vizinhança, organização da sociedade, os laços nele estabelecidos incluindo a percepção das desordens ou incivildades;

(iv) *Perspetiva sistémica*: estudo sob a perspectiva sistémica habitualmente são desenvolvidos no ramo das ciências policiais e englobam todas características abordadas nos estudos descritos anteriormente. Oliveira (2011) considera que as atitudes do público em relação à polícia são moldadas por avaliações feitas em relação ao desempenho da polícia, sendo estas influenciadas pelas características individuais, pelo lugar que ocupam na estrutura social e pela experiência prévia de contacto com os serviços da polícia.

Cada grupo de estudos utiliza determinadas variáveis cuja sua fundamentação na predição das percepções de confiança, eficácia e satisfação com a polícia é baseada em algumas teorias que a seguir apresentam-se.

### **1.3.1 Teoria de consistência cognitiva**

De acordo com Terpstra (2012) às características individuais tidas em conta nas pesquisas sociodemográficas foram mais tarde completadas por outros fatores individuais baseadas em atitudes. Estas atitudes incluídas nos estudos que avaliam a percepção dos cidadãos em relação à polícia de acordo com o autor foram baseadas em estudos sob teorias de consistência cognitiva e comportamento social, destacando-se a teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957).

Rodrigues (1966) parafraseando Festinger, (1957, p.3) a teoria da dissonância cognitiva postula que as atitudes tendem a se agrupar dando conta das consequências psicológicas de expectativas não confirmadas e serve como integradora de percepções relativas aos fenómenos que participam na formação e mudança de atitudes. O ponto central da teoria da dissonância cognitiva é a busca de uma harmonia em conhecimentos, opinião, ou crença acerca do ambiente ou acerca de comportamentos face às expectativas esperadas, ocorrendo dissonância quando duas opiniões, crenças, ou itens de conhecimento não se encaixam um com o outro, ou seja, são incompatíveis.

Pesquisas que analisam as atitudes e opiniões dos cidadãos incluídas nos estudos demográficos têm concluído que a percepção de satisfação com a vida e com as instituições em geral influenciam as percepções relativas à polícia (Terpstra 2012). Outros autores (Skogan 1978; Jang, Joo e Zhao 2010) constataram que a satisfação com a vida e com as instituições em geral possui um efeito nas percepções de confiança e satisfação com a polícia, sublinhando-se que os inquiridos que estão insatisfeitos reportam percepções menos favoráveis à polícia do que aqueles que estão satisfeitos.

As atitudes e opiniões relativas à segurança objetivas e subjetivas na perspectiva de Terpstra (2012) encontram fundamento na teoria da dissonância, pelo facto dos cidadãos perceberem uma dissonância entre expectativas esperadas (ausência do sentimento de insegurança e a vitimação) sendo que o facto de sentir-se inseguro e ter sido vítima de crime possui consequências psicológicas que levam a avaliações negativas por existir expectativas não confirmadas.

Pesquisas sob esta perspectiva têm concluído que as taxas de criminalidade em áreas residenciais têm forte impacto sobre a percepção dos cidadãos em relação a polícia (Jesilow e

Meyer 1995). Estudos realizados em diferentes regiões têm mostrado que a confiança do público na polícia é mais baixa em regiões onde os índices de criminalidade são relativamente elevados (Skogan 2009 e Kirmizidag 2015). O'Connor (2008) num estudo realizado no Canadá verificou uma correlação negativa entre as taxas de criminalidade com a confiança na polícia. Num estudo comparativo de nível internacional, Jang, *et. al.* (2010) constataram que em países onde as taxas de homicídio são mais elevados os cidadãos possuem percepções em relação à polícia mais baixas. Bridenball e Jesilow (2008) referem que o facto de sentir que se está sob uma ameaça real ou percebida afeta negativamente as percepções dos cidadãos em relação à polícia. Evidências empíricas de vários autores (Hurs, Frank e Browning 2000; Brown e Benedict, 2002; Tyler, 2005; Herrmann, Macdonald e Robert 2011; Kaariainen, 2007; Myhill e Beak, 2008; Jackson e Bradford, 2010; Silva e Beato 2013; Francis 2012 e Kirmizidag 2015) mostram que o sentimento de insegurança na sua componente emocional (medo do crime) e a componente cognitiva (a percepção do risco de vitimação) reduz a confiança, a percepção de eficácia e a satisfação com a polícia.

Kaariainen (2008) sublinha que em países onde os problemas da criminalidade são graves, a polícia é mais confrontada com as expectativas dos cidadãos relativamente à eficácia no combate ao crime do que em países onde a criminalidade é vivida como um problema social relativamente menor. De acordo com Brown e Benedict, (2002) as experiências de vitimação estão entre as características mais consistentes enquanto capazes de reduzir os níveis de confiança, percepção de eficácia e satisfação dos cidadãos com a polícia. Em vários estudos (Hurst *et al.* 2000; Brown e Benedict 2002; Tyler, 2005; Kaariainen, 2007; Myhill e Beak, 2008; Jackson e Bradford 2010; Francis 2012; Silva e Beato 2013) se constatou que a vitimação influencia negativamente as percepções do público em relação à polícia. Brown e Benedict (2002) argumentam que quem foi vítima de um crime tende a avaliar a polícia mais negativamente. Entretanto, Oliveira (2011) não constatou efeito significativo da vitimação na explicação da confiança dos cidadãos na polícia e acrescenta que na maioria dos estudos realizados no Brasil igualmente não encontrou-se influência da experiência da vitimação nas percepções dos cidadãos em relação à polícia.

Homant, Kennedy e Fleming (1984) argumentam que a redução da confiança, da percepção de eficácia da polícia e da satisfação com a polícia deve-se ao facto dos indivíduos que foram vítimas perceberem que a instituição que garante a aplicação da lei não foi capaz de protegê-los.

### 1.3.2 Teoria do capital social

De acordo com Mendes (2003) a teoria do capital social tem sido central na explicação dos diversos fenómenos sociais. Nos estudos que procuram explicar os índices de criminalidade e em estudos que procuram explicar o desempenho das instituições e dos regimes democráticos, o capital social tem sido utilizado como uma variável central.

Mendes cita três autores que abordam o capital social sob perspectivas diferente designadamente: Coleman (1990) que teoriza o capital social como aspeto inerente à estrutura da rede de relações entre os indivíduos, ou seja, o capital social é uma característica da estrutura do grupo, sendo que qualquer membro tem meios de mobilizar o grupo quando necessário para a realização de certas ações. Bourdieu (1999) que diferentemente de Coleman, teoriza o capital social como um recurso individual que é passível de utilização pela pessoa que o detém e está diretamente relacionado à rede de relações sociais que o indivíduo consegue mobilizar a favor dos objetivos que se pretende alcançar. Por último Putnam (1997) que na pesquisa sobre o processo de descentralização política na Itália observou que algumas regiões possuíam um desempenho institucional muito melhor em detrimentos de outras. Procurando explicação das diferenças observadas, o autor constatou que as regiões onde o desempenho institucional era superior, eram caracterizadas por altos níveis de capital social e de cultura cívica que serve como guia para uma ação orientada para o bem-estar coletivo. Nas outras regiões com desempenho institucional não superior foram encontrados grupos sociais com uma tradição cívica, porém estes grupos não possuíam o capital social.

Estes autores (Coleman 1990, Punam 1997 e Bourdieu 1999) *cit. in.* Mendes (2003) são unânimes em considerar que o capital social é um elemento que aumenta em função da intensidade de seu uso na cooperação, produzindo assim a confiança entre os indivíduos, grupos sociais e com as instituições. Os autores ainda comungam a conceção de capital social como rede de relacionamentos passível de mobilização sendo que a confiança ocupa um papel importante por esta gerar entre os atores uma solidariedade.

Outros autores (Edwards e Foley 2001 e Foley, Edwards e Diani 2001) *cit. in.* Reis (2013) caracterizam o capital social como uma disposição atitudinal e um atributo socio estrutural dependente do contexto. Putnam (1997) argumenta que ao assumir-se o capital social como uma variável socio estrutural atinente ao contexto, este passa a produzir a confiança entre os atores sociais ajudando a construir círculos virtuosos de cooperação através de um mecanismo pelo qual a confiança vincula-se ao desempenho institucional. De acordo com o autor, os cidadãos com o controlo social cultivam uma relação mais vigilante e cooperativa

com às suas instituições sendo que a sua ausência apresenta efeitos potencialmente corrosivos aos indicadores de confiança depositada nas instituições.

Nos estudos científicos que testam a teoria do capital social como explicativa das percepções do público em relação a polícia consta a pesquisa realizada por Reisig e Correia (1997) no qual se menciona as redes sociais, a preocupação com o governo, o envolvimento em atividades sociais, a pertença a grupos da sociedade civil e a convivência entre os residentes da região como fatores de vizinhança ou relativos ao bairro como fatores que possuem efeito considerável nas percepções do público em relação à polícia. Autores como (MacDonald, Stokes, Ridgeway e Riley 2007; Nalla e Madan 2012) verificaram que os indivíduos com fortes percepções de capital social possuem percepções mais favoráveis à polícia.

Newton e Norris (2000); Rothstein e Stolle (2002 e 2008) *cit. in.* Terpstra (2012) apesar de reconhecer que o capital social se relaciona com a confiança interpessoal, estes fornecem duas teorias sobre o assunto, porém, opostas. Na primeira teoria se entende que a confiança institucional precede a confiança social em geral, assim, quando as instituições não possuem confiança do público, os cidadãos desconfiam uns aos outros. Na segunda teoria, considera-se a confiança como um traço de personalidade desenvolvido ao longo da infância, e as pessoas que geralmente são mais confiantes também tendem a confiar mais nas instituições. De acordo Terpstra (2012) a confiança social, ou seja, a inclinação geral para confiar nos cidadãos pode afetar as percepções do público em relação à polícia e em outras instituições. Jang, *et. al.* (2010) e Terpstra (2012) constaram que a confiança social constitui um determinante poderoso que aumenta a confiança na polícia. Kirmizidag (2015) considera que a percepção dos cidadãos sobre as pessoas que vivem no mesmo bairro (por exemplo, como parentes ou vizinhos), a possibilidade de socialização que eles têm com as pessoas do mesmo bairro e a crença de que eles pertencem ao mesmo tecido social ou comunidade fornece percepções mais favoráveis à polícia.

### **1.3.3 Teoria de Janelas Partidas “*Broken Window*”**

A teoria da desorganização social proposta por Shaw e McKay (1942) associa características da vizinhança às taxas de criminalidade (Silva 2004). Contudo, o autor observa que não é evidente nos trabalhos de Shaw e McKay os mecanismos pelos quais as vizinhanças caracterizadas como desestruturadas seriam aquelas com maior incidência de infratores. Neste

sentido, a teoria da desorganização social de Shaw e McKay (1942) tem sofrido reformulações.

De acordo com Silva (2004) a teoria de Janelas Quebradas é o desmembramento da teoria da desorganização social e constitui a mais popular entre os gestores e reformadores de políticas públicas. Nesta teoria, a ideia de desorganização social é desmembrada em duas ramificações, uma de carácter social e a outra de carácter física e estas ramificações são responsáveis de atribuir ao ambiente aspetos de maior ou menor eficiência no controlo da criminalidade. Um ambiente social ou fisicamente desorganizado seria atrativo para a atuação do criminoso pela impressão de que não existe um rigoroso controlo das pessoas e acontecimentos nas ruas do bairro (Wilson e Kelling 1982, *cit. in.* Costa 2004).

Comportamentos como brigas na vizinhança, uso de drogas e música altas são algumas variáveis selecionadas para designar a desordem social ou incivildades e aspetos de degradação ambiental como a presença de lotes abandonados, prédios mal conservados ou fora de uso e a existência de lixo nas ruas da vizinhança constituem a desordens físicas (Hunter 1985 *cit. in.* Silva 2004). Estes aspetos tornariam a vizinhança mais exposta ao risco de elevação da criminalidade, pois, tais problemas sociais de menor impacto contribuiriam para a incidência de outros de maior gravidade como a criminalidade violenta perpetrada por infratores atraídos pela sensação de abandono e menor controlo social, criando nos moradores a percepção de que ninguém se importa com as desordens e que naquela localidade não há autoridade responsável pela manutenção da ordem.

Partindo do pressuposto de que a polícia é vista como responsável pelo controlo social, especificamente a prevenção da criminalidade (Costa 2004 e Oliveira 2011), e pelo facto da polícia ser a representação mais visível do Estado (Jang, *et. al.* 2010), as desordens têm sido levado em conta nos estudos que procuram avaliar as percepções dos cidadãos em relação à polícia. Os primeiros estudos sob perspetiva contextual se concentraram na influência das características da vizinhança sobre a confiança na polícia e na aplicação da lei (Skogan 1978). O autor é secundado por Terpstra (2012) que constatou que entre os investigadores, o contexto social dos indivíduos constitui uma extensão em que o público avalia positivamente ou negativamente a polícia. Jackson e Sunshine (2007) considerara que avaliações positivas do público em relação à polícia podem ser influenciadas não só por ameaças à segurança mas também por desordens que caracterizam o bairro. Os autores entendem que com a percepção de desordem e incivildades no bairro, faz com que os residentes sintam que a polícia deixou de tranquilizar a estrutura moral da comunidade.

Cao, Frank e Cullen (1996) procurando abordar a percepção do cidadão sobre a polícia constataram que as áreas de residência com níveis elevados de desordens, seus residentes possuíam baixas percepções relativos a confiança, satisfação e o desempenho da polícia. Igualmente Sampson e Bartusch (1998) observaram que moradores de alguns bairros com maior desorganização social têm apresentado níveis elevados de desconfiança e insatisfação com a polícia.

Sampson e Raudenbush (1999) consideram não existir uma relação direta entre as desordens e a criminalidade e argumentam que a criminalidade e a desordem fazem parte do mesmo fenómeno, e estão relacionados à crise da coesão social. Neste sentido, Sampson e Raudenbush reformulam a teoria da desorganização social de Shaw e McKay (1942) introduzindo o conceito de eficácia coletiva baseado na necessidade de integrar o capital social e o controlo social informal como forma de realização da ação coletiva nas áreas urbanas para que as comunidades possam agir com eficiência de modo a colaborar para a redução das taxas da criminalidade e outros problemas sociais.

A eficácia coletiva de acordo com Sampson, Morenoff e Earls (1999) compreende entre outros aspetos a existência de laços comunitários de solidariedade e confiança, participação comunitária e a capacidade de intervir para a resolução de problemas comuns. Para os autores, a eficácia coletiva consiste num esforço para suprir a insuficiência da apreensão da coesão social como fator condicionante para a redução do crime nas vizinhanças. Sampson e Raudenbush (1999) observaram que as comunidades com altos níveis de desordem são mais atrativas para o crime porque possuem menos mecanismos de mobilização (coesão social) para impedir a sua ocorrência. Assim, nas zonas onde a coesão social nas suas diversas formas, particularmente o controlo social informal é fraco, as atitudes do público em relação as instituições especificadamente a polícia são desfavoráveis.

#### **1.3.4 Teoria da justiça procedimental “*Procedural Justice*”**

De acordo com Tyler (2007) os conceitos que fundamentam a teoria da justiça procedimental se desenvolveram a partir de pesquisas que mostram que a maneira com que as disputas são arbitradas pelos tribunais tem uma influência importante sobre as avaliações dos cidadãos em relação aos tribunais. O autor considera que a forma como as pessoas e os seus problemas são geridos quando estão em contacto com os tribunais tem mais influência do que o resultado. O autor afasta equívocos referindo que:

*“That is that it suggests that people are happy when they lose. On the contrary, no one likes to lose. However, people recognize that they cannot always win when they have conflicts with others. They accept “losing” more willingly if the court procedures used to handle their case are fair.”* (idem, p. 26)

[..., sugere que as pessoas estão felizes quando perdem. Pelo contrário, ninguém gosta de perder. No entanto, as pessoas reconhecem que não pode ganhar sempre, quando eles têm conflitos com os outros. Eles aceitam "perder" porém, ficam satisfeitos se os procedimentos judiciais utilizados ao lidar-se com seu caso forem justos]<sup>3</sup>.

Segundo Tyler (2007) a teoria da justiça procedimental é constituída por quatro princípios fundamentais designadamente:

- (i) *Voz ou oportunidade*: As pessoas na interação com o sistema da justiça necessitam de oportunidade para apresentar em suas próprias palavras a sua versão em relação ao caso antes da tomada da decisão. A oportunidade de expressar a sua perspetiva tem um efeito positivo na experiência das pessoas com o sistema jurídico, independentemente dos resultados, desde que eles sintam que a autoridade considerou seus argumentos antes de tomar sua decisão.
- (ii) *Imparcialidade*: As pessoas recorrem aos tribunais por perceber que os juízes tomam decisões imparciais ou seja, as decisões em relação aos seus casos são tomadas com base em regras e opiniões não pessoais, aplicando-se normas legais de forma consistente. Para enfatizar a imparcialidade, os juízes devem ser percebidos como transparentes e abertos na forma como as regras e decisões são aplicadas.
- (iii) *Respeito*: as autoridades legais nomeadamente a polícia e os tribunais representam o Estado e transmitem mensagem importante para as pessoas sobre seu estado na sociedade. O respeito às pessoas, seus direitos e a afirmação de que as pessoas são importantes, valiosas e que seus direitos estão protegidos transmite aos cidadãos uma percepção de conexão com o governo. Tyler sublinha que o respeito é importante em todas as fases desde o contacto com a polícia até ao tribunal. Neste princípio, inclui-se ainda a percepção de tratamento das pessoas com dignidade, isto é, com cortesia e polidez, o respeito pelos direitos das pessoas. Tyler salienta a necessidade de proporcionar às pessoas a informações sobre os procedimentos a seguir depois da apresentação do caso.

---

<sup>3</sup> Tradução do autor

(iv)*Confiança*: As avaliações do público em relação às instituições do sistema de justiça e políticas são influenciados pela forma da tomada de decisão. Os elementos-chave para a avaliação envolvem a percepção da honestidade e sinceridade da decisão.

Tyler e Fagan (2008) consideram que através de pesquisas que procuram testar a teoria da justiça procedimental, o público distingue a equidade no procedimento baseado na percepção da justiça nas decisões tomadas pela polícia no exercício das suas funções. Neste sentido espera-se que a polícia durante a sua atividade atue de forma imparcial independentemente da identidade e características pessoais devendo tratar as pessoas de forma respeitosa. Por outro lado, as avaliações baseiam-se na percepção da equidade no comportamento da polícia no sentido de que a polícia deve ser respeitosa, tratar todos com igualdade ouvindo atentamente os intervenientes e utilizando as suas ideias na tomada da decisão. Na equidade do procedimento baseado no comportamento, igualmente avalia-se a polícia a partir da percepção da sua legalidade, isto é, a atuação da polícia em conformidade com a lei.

Com base nos pressupostos da teoria da justiça procedimental se desenvolvem pesquisas no âmbito da abordagem interacional, centrando seu foco nas percepções da justiça nas decisões e na equidade do comportamento da polícia na sua interação com público (Terpstra 2012). Entretanto, o autor sublinha que a interação que se estabelece entre a polícia e os cidadãos não é meramente uma questão individual, depende de escolhas de polícias enquanto indivíduos com base na sua ética pessoal e de ordens de seus superiores. Esta perspectiva é congruente com Gourley (1954) que observou que o comportamento da polícia é afetado por mecanismos mais amplos podendo ser intencionais assim como não intencionais. A interação entre a polícia e os cidadãos igualmente é influenciada pela cultura policial e Reiner (2010) sublinha que a cultura policial difere em função de cada país, todavia, considera que existem algumas características presentes na maioria das forças policiais como o recurso ao uso da força e a solidariedade interna o que faz com que a polícia seja vista como cínico pelos grupos sociais em constante colisão com a autoridade e com percepção de tratamento desigual pela polícia.

Tyler (1988) utilizando uma amostra de cidadãos que tinham mantido contacto com as autoridades de justiça (polícia e tribunais) constatou que os cidadãos julgam a polícia pela percepção de tratamento justo e respeitoso o que implica dar oportunidade para o cidadão apresentar seu ponto de vista, a coerência, a imparcialidade e a qualidade da decisão. A percepção do tratamento justo faz com que embora os cidadãos possam discordar com

determinada lei, cooperem e obedecem as suas decisões por reconhecer a legitimidade da instituição ou dos seus representantes (Tyler 2003). Para o autor, se os cidadãos percebem que entre eles e a polícia há partilha de mesmo valores morais e sociais, eles reconhecem a legitimidade da polícia e obedecem à autoridade. Percepções contrárias na ótica de Hough *et. al.* (2010) fazem com que as pessoas percam a confiança na polícia e mostrem-se insatisfeitos por estes entenderem que a polícia viola os valores e as normas sociais.

Hinds e Murphy (2007); Murphy e Cherney (2012) observaram que a percepção da equidade no procedimento em pesquisas realizadas nos EUA e na Austrália respetivamente possui efeitos positivos nas percepções dos cidadãos em relação a satisfação com a polícia e Confiança. Resultado semelhante foi observado em outros estudos realizados na Inglaterra e País de Gales (Jackson, Bradford, Shanko e Hohl 2012); Bélgica (Van Crean 2012; Terpstra 2012); Israel (Jonathan e Weisburd 2013); Trinidad e Tobago (Kochel, Parks e Mastrofski 2013) e Brasil (Silva e Beato 2013; Oliveira 2011).

Tankebe (2008) testou a teoria da justiça procedimental nas percepções relativas à eficácia e confiabilidade da polícia numa amostra de residentes da cidade de Acra no Ghana e concluiu que existem uma relação forte entre estas (eficácia e confiança) e as percepções de que a polícia é justa nos procedimentos. Assim, o autor sublinha que na amostra estudada, percepções positivas de justiça no procedimento relacionam-se com percepções positiva de eficácia da polícia e aumentam os índices de confiabilidade da polícia.

Outros autores (Reynolds, Semukhina e Demidov 2008) examinaram a satisfação do público com a polícia em uma região da Rússia e igualmente observaram a importância e o impacto da percepção da justiça procedimental. Estes autores concluíram que na área onde foi realizada a pesquisa os indivíduos mostraram percepções de satisfação com a polícia elevadas por um lado devido a percepção da justiça da autoridade para além de outras variáveis utilizadas no estudo. Kusow, Wilson e Martin (1997) baseando-se em dados uma amostra aleatória de residentes de uma zona metropolitana nos EUA analisaram os fatores que diferenciam o nível de satisfação percebido em relação aos desempenho da polícia. para além de outras variáveis, estes autores igualmente observaram que a percepção da justiça procedimental afeta as percepções dos cidadão participantes do estudo

De acordo com Murphy e Cherney (2012) para o público, o poder da polícia é tão legítimo como as leis que implementam e no seu estudo concluíram que quando a polícia ignora a lei ou abusa do seu poder perde a sua legitimidade perante o público. Tyler (1990) sublinha que o aumento da equidade procedimental aumenta a legitimidade “social” da

polícia, pois, os cidadãos se vêem como uma parte da sociedade e consideraram a polícia como representante da sociedade aumentando a sua confiança e satisfação dos cidadãos com a polícia. Igualmente Tankebe (2008) concluiu que os cidadãos esperam que a polícia possa agir em conformidade com as normas estabelecidas como forma de aumentar a confiança e a percepção da eficácia nos cidadãos.

Os contactos com a polícia particularmente os contactos diretos constituem variáveis muito exploradas nos estudos que avaliam as percepções dos cidadãos em relação a polícia citados nesta pesquisa. Os autores citados consideram importante diferenciar os contactos com a polícia em voluntário e compulsivo. Oliveira (2011); Silva e Beato (2013) explicam que o contacto voluntário é aquele cuja iniciativa é do cidadão enquanto o contacto compulsivo é da iniciativa da polícia.

Os estudos que avaliam as percepções do público em relação à polícia com base nos contactos diretos do cidadão com a polícia (Brown e Benedict 2002; Kaariainem 2008; Myhill e Break 2008; Kaariainem e Sirém 2011), têm concluído que os contactos compulsivos oferecem maior probabilidade de reduzir a confiança e a satisfação com a polícia, enquanto os contactos voluntários influem para que os cidadãos tenham maior predisposição em avaliar positivamente a polícia (Brown e Benedict, 2002). Contudo, Silva e Beato (2013) entendem que há divergências nos achados empíricos que estudam os efeitos dos contactos compulsivos nas avaliações do público em relação à polícia. Entretanto, os autores sublinham que na maioria dos estudos, é mais frequente os cidadãos avaliarem negativamente a polícia nos contactos compulsivos. Estes achados são congruentes com a constatação de Cao (2011) que observou que as pessoas que já foram detidas, advertidas e os que foram autuados por contravenção de trânsito expressam percepções menos favoráveis à polícia.

### **1.3.5 Teoria do desempenho da polícia**

De acordo com Kaariainem (2008) a polícia antes de tudo deve ser eficaz. O pressuposto básico da teoria do desempenho reside na forma da gestão pública e sua ênfase nos resultados obtidos pela polícia nas várias áreas em que se espera que a polícia seja eficaz (Terpstra e Trommel 2009).

A teoria de desempenho pode ser interpretada sob duas perspectivas designadamente: (i) *Perspetiva restrita* no sentido de que o desempenho da polícia se centra no controlo da criminalidade devendo prevenir acima de tudo o crime violento, tido pelos cidadãos como área-fundamental do trabalho da polícia (Jang, *et. al.* 2010). Esta abordagem restrita é

congruente com as perspectivas de outros autores (Terpstra e Vijver 2006; Reiner 2010) que consideram o crime violento elemento central nas avaliações dos cidadãos em relação à polícia, pelo facto de ser mensurável e por atrair o interesse contínuo dos meios de comunicação mais que qualquer outra atividade policial. Na mesma linha, Goldsmith (2005) entende que as percepções do público em relação a polícia são construídas a partir da eficácia percebida na abordagem de comportamento antissocial, na investigação de infrações penais e a perseguição de criminosos. Terpstra e Vijver (2006) e Reiner (2010) constataram que as percepções do público em relação à polícia são mais favoráveis quando as taxas de criminalidade são mais baixas. (ii) *Perspetiva ampla*: nesta perspetiva tem-se como foco a disponibilidade da polícia em ajudar aqueles que perguntam e procuram informação junto à polícia (Tyler 2003).

Bradford e Jackson (2010) partem das duas perspectivas para considerar que os cidadãos julgam a polícia por sua eficácia e eficiência não limitada apenas às taxas de crimes violentos, mas também a medida em que a polícia responde rapidamente as chamadas de emergência. Várias pesquisas realizadas utilizando variáveis que testam a teoria do desempenho (Reisig e Parks 2000; Sunshine e Tyler 2003; Kaariainen 2007; Tankebe 2008) concluíram que a percepção de altas taxas da criminalidade reduz a confiança na polícia, satisfação e eficácia da polícia percebida.

### **1.3.6 Modelos de policiamento**

Nos modelos de policiamento opta-se por abordar o policiamento comunitário “*community Policing*” e o policiamento de proximidade por seus pressupostos mostrarem mais visibilidade e aproximação da polícia ao público. De acordo com Trojanowicz e Bucqueroux (1990) e Skogan e Hartnett (1997) as premissas do modelo de policiamento comunitário têm em vista melhorar a relação entre a polícia e o público, diminuir a distância entre o público e a polícia, ser acessível e visível, se concentrar em resolver uma ampla gama de problemas sociais do bairro tais como as desordens e sentimentos de insegurança, e ser pró-ativo na luta contra o crime envolvendo a comunidade e a troca de informações com o público. De acordo com Trojanowicz e Bucqueroux (1990) o policiamento comunitário tem-se desenvolvido como uma alternativa ao que muitos administradores policiais percebem como o fracasso do *policiamento tradicional*<sup>4</sup> para lidar eficazmente com o crime. Os autores entendem que os agentes da polícia devem consultar os membros da comunidade, a fim de

---

<sup>4</sup> Onde os polícias são vistos como especialistas já não pode ser entendida como uma estratégia de policiamento eficaz (Brown 1991 cit. in. Kusow *et. al.* 1997)

compreender melhor quais são os problemas da comunidade e como eles podem ser melhor resolvidos.

O policiamento de proximidade na perspectiva de Tilley (2003) é uma abordagem científica que teve uma grande influência sobre as forças policiais em todo o mundo. Para o autor, este modelo de policiamento para além de garantir o envolvimento e participação do cidadão na segurança do bairro e a diminuição da distância entre a polícia e os cidadãos também melhora a avaliação do público em relação a polícia.

Greene (2000) *cit. in.* Terpstra (2012) entendem que os novos modelos de policiamento introduzido (comunitário, proximidades e outros) contribuem significativamente para a visibilidade da polícia na prevenção da criminalidade visto por Skolnick e Bayley, (1988) um dos vários indicadores de avaliações positivas do público em relação à polícia. Quando a polícia é mais visível os cidadãos avaliam positivamente a polícia e percebem-na como estando melhor equipada para prevenir vários tipos de crime. Vários autores (Tankebe 2008, Reynolds *et. al.* 2008, Kusow *et. al.* 1997, Francis 2012) constaram que a maior visibilidade da polícia aumenta a percepção de confiança, eficácia e satisfação na polícia. Contudo, outros autores (Oliveira, 2011; Silva e Beato 2013) sublinham que a maior visibilidade da polícia pode ter efeitos negativos nos grupos de indivíduos mais novos, devido ao contacto que se pode estabelecer entre estes.

### **1.3.7 Abordagens com base em características sociodemográficas**

De acordo Terpstra (2012) pesquisas sob perspectiva demográfica centra-se nas características dos cidadãos como objeto de estudo e fornecem explicações para a maior parte das percepções dos cidadãos em relação à polícia. Esta perspectiva é adequada com a classificação feita por Francis (2012) que considera fatores não específicos à polícia, aqueles cuja polícia não tem nenhum ou pouco controlo designadamente a idade, género, escolaridade, ocupação e o rendimento, todavia, determinam grandemente as avaliações relativas a confiança na polícia, a percepção de eficácia a satisfação com a polícia.

#### **i. Género e estado civil**

Brown e Benedict (2002) depois de analisar cem artigos que abordam as percepções do público em relação à polícia, concluíram que não há consenso sobre os efeitos do género sobre as avaliações dos cidadãos em relação à polícia, pelo facto de este fator não ser consistente na explicação das percepções dos cidadãos em relação à polícia. Contudo, os autores referem que em muitas pesquisas analisados no estudo, as mulheres apresentam

percepções mais favoráveis à polícia do que os homens. Outros pesquisadores (Cao *et. al.* 1996; Wu e Sun 2009; Wu 2012; Silva e Beato 2013 e Kirmizidag 2015) em estudo realizados nos EUA, China, Taiwan e Brasil, também constaram que as mulheres confiam mais na polícia. Entretanto, Correia, *et. al.* (1996) e Avdiya (2010) em estudos realizados em Washington nos EUA e na Índia com uma amostra de estudantes universitários obtiveram resultados contrários com os da literatura predominante. Estes autores constataram que os homens apresentam percepções mais favoráveis à polícia do que às mulheres. Magalhães (2003) num estudo em que utiliza dados do *Euro barómetro 51.0* referente a catorze países da União Europeia (EU) e Cao (2011) num estudo longitudinal utilizando dados da pesquisa geral sobre a vitimação no Canadá desde 2005 não encontraram influências do género na explicação da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas particularmente no parlamento e na polícia.

Tendo em vista perceber as razões que influem para que as mulheres tenham percepções mais favoráveis à polícia, Nofziger e William (2005) conduziram um estudo nos EUA e concluíram que esta percepção depende do tamanho da cidade sendo que as mulheres em cidades menores possuem percepções mais favoráveis do que os homens e inversamente em cidades maiores os homens apresentam percepções mais favoráveis. Hudson (2006) explica que as mulheres tendem a ter percepções mais favoráveis à polícia, porque estas possuem menor tendência de se envolverem em situações que a polícia venha a agir contra elas e Wu (2012) argumentou que as mulheres confiam mais na polícia nas sociedades onde estas foram menos vítimas de crime.

Harrison (2012) serve-se dos inquérito de vitimação realizado na Inglaterra 2011/2012 para argumentar que as mulheres apesar de serem vítimas de crime em menor número, estas são muito mais propensas a sentir o medo de ser vítimas da criminalidade ou seja, as mulheres percecionam mais a possibilidade de ser vítima de crime violento. Por outro lado, as mulheres são muito menos propensas e envolverem-se em ilicitudes o que lhes afasta do lado mais forte da polícia. Por fim o autor refere que o dia-a-dia das mulheres que em maior número se encontram nas ruas as torna mais exposto à presença da polícia o que contribui para percepções mais favoráveis. Entretanto, o autor salienta que estes factos em outros grupos fazem com que as mulheres percecionem negativamente à polícia.

Relativamente ao estado civil, a literatura predominante considera que ser casado predispõem a possuir percepções mais favoráveis à polícia. Macdonald *et. al.* (2007) e Cao (2011) são alguns dos investigadores que constataram que os indivíduos casados possuem

percepções de confiança na polícia, eficácia e satisfação com a polícia mais elevadas. Silva e Beato (2013) argumentam que os indivíduos casados possuem percepções mais favoráveis à polícia por estes serem menos propensos a práticas que exijam mais contactos com a polícia do que os indivíduos solteiros que na sua pesquisa foram encontrados geralmente presentes em locais mais vigiados pela polícia cujas intervenções podem ser mais violentas.

## **ii. Idade e anos de escolaridade**

Brown e Benedict (2002) consideram que a idade é uma das variáveis mais exploradas e com alguma consistência na explicação das percepções dos cidadãos em relação à polícia. Esta constatação é perfilhada por Kirmizidag (2015) que considera a idade como um fator importante nas avaliações dos cidadãos em relação a confiança, Percepção de eficácia e satisfação com a polícia. Muitos autores (Brown e Coulter 1983; Jesilow e Meyer, 1995; Cao, *et. al.* 1996; Kusow *et. al.* 1997; Reisig e Correia 1997; Priest e Carter em 1999; Hurst e tal, 2000; Hudson 2006; Tankebe 2008; Reynolds *et. al.* 2008; Cao 2011; Wu 2012; Silva e Beato 2013; Francis 2012) constataram existir uma correlação positiva entre a idade e as percepções do público em relação à polícia, ou seja, quanto maior for a idade, maior é a confiança na polícia e igualmente maior é a percepção de eficácia e satisfação com a polícia.

Outros autores (Jang *et. al.* 2010; Lai, Cao e Zhao 2010) através de estudos comparativos entre 15 e 16 países europeus respetivamente, igualmente observaram correlação positiva entre a idade e as percepções dos cidadãos em relação à polícia. Contudo, estes autores salientam que esta tendência muda de cultura para cultura, e a idade perde significado estatístico quando existem outros fatores mais fortes como por exemplo a taxa de crimes violentos e o nível da democracia. Entretanto, Sims, Hooper e Peterson, (2002) numa pesquisa longitudinal realizado em Harriburg nos EUA, Morris e Klesner (2010) no México e Myhil e Bradford (2012) na Inglaterra constataram existir uma correlação negativa entre a idade e a confiança na polícia, ou seja, o aumento da idade propiciava a diminuição da confiança, eficácia e satisfação com a polícia.

Bayley (1990) elenca três razões que na sua ótica justificam o facto dos indivíduos mais velhos possuírem percepções mais favoráveis à polícia, nomeadamente: (i) os indivíduos mais velhos são mais integrados no sistema, (ii) são mais conservadores e (iii) não possuem muito contacto com a polícia. Bittner (2005) expõem que os jovens são inclinados a má conduta e a atitudes que favorecem o conflito com a polícia. O autor sublinha que os jovens são os principais contraventores e a culpabilidade constitui um fator que afeta negativamente a

confiança e a satisfação com a polícia. Bradford, Jackson e Stanko (2009) procuraram compreender as razões que motivam a correlação negativa entre a idade e as percepções relativas à polícia e constataram que a maior interação com a polícia constitui fator mais significativo. Kirmizidag (2015) em sua análise constatou que a influência da idade na confiança, percepção de eficácia e satisfação do público com a polícia varia de acordo com a cultura, sendo que regimes democráticos em construção os indivíduos mais velhos são mais alinhados com as instituições.

Em relação a anos de escolaridade Kirmizidag (2015) refere que não se encontra uma tendência geral desta variável em apresentar efeitos significativos na explicação da confiança, percepção de eficácia assim como na explicação da satisfação com a polícia. Para o autor, em pesquisas de carácter comparativo não tem mostrado efeito estatisticamente significado dos anos de escolaridade na explicação variáveis referidas. Igualmente, Wu e Sun (2009) numa pesquisa realizada na China e Nalla e Madan (2012) num estudo realizado na Índia constaram que os anos de escolaridade não afeta as percepções dos cidadãos em relativas à polícia com particularidade para a confiança na polícia.

Contudo, a literatura maioritária têm demonstrado que a confiança na polícia, a percepção de eficácia e satisfação dos cidadãos com a polícia diminui a medida em que os anos de escolaridade aumentam. Tal constatação é feita por autores como (Murphy e Worrall, 1999; Jesilow e Meyer 2001; Cao 2011; Brown e Benedict 2002; Oliveira 2011; e Silva e Beato 2013). Entretanto, Frank, *et. al.* (2005) na cidade de Chicago e O'Connor (2008) no Canadá observaram que grupos de indivíduos com mais anos de escolaridade possuíam percepções de confiança e satisfação com a polícia mais elevados do que o grupo de indivíduos com menos anos de escolaridade.

Carlan (1999) *cit. in.* Kirmizidag (2015) argumenta que os indivíduos com maior nível de educação possuem percepções mais baixas relativamente à confiança, eficácia e satisfação com a polícia pelo facto destes darem mais importância aos direitos civis e liberdades individuais o que lhes torna mais críticos a atuação da polícia.

### **iii. Ocupação e proporção do rendimento**

De acordo com Kirmizidag (2015) a proporção do rendimento constitui um fator consistente na explicação das percepções dos cidadãos em relação à polícia. Contudo, o autor explica que o rendimento afeta as percepções do público em determinadas circunstâncias sublinhando que em casos onde há maior cobertura dos *medias* sobre a má conduta da polícia

a relação entre o rendimento e as perceções de confiança na polícia, eficácia e satisfação com a polícia é bastante significativa. Oliveira (2011) argumenta que o nível de rendimento possui efeitos adversos nas perceções dos cidadãos em relação à polícia, o que é congruente com a observação de Brown e Benedict (2002) que em sua análise, constataram efeitos contrários entre o rendimento e as perceções do público em relação à polícia. Estes autores (Oliveira 2011; Brown e Benedict 2002) argumentam que o rendimento em algumas pesquisas apresenta correlação positiva com as perceções do público em relação à polícia e noutros esta correlação apresentou-se negativa.

Vários autores (Brown e Benedict 2002, Goldstein 2003; Weitzer e Tuch 2004; Cao e Zhao 2005; MacDonald, *et. al.* 2007) constataram que grupos ou indivíduos com maior proporção de rendimento possuíam baixas perceções em relação à confiança, eficácia e satisfação com a polícia. Entretanto, outros autores (Brown e Coulter 1983; Cao, *et. al.* 1996; Correia, *et. al.* 1996; Bowling e Foster 2002; Rothstein e Uslaner 2005 e Avdiija 2010) concluíram existir baixos níveis de confiança e satisfação com a polícia em grupos com baixo nível de rendimento. Esta constatação igualmente foi observada por Kaariainem (2007) que num estudo comparativo entre alguns países europeus observou que o nível de rendimento contribui para perceções mais favoráveis à polícia, particularmente a confiança.

Francis (2012), Myhill e Bradford (2012) e Oliveira (2011) não observaram efeito significativo entre o nível de rendimento e a ocupação. Ou seja, possuir ou não emprego em suas pesquisas não apresentou significado estatístico na explicação da confiança, eficácia e satisfação dos cidadãos com a polícia.

Goldstein (2003) argumenta que grupos com baixo rendimento possuem perceções mais favoráveis à polícia devido ao caráter assistencialista da polícia em bairros mais desfavorecidos o que torna a polícia mais visível e próxima aos cidadãos. Para Bowling e Foster (2002); Rothstein e Uslaner (2005) grupos com baixos níveis de rendimento possuem baixas perceções de confiança, eficácia e satisfação com a polícia pelo facto de a polícia tratar grupos sociais desfavorecidos negativamente desiguais a favor dos grupos privilegiados.

#### **1.4 Importância de Estudos Sobre Perceções do Público em relação à polícia**

Frederico (2013) aponta duas que fundamentam a importância de estudos sobre perceções públicas em relação a polícia nomeadamente: a visibilidade da polícia e o poder de uso da força e a sua atuação tem impacto sobre a política sendo importante para a qualificação do regime democrático. Por outro lado, o autor refere que a forma como a polícia atua e trata

os cidadãos é uma das poucas variáveis que estão sob controle dos gestores da polícia o que fundamenta a necessidade de compreender melhor como os indivíduos julgam e percebem a polícia, tendo em consideração que a colaboração dos cidadãos é fundamental para a atividade da polícia. Para Frederico (2013) os estudos que apontam a forma como a polícia é percebida pelos cidadãos são importantes para a própria polícia e para os gestores públicos, uma vez que a participação e apoio dos cidadãos na atividade da polícia são tidos como fundamentais para o combate ao crime e na resolução dos problemas da comunidade. Assim, estes estudos podem auxiliar na identificação de prioridades e problemas locais na relação entre a polícia e os cidadãos. Sob mesmo diapasão outros autores (Oliveira 2011; Silva e Beato 2013) vêm os estudos que abordam as avaliações do público em relação à polícia como instrumento que por um lado permitem obter as percepções dos cidadãos em relação à polícia e o seu desempenho na prevenção e combate a criminalidade, considerada como atividade principal da polícia.

De acordo com Silva e Beato (2013) a polícia está entre as instituições que mais depende da cooperação dos cidadãos no processo de investigação e controle do crime. Vários autores (Hudson, 2006; Rothstein, Uslaner, 2005; Stoutland, 2001; Norris, 1999; Rennó, Smith, Lloyd e Pereira 2011; Seligson, Booth e Goma 2006; Silva e Beato 2013) advogam que quando as percepções de confiança, eficácia e satisfação com a polícia forem baixos, há maior tendência das comunidades perceberem que as ações da polícia são ilegítimas o que concorre para a não cooperação. Enquanto percepções mais favoráveis à polícia contribuem para maior propensão dos indivíduos reportarem os crimes, compartilharem informações sobre atividades criminais e permanecerem em conformidade com a lei (Cao, 2011)

De acordo com Kaariainen (2008) a polícia necessita da cooperação dos cidadãos e esta colaboração ocorre quando há percepções mais favoráveis à polícia. Para o autor, os indivíduos com percepções mais favoráveis à polícia tendem a aprovar as suas ações com maior facilidade. Enquanto o relacionamento hostil entre a polícia e cidadão e a percepção de que a polícia não prestará bom serviço ou a percepção de que não será bem tratado influenciam para a existência de percepções mais desfavoráveis (Skogan 1978).

Oliveira, 2011; Frederico, 2013; Silva e Beato, 2013 e outros autores (Bellman, 1933 e Parrat, 1936) comungam a necessidade da realização de estudos que avaliam as percepções do público em relação às instituições, particularmente a polícia, por, como referido anteriormente, servem de elemento para o conhecimento de como as instituições são avaliadas pelo público permitindo assim a identificação de prioridades na prevenção ao crime.

## CAPÍTULO II

---

Neste capítulo apresentam-se os objetivos do trabalho e as opções metodológicas julgadas mais adequadas para a prossecução do objetivo geral definido no presente estudo

### 2.1 Objetivos e hipóteses

O presente trabalho, constitui-se como um estudo exploratório em que se procura explorar as perceções dos cidadãos que explicam a confiança, a eficácia e a satisfação com a polícia, não fazendo-se a generalização dos resultados para a população da área onde se realizou o estudo. Nesta perspetiva, de forma específico procurou-se analisar a influência das variáveis:

- i) *Variáveis relativas a polícia nomeadamente*: os contactos voluntários e compulsivos, o alinhamento moral, o dever de obediência, a perceção de ilegalidade, a perceção da equidade procedimental, a perceção da justiça distributiva, a eficiência percebida, a perceção do respeito dos direitos humanos e a visibilidade da polícia (i. frequência com que um ou mais agentes da polícia passa a pé na rua de residência e; ii. a frequência com que um carro-patrolha passa na rua de residência). Seguindo evidências de outros estudos científicos nesta temática, espera-se que estas variáveis expliquem as variáveis dependentes do estudo. Com a exceção dos contactos compulsivos e a perceção de ilegalidade da polícia em que se espera que indivíduos que tiveram mais contactos compulsivos e a perceção de mais ilegalidades da polícia, reportem perceções mais baixas em relação as variáveis dependentes do estudo. Enquanto em relação às outras variáveis espera-se que indivíduos com perceções mais elevadas e os que tiveram mais contactos voluntários reportem perceções em relação à confiança na polícia, perceção de eficácia e satisfação com a polícia mais elevadas. Igualmente procura-se perceber as perceções relativas à cooperação com a polícia, procedimento a adotar perante uma situação de crime e a taxa de queixas á polícia por ter sido vítima de crime, face às variações na perceção das variáveis dependentes do estudo.
- ii) *Variáveis relativas as desordens* (i. a perceção de desordens); *segurança objetiva e subjetiva* (i. prevalência da vitimação; ii. incidência da vitimação; iii. o medo do crime; iv. a preocupação com a possibilidade de ser vítima e; v. o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime). *A criminalidade em geral* (i. a perceção do volume da criminalidade no país e; ii. na cidade). Seguindo

evidências dos outros estudos científicos, se espera que estas variáveis expliquem as variáveis dependentes do estudo, sendo que os indivíduos com percepções mais elevadas em relação às desordens, insegurança, volume da criminalidade, e os que foram vítimas de crime apresentem percepções menos favoráveis em relação à confiança, eficácia e a satisfação com a polícia;

iii) *Confiança social* (i. percepção de honestidade da maioria das pessoas e; ii. percepção de preocupação da maioria das pessoas em relação aos outros cidadãos); *capital social* (i. a frequência de participação em convívios com amigos, familiares e colegas de trabalho e; ii. a regularidade de participação em atividades sociais) e *controlo social informal* (i. a probabilidade de dirigir-se a alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe e; ii. a probabilidade de avisar outros moradores sobre um estranho com aspetos suspeitos que anda a rondar a zona de residência) na explicação da confiança, eficácia e a satisfação com a polícia, esperando-se que indivíduos da amostra com percepções mais elevada nos itens indicados relativos à confiança social, capital social e controlo social informal reportem percepções mais favoráveis às variáveis dependentes em estudo;

iv) *Sociodemográficas* como o género, estado civil, idade, anos de escolaridade, proporção do rendimento e a ocupação na explicação da confiança, a percepção de eficácia e a satisfação com a polícia, esperando-se que os indivíduos do género masculino, casados, mais velhos, os com menos anos de escolaridade, os possuem maior proporção de rendimento mensal e os indivíduos com emprego ou alguma ocupação reportem percepções mais favoráveis em relação às variáveis dependentes em estudo.

## **2.2 Caraterização do estudo**

O presente estudo insere-se no âmbito da investigação quantitativa no qual se procedeu a aplicação de um questionário. Constitui uma pesquisa exploratória com um tamanho amostral reduzido e de conveniência, não pretendendo-se generalizar os resultados para a população das cidades onde foram recolhidos os dados. Pretende familiarizar-se com o tema num contexto onde estudos nesta temática e no âmbito do presente trabalho não foram encontrados aquando da revisão da literatura. Maroco (2011) sublinha que no estudo correlacional, o investigador observa as variáveis não tendo o controlo ou intervenção propositada sobre as variáveis em estudo. Com este pressuposto, pode se dizer ainda que o

presente estudo é correlacional onde analisou-se a magnitude da relação entre as variáveis dependentes com as variáveis independentes através do cálculo e interpretação dos coeficientes de correlação e regressão.

### **2.3 População do estudo e constituição da amostra**

Para o presente estudo considerou-se como população alvo indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes na cidade de Maputo e Quelimane onde foi aplicado o questionário. A escolha destas cidades para a recolha de dados para o estudo empírico deveu-se ao fato de a cidade de Maputo ser o maior centro urbano de Moçambique e a cidade de Quelimane por apresentar a maior taxa de vitimação a nível nacional<sup>5</sup>. Da população alvo referida, foram estudados 154 indivíduos com idade compreendida entre os 18 e os 65 anos que constituíram a amostra. Estes indivíduos foram selecionados com base na estratégia de amostragem não probabilística e por conveniência, que segundo Babbie (2001) é aquela onde as amostras são selecionadas conforme os objetivos do estudo e não existe uma probabilidade conhecida de um determinado elemento da população ser selecionado, e por conveniência na medida em que a amostra foi constituída por pessoas que no momento de preenchimento do inquérito se encontravam no local e mostraram-se disponíveis para participar no estudo.

Durante a aplicação do questionário, para além de se seguir o critério idade, isto é ter no mínimo 18 anos, houve a preocupação em obter uma amostra heterogénea e diversificada no que refere as variáveis sociodemográficas como o género, idade e escolaridade, sendo que para o efeito a amostragem foi efetuada em diferentes zonas de cada cidade até atingir o tamanho amostral definido.

### **2.4 Instrumentos, técnicas e operacionalização das variáveis do estudo**

Segundo Vilelas, (2009, p. 133) *“Os inquéritos são exclusivos das ciências sociais e partem da premissa de que se queremos conhecer algo do comportamento das pessoas, o melhor e mais simples, é perguntá-lo diretamente. Trata-se portanto de requerer informação a um grupo de pessoas acerca do problema em estudo para logo, mediante uma análise do tipo quantitativo (...), retirar as conclusões que correspondem aos dados recolhidos.”*

O desenvolvimento do questionário<sup>6</sup> aplicado foi antecedido pela revisão da literatura que permitiu identificar as teorias que geralmente são utilizadas em outros estudos científicos sobre o tema, e estas servem de alicerce ao presente estudo. Também, a revisão da literatura

---

<sup>5</sup> Dados do ICVS realizado entre 2011 a 2012

<sup>6</sup> Encontra-se em anexo

proporcionou obter as dimensões e subdimensões usualmente utilizadas e dos principais instrumentos de modo a serem selecionados e adaptados de forma a responder aos objetivos do presente estudo. Assim, o questionário foi constituído maioritariamente por questões contidas no European Social Survey ronda 5 (ESS5, 2010) aplicado em Portugal e por questões utilizadas em alguns estudos. A utilização destas questões teve por um lado, recolher dados com base num instrumento já testado em outros contextos e que é aceite pela comunidade científica que aborda temas como o do presente estudo e por outro lado, utilizou-se para permitir a comparação dos resultados do estudo com as conclusões dos outros estudos científicos com o mesmo tema. De salientar que para a utilização das questões se efetuou contactos com os autores de algumas publicações científicas e dos principais instrumentos (questionário da ESS5, questionário produzido na escola na escola de criminologia da universidade do porto e outros utilizados em outros estudo) dos quais obteve-se autorização para a sua utilização, e de forma a permitir uma maior adaptação à realidade onde se desenvolveu o estudo foram desenvolvidas algumas questões pelo autor do estudo.

Ao questionário, foi implementada uma lógica ou estrutura que doravante descreve-se e é constituído por grupos composto por questões que permitem averiguar as dimensões definidos no presente estudo e após a elaboração do questionário, foi realizado um *pré-teste*, que tinha como objetivo aferir a compreensão e clareza das questões, a pertinência do conteúdo, da escala utilizada e para permitir estimar o tempo necessário para aplicação de cada questionário. O pré-teste foi realizado na cidade de Maputo a cinco (5) indivíduos, tendo permitido clarificar e adaptar algumas questões.

#### **2.4.1 Variáveis dependentes do estudo**

Na tabela 1 apresentam-se as variáveis dependentes do estudo: Confiança na polícia, a percepção de eficácia da polícia e a satisfação com a polícia.

A operacionalização das variáveis indicadas na tabela acima (1) foi feita com base nas questões do ESS5 e esta forma está em consonância com a que usualmente é feita em outros estudos científicos com a mesma temática. Estas questões constam no grupo IV do questionário utilizado neste estudo.

**Tabela 1:** Operacionalização das variáveis dependentes do estudo

Variável	Questão do ESS5	Escala
Confiança na polícia	1-Gostaria que me dissesse qual é a confiança pessoal que tem na polícia?	0-Nenhuma confiança; 10-Toda confiança
Perceção de eficácia da polícia	1-Gostaria que me dissesse em que medida acha que a polícia é eficaz para prevenir crimes em que é usada a violência física ou ameaça de violência na sua cidade? 2-Gostaria que me dissesse em que medida acha que a polícia é eficaz para apanhar/encontrar assaltantes de casas na sua cidade?	0-Extremamente ineficaz; 10-Extremamente eficaz
Satisfação com a polícia	1-Gostaria que me dissesse o seu grau de satisfação com o trabalho da polícia?	0-extremamente insatisfeito (a); 10-Extremamente satisfeito (a)

#### 2.4.2 Variáveis independentes

A seguir faz-se a descrição do questionário no que refere às questões ou itens utilizadas para a operacionalização das variáveis independentes do estudo, ou seja, aquelas que os vários estudos têm apontado como explicadoras das variáveis dependentes, ao que se espera contribuïrem na explicação do fenómeno em estudo no contexto moçambicano. De salientar que a maior parte das questões foram extraïdas do questionário do ESS5, do questionário elaborado na Escola de Criminologia (Inquérito sobre os problemas sociais da Cidade do Porto no âmbito do observatório local de segurança), de outros estudos que abordam o tema, sendo que algumas foram adaptadas para responderem ao contexto do estudo empírico, tendo sido também elaborados outras questões.

##### (i) Grupo I: Questões relativas às variáveis sociodemográficas

Este grupo (I), contém questões sociodemográficas nomeadamente: o género, a idade, habilitações literárias, estado civil, rendimento e a ocupação. Pelo facto da recolha de dados para o estudo empírico ter sido realizado em duas cidades, no grupo I também foram incluídas as questões relativas a cidade e zona de residência do inquirido. Neste grupo (I) destacam-se algumas variáveis independentes como o género e a idade que possuem um forte efeito na explicação das variáveis dependentes. Assim, para a caracterização da amostra criou-se nas variáveis referidas grupos sendo: masculino e feminino para a variável género e inferior ou igual a 31 anos e idade superior a 31 anos na variável idade, procurando destacar as diferenças

significativas existentes. Os grupos da variável idade foram formados a partir da mediana (31), designando-se indivíduos mais novos aos que possuem idade igual ou abaixo da mediana e por indivíduos mais velhos os que possuem idade acima da mediana.

Com o intuito de analisar a amostra em função dos anos de escolaridade, perguntou-se aos indivíduos as suas habilitações, de 0 a 12 e igualmente se questionou se tinha curso superior (sim ou não) ou se estava a frequentar. Aos inquiridos que respondiam ter já concluído um curso superior, somou-se 4 anos às habilitações literárias (12) e aos que frequentavam um curso superior, somou-se 2 anos às habilitações literárias de 12. Desse modo criou-se um índice global designado anos de escolaridade.

**(ii) Grupo II: Questões relativas a variáveis de confiança nos outros, capital social ou participação social e controlo social informal**

O grupo II é composto por questões relativa a perceção que os sujeitos do estudo possuem em relação a confiança social, o capital social e o controlo social informal. Como é possível verificar na tabela 2 as variáveis confiança social e capital social foram operacionalizadas com base nas questões do ESS5.

**Tabela 2:** Operacionalização das variáveis relativas confiança social e capital social

Variável	Questão do ESS5	Escala
Confiança social	Acha que a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de si sempre que pode, ou pensa que a maior parte das pessoas é honesta?	0-A maior parte das pessoas tentam aproveitar-se de mim: 10-A maior parte das pessoas são honestas
	Acha que a maior parte das pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que tentam ajudar os outros?	0-As pessoas estão preocupadas com elas próprias; 10-As pessoas tentam ajudar os outros
Capital social	Com que frequência convive com amigos, familiares ou colegas de trabalho?	1-Nunca, 2-Menos de uma vez por mês; 3-Uma vez por mês; 4-Várias vezes por mês; 5 Uma vez por semana, 6-Várias vezes por semana e 7-Todos os dias
	Comparando com pessoas da sua idade, com que regularidade é que participa em atividades sociais	1-Muito menos que a maioria, 2-Menos que a maioria, 3-o mesmo que a maioria, 4-Mais que a maioria e 5-Muito mais que a maioria

Ainda neste grupo (II) foram apresentadas duas situações que remetiam o inquirido a sua zona de residência e através das respetivas questões procurou-se avaliar o controlo social informal, operacionalizado através de questões adaptadas a partir de um estudo de Sampson

*et. al.* (1997). A resposta podia ser nada provável, pouco provável, provável e muito provável. És a seguir as situações e respetivas questões: **(i)** Alguém da sua área de residência despeja lixo na rua da zona onde o senhor (a) mora: *Com que probabilidade é que um dos seus vizinhos se dirige a ele e lhe pede para limpar o que sujou?* **(ii)** Um estranho com aspetos suspeitos anda a rondar a zona onde o senhor (a) mora. *Com que probabilidade é que um dos seus vizinhos avisaria outros moradores para estarem alerta?*

A inclusão destas questões no presente estudo, se deve ao facto de em outros estudos científicos, sobretudo os que procuram perceber as atitudes do público em relação a polícia a partir das características sociais nos bairros terem constatado que o controlo social informal afeta as perceções do público em relação a polícia.

### **(iii) Grupo III: Questões relativas à percepção da criminalidade e desordens**

Este grupo (III) é constituído por questões relativas a percepção de desordens físicas e sociais, sentimento de (in) segurança, percepção do volume da criminalidade, a vitimação direta e as fontes de informação.

#### **a) Percepção de desordens físicas e sociais<sup>7</sup>**

A percepção de desordens foi obtida por um conjunto de itens que retratam desordens sociais como agressões, alcoolismo, barulho a noite, cães vadios, consumo de drogas, mendicidade (andar a pedir e sem abrigo), vandalismo na sua zona de residência e desordens físicos designadamente: a degradação de espaços públicos, habitação devoluta (casas abandonadas) e lixo espalhado no chão. Questionou-se ao inquirido a frequência com que percebe cada fenómeno descrito e as respostas podiam ser de nada frequente, pouco frequente, frequente e muito frequente. Os itens foram agrupados num índice global constituído assim a variável percepção de desordens.

#### **b) Sentimento de insegurança**

Na tabela 3 apresentam-se as variáveis e as questões que usualmente são utilizadas para operacionalizar o sentimento de insegurança especificamente o medo do crime, a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime e o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime na sua qualidade de vida. Estas variáveis foram operacionalizadas com base nas questões do ESS5.

---

<sup>7</sup> Adaptado a partir do Inquérito sobre os problemas sociais da Cidade do Porto no âmbito do observatório local de segurança

**Tabela 3:** Variáveis independentes: Operacionalização das variáveis relativas ao sentimento de insegurança

Variável	Questão da ESS5	Escala
O medo do crime	1-Gostaria que me dissesse qual o nível de segurança que sente quando anda sozinho (a) no seu bairro depois de escurecer? E no caso em que o inquirido disse que não anda sozinho, questionou-se o que sentiria se andasse sozinho (a).	1-Muito seguro (a); 2-Seguro (a); 3-Inseguro (a) 4-Muito inseguro
Preocupação com a possibilidade de vitimação	1-Com que frequência se preocupa com a possibilidade de sua casa ser assaltada? 2-Com que frequência se preocupa com a possibilidade de ser vítima de crime violento?	1-Nunca; 2-Só as vezes; 3-Algumas vezes e 4-Sempre ou quase sempre
Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime	1-Gostaria que me dissesse o efeito da preocupação de sua casa ser assaltada na sua qualidade de vida? 2-Gostaria que me dissesse o efeito da preocupação de ser vítima de crime violento na sua qualidade de vida?	1-Nenhum efeito na sua qualidade de vida; 2 Algum efeito e 3-Um efeito sério na sua qualidade de vida

### c) Percepção do volume da criminalidade

Quanto a percepção do volume da criminalidade perguntou-se aos indivíduos da amostra o que acham que aconteceu relativamente a criminalidade no país (Moçambique) e na cidade onde vive que no caso em concreto se poderia referir a cidade de Maputo ou Quelimane de acordo com o contexto de aplicação. Igualmente perguntou-se ao que acham relativamente a corrupção no país (Moçambique) e na polícia. As respostas podiam ir ser aumentou bastante, aumentou um pouco, manteve-se constante, diminuiu um pouco e diminuiu bastante.

### d) Vitimação direta

Quanto às questões de vitimação procurou-se verificar se os indivíduos da amostra nos últimos cinco anos foram vítimas de crimes. Os crimes apresentados são os que habitualmente surgem nos inquéritos de vitimação, nos questionários utilizados em outros estudos que abordam temas relativo às atitudes do público em relação a polícia e nos questionários da escola de Criminologia. Assim, questionou-se o inquirido se já foi vítima de crime (s) que constam na tabela seguinte (4). Para além da prevalência, procurou-se obter a incidência da vitimação questionando o número de vezes que o indivíduo foi vítima e igualmente questionou-se, se o indivíduo procurou ou não a polícia em virtude de ter sido vítima de crime.

**Tabela 4:** Itens (crimes) utilizados para obter a prevalência e incidência da vitimação direta

Crimes utilizados para obter a prevalência e incidência da vitimação	Roubo de algum objeto que estivesse no interior do seu veículo (carteira, telemóvel) ou de alguma peça do veículo (auto-rádio, retrovisor, jante)
	Roubo de seu veículo
	Assalto ou tentativa de assalto à habitação
	Furto de alguma coisa
	Roubo de alguma coisa
Ameaça de agressão ou tentativa de agressão física	

Fonte: Questão adaptada a partir do inquérito sobre os problemas sociais da Cidade do Porto no âmbito do observatório local de segurança

#### **(iv) Grupo IV: Questões relativas a polícia**

Este grupo contende com questões relativas a polícia que a seguir se passam a descrever: **(i)** Perceção de respeito pelos direitos humanos pela polícia. Estas perceções foram circunscritas em duas situações específicas como é o caso da intervenção em manifestações e greves. A operacionalização foi feita por uma questão com a qual se perguntou ao inquirido a frequência com que a polícia respeita os direitos humanos e as respostas podiam ir de 1-raramente e 4-muito frequentemente. A inclusão desta questão pretendeu-se com o facto de constituir uma situação frequente e reportada de forma recorrente pelos organismos de tutela dos direitos humanos ao nível nacional assim como internacional como é o caso da liga moçambicana dos direitos humanos (LDH) e a AI.

**Tabela 5:** Modalidades de contacto voluntário e compulsivos com a polícia

<b>Contactos voluntários</b>	<b>Contactos compulsivos</b>
Solicitou informação a um polícia	Foi revistado por polícias
Procurou a polícia por ter sido vítima de um crime	Foi abordado numa investigação de crime
Procurou a polícia devido acidente de trânsito	Foi parado numa operação de trânsito
Informou-se sobre crimes por polícias	Foi abordado e solicitado documento de identificação
Teve contato com a polícia para resolver conflito.	

**(ii).** Contactos com a polícia: a sua operacionalização foi feita em consonância com o estudo de Silva e Beato (2013) e de outros estudos científicos abordando a mesma temática, tendo-se questionado o inquirido se nos últimos cinco anos teve contacto com a polícia. Estes contactos foram agrupados em duas categorias a saber: contactos voluntários e contactos compulsivos (tabela 5).

**(iii).** Equidade procedimental; **(iv).** Alinhamento moral; **(v).** Dever de obediência; **(vi).** A perceção de **(i)** Legalidade; **(vii).** Justiça distributiva; **(viii)** eficiência percebida (lentidão ou

rapidez da polícia): a tabela seguinte (6) sumariza as variáveis indicadas e a forma da sua operacionalização.

**Tabela 6:** Variáveis independentes: Operacionalização das variáveis relativas a polícia

Variável	Questões do ESS5	Escala
Equidade da procedimental polícia	<p><i>“Em que medida acha que a polícia”:</i></p> <p>1-Trata as pessoas com respeito;            2-Toma decisões imparciais nos casos com que lida;            3-Justifica as suas decisões e ações quando isso lhe é pedido ao lidar com as pessoas.</p>	<p>1-Raramente;            2-Algumas vezes;            3-Frequentemente e            4-Muito frequentemente</p>
Alinhamento moral com a polícia	<p>1-A polícia tem geralmente o mesmo sentido de certo e errado que o senhor (a) tem;            2-A polícia defende valores que são importantes para pessoas como o senhor (a); e            3-Em geral está de acordo com o modo como a polícia costuma atuar.</p>	<p>1-Discorda totalmente;            2-Discorda;            3-Não concorda nem discorda, 4-Concorda e            5-Concorda totalmente</p>
Dever de obediência à polícia	<p>1-Apoiar as decisões da polícia, mesmo que não concorde com elas;            2-Fazer o que a polícia diz, mesmo que não compreenda as razões ou não concorde com elas;            3-Fazer o que a polícia lhe diz, mesmo que não goste do modo como for tratada.</p>	<p>0-Não tenho nenhum dever            10-Tenho todo dever</p>
Perceção da ilegalidade da polícia	<p>1-Em que medida acha que a polícia aceita subornos?            2-Em que medida acha que a polícia está envolvida nos crimes de sequestros ou raptos e a 3-Em que medida acha medida que a polícia está envolvida nos crimes de roubo com recurso a mão armada</p>	<p>0-Nunca            10-Sempre</p>
Perceção da justiça distributiva da polícia	<p>1-Com base no que tem ouvido falar ou presenciado, gostaria que me respondesse: quando as vítimas de um crime vão a polícia apresentar queixa, acha que a polícia trata pior os ricos, trata pior os pobres ou trata da mesma maneira ricos e pobres</p>	<p>1-Trata pior os ricos;            2-Trata pior os pobres e            3-Trata ricos e pobres da mesma maneira</p>
Perceção de lentidão ou rapidez da polícia	<p>1-Gostaria que me dissesse em que medida acha que a polícia seria lenta ou rápida a chegar depois de ter sido chamada se houver um crime violento na sua zona de residência?</p>	<p>0-Extremamente lenta;            10-Extremamente rápida</p>

(ix). O policiamento através da visibilidade da polícia foi operacionalizado por dois itens com os quais se perguntou ao inquirido com que frequência passa na sua rua “(a) *um ou*

*mais agentes da polícia a pé?” e “(b) um carro-patrolha da polícia?” As respostas podiam ser nunca, raramente, quase todos os dias e todos os dias.*

(x). A cooperação com a polícia foi operacionalizada de acordo com a forma usada no questionário aplicado para a tese de mestrado na Escola de Criminologia por Silva (2013) em que apresenta-se algumas situações em que o inquirido é o único a testemunhar um crime e as respostas podiam ser nada provável, pouco provável, provável ou muito provável. És a seguir as situações e respetivas questões: **(a)** Imagine que estava na rua e via alguém a empurrar um homem para o chão e a roubar lhe o carteira: *Qual seria a probabilidade de o (a) senhor (a) chamar a polícia?* **(b)**. Imagine que estava na rua e via alguém a empurrar um homem para o chão e a roubar lhe o carteira: *Em que medida estaria disposto (a) a identificar a pessoa acusada?*

(xi). Procedimento a adotar em casos de ocorrência de crime no bairro de residência: foi operacionalizado por questões seguintes: **(a)** Como iria proceder se tivesse quase certeza ou encontrasse alguém a roubar em sua casa ou na casa do seu vizinho e **(b)** Como iria proceder se alguém fosse encontrado a cometer um crime violento no seu bairro. As respostas podiam ser fazer queixar ou denúncia a polícia, ao tribunal judicial, ao tribunal comunitário (autoridades comunitárias), chamar a imprensa ou outra. Em casos em que o inquirido respondeu “*outra*”, questionou-se qual, para que o indivíduo especificasse a forma de resolução que lhe apresentaria como mais certa ou razoável. Estas questões foram elaboradas pelo autor e a sua inclusão tem em vista avaliar possíveis formas de tratamento de suspeitos de praticar crimes na zona de residência do inquirido.

#### **Grupo IV: Questões relativas a confiança nas instituições e de satisfação**

A confiança nas instituições foi operacionalizada por uma questão através da qual se pergunto ao inquirido “*qual é a confiança pessoal que tem em cada uma das instituições seguintes*<sup>8</sup>”? As respostas podiam ir de zero (0) a dez (10) onde 0 que significa nenhuma confiança a 10 que significa toda confiança. Por último se questionou ao inquerido o seu grau de satisfação com a vida em geral. Esta questão tinha em vista operacionalizar a satisfação com a forma de atuação do governo moçambicano e para operacionalizar a satisfação com do inquerido com a vida do geral questionou-se qual era o seu grau de satisfação com a vida no geral. Para as duas questões, respostas podiam ir de zero (0) a dez (10) onde 0 que significa extremamente insatisfeito a 10 que significa extremamente satisfeito.

---

<sup>8</sup> Constam na tabela 11

## 2.5 Procedimentos

O estudo foi concretizado através da aplicação de questionários a uma amostra de 154 indivíduos, selecionados por conveniência em diferentes zonas da cidade de Maputo e Quelimane. Os questionários foram administrados de forma direta, isto é, ao indivíduo que mostrasse disponibilidade para participar no estudo e de acordo com o lugar a que lhe mais convinha. Assim foram lidas as questões e as respetivas opções e o autor do estudo registava a opção selecionada. De salientar que antes do início do preenchimento do questionário, o inquirido era informado do objetivo do questionário, do tempo estimado para a sua duração, a garantia do seu anonimato e do uso exclusivo dos dados para efeitos da investigação científica conducente à realização da dissertação do mestrado.

## 2.6 Processamento e análise de dados

A inserção, sistematização e análise de dados foi realizada com o programa informático IBM SPSS® Statistics 21<sup>9</sup> e esta análise foi orientada pelos objetivos da investigação e envolveu procedimentos de análise de estatística descritiva, testes para amostras independentes, análise de correlação, análise de consistência interna e análises de regressão.

### 2.6.1. Procedimentos de análise estatística descritiva

Para a análise da estatística descritiva, foram usadas medidas de tendência central e medidas de dispersão. No caso das variáveis quantitativas como a idade, os anos de escolaridade e as questões medidas em escalas de likert de dez (10) pontos, entre outras – utilizaram-se medidas como a média (X) e desvio padrão (S.D) para verificar a dispersão face ao valor médio. No caso das variáveis qualitativas como o género, proporção de rendimento, estado civil, ocupação, questões relativas a vitimação, contactos e cooperação com a polícia, a visibilidade da polícia entre outras variáveis foram utilizadas predominantemente as percentagens por se mostrar adequado para a melhor descrição dos dados.

Igualmente, foram realizados testes para a comparação de grupos pré-definidos segundo critérios que surgiram aquando da análise dos presentes dados (feminino e masculino e o grupo dos indivíduos com idade inferior ou igual a 31 anos ou seja indivíduos mais novos e os que têm idade superior a 31 anos ou seja indivíduos mais velhos). Assim de forma a verificar se havia diferenças entre os grupos acima referidos foram utilizados testes não paramétricos

---

<sup>9</sup> O SPSS é um “*software* de manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados de utilização predominante nas Ciências Sociais e Humanas”. Este sistema permite, por exemplo, a realização de procedimentos necessários à “análise descritiva e exploratória; comparação inferencial de grupos paramétricos e não paramétricos; análise de proporções e regressão linear” (Maroco, 2010, p. 1).

dado a violação dos pressupostos da normalidade das distribuições. De acordo com (Maroco, 2011), os testes não paramétricos não exigem à partida, o conhecimento da distribuição amostral, contudo, usou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov para testar a normalidade da distribuição das variáveis, tendo-se concluído que nenhuma variável do estudo segue a distribuição normal o que fez com que se recorresse ao teste de Mann-Whitney para a comparação dos grupos. Para verificar a diferença entre os grupos nas variáveis nominais, utilizou-se o teste do Qui-quadrado.

De acordo com Nunnally, (1978) *cit. in.* Maroco e Marques (2006) um instrumento ou teste é classificado como tendo fiabilidade apropriada quando o  $\alpha$  é pelo menos 0.70. Assim, para medir a consistência interna do conjunto de itens que dão origem aos índices criados utilizou-se a medida do alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach, tendo sido aceite um alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .70, sendo que os itens com alfa inferior ao mencionado são analisados separadamente.

### **2.6.2. Procedimentos de análise e medidas de associação**

Para analisar a correlação entre variáveis foram utilizadas medidas de associação, isto é, coeficientes de correlação, que têm como objetivo quantificar a intensidade e direção da associação entre variáveis. Dada a violação dos pressupostos de normalidade utilizou-se o coeficiente de Spearman que é um coeficiente de correlação não paramétrico utilizado quando não existe relação linear entre as variáveis. De acordo com Maroco (2011) os coeficientes de correlação variam entre  $-1 < RS < 1$ , e apesar de não existir uma regra para especificar a intensidade da associação entre as variáveis, aceitou-se a contribuição de Cohen (1962) *cit. in.* Maroco (2011) considerando que as correlações com valores entre  $-1$  e  $-0.5$  e entre  $0.5$  e  $1$  são elevadas. As correlações entre  $-0.5$  e  $-0.3$  e entre  $0.3$  e  $0.5$  são moderadas e por último, as correlações que têm um valor entre  $-0.3$  e  $0$  e entre  $0$  e  $0.3$  são consideradas fracas. Para verificar se a correlação existente entre as duas variáveis era significativa, atendeu-se ao *p-value*, tendo sido aceite que a correlação era significativa quando o *p-value* fosse inferior a 0.05 (duas extremidades).

Por último considerou-se importante a realização de análise de regressões<sup>10</sup> lineares com o objetivo de perceber que variáveis independentes explicam melhor as variáveis dependentes (confiança na polícia, perceção de eficácia da polícia e a satisfação com a polícia). Para o efeito utilizou-se cinco modelos sendo que no primeiro modelo testou-se o

---

<sup>10</sup>“Conjunto vasto de técnicas estatísticas usadas para modelar relações entre variáveis e prever o valor de uma variável dependente ou resposta a partir de um conjunto de variáveis independentes ou preditores” (Maroco, 2011, p. 673).

poder preditivo das variáveis relativas à polícia seguido pelo modelo com variáveis relativas a desordens segurança objetiva e subjetiva e criminalidade. No terceiro modelo utilizou-se os itens relativos à confiança social, capital social e controlo social informal e no quarto modelo testou-se o poder explicativo das sociodemográficas. No modelo (quinto modelo) testou-se o poder de todas variáveis que utilizados nos modelos anteriores de forma a verificar no conjunto das variáveis e itens quais são as que melhor predizem as variáveis dependentes em estudo. A utilização das variáveis sociodemográficas no quarto modelo, prende-se pelo facto da idade e o género apresentarem um forte efeito na explicação das variáveis dependentes. Na análise dos modelos atendeu-se a dois parâmetros principais: os valores do  $r$  ( $r$ ,  $R^2$ ,  $R^2$  ajustado) e o valor do  $\beta$ .

### CAPITULO III: ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)

Neste capítulo (III) faz-se a caracterização da amostra, a análise de relação entre as variáveis dependentes do estudo com as variáveis independentes e por último se faz a análise de regressão.

#### 3.1 Caracterização da amostra segundo variáveis sociodemográficas

A amostra do estudo é constituída por 154 indivíduos e a tabela 8 sumariza as características sociodemográficas dos inquiridos nomeadamente: o género, estado civil, ocupação, proporção do rendimento mensal, a idade e os anos de escolaridade.

**Tabela 7:** Descrição das variáveis sociodemográficas. (N=154)

Variável	% ou X±SD
Género, Masculino: Femininos	76:78
% de inquiridos feminino	50.6%
Estado civil, Casado ou união de factos: Solteiro (a) e Viúvo (a)	86:68
% de inqueridos casados	55.8%
Ocupação: Empregados: Desempregados: Estudantes: Reformados	76:34:23:21
% de inquiridos empregados	49.4%
Proporção de rendimento, Baixo: Médio: Alto	71:70:13
% de proporção de rendimentos baixo	46.1%
Idade, ≤31: ≥32 - % de indivíduos ≤31	79:75 - 51.3%
(mínimo-máximo)	(18-65)
X±SD	35.21±13.72
Anos de escolaridade, X±SD	9.62±5.39
(mínimo-máximo)	(0-16)

% De inquiridos, X-média e SD-desvio padrão.

Considerando que apenas foram entrevistados indivíduos com idades iguais ou superior a 18 anos, amostra é constituída por indivíduos com idade que varia dos 18 a 65 anos, sendo que a média (X) de idades é de 35.21. Por se constatar que a idade constitui uma variável com um efeito forte na explicação de algumas variáveis dependentes do estudo (confiança na polícia e satisfação com a polícia) para a descrição das restantes variáveis adotou-se utilizar o critério da mediana, isto é, dividiu-se a amostra segundo a idade em dois grupos a partir da mediana que se situa nos 31 anos, obtendo o grupo dos indivíduos com idade ≤31 constituído por 51.3% e o grupo de indivíduos mais idade >31 composto pela proporção restante. Os

indivíduos inquiridos, 50.6% são do género feminino e no que concerne ao estado civil, 55.8% dos inquiridos são casados e ou vivem em união de factos enquanto 44.2% possuem outro estado civil como é o caso de solteiro ou viúvo.

Quanto a anos de escolaridade, questionou-se às habilitações literárias concluídas, sendo possível verificar na tabela na tabela 7 que na amostra existem indivíduos sem nenhum ano de escolaridade e outros com anos de escolaridade até 16. A média dos anos de escolaridade é de 9.62. Em relação a ocupação, 77.9% dos indivíduos da amostra reportam possuir alguma ocupação, isto é, no momento da aplicação do questionário referiram encontrarem-se a realizar alguma atividade do qual possuíam algum rendimento ou que se encontravam matriculados ou inscritos em alguma instituição de ensino. Questionados sobre o a proporção do seu rendimento mensal em comparação com a população no geral, 46.1% dos indivíduos da amostra referiu possuir um rendimento baixo, 45.5% referiu possuir um rendimento médio e apenas 8.4% dos inquiridos referiu possuir um rendimento mensal alto.

### **3.2 Caraterização da amostra segundo perceções de confiança nos outros, capital social e controlo social informal**

Neste ponto afaz-se a caraterização da amostra segundo os itens relativos às variáveis acima indicadas.

#### **3.2.1 Confiança social**

Na tabela seguinte (8) faz-se a descrição da confiança social avaliada através de dois itens seguintes: **(a)** a perceção de honestidade do outro cocidadão e **(b)** a perceção sobre a preocupação da maioria das pessoas com os outros.

A perceção de honestidade dos outros foi medido por uma escala em que valores mais baixos (0) significam que os indivíduos percecionam que a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de dele [inquerido] e valores mais altos (10) significam que os indivíduos, percecionam que a maior parte das pessoas é honesto. O teste de consistência interna efetuado afim de criar-se um índice global resultou no alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .521, inferior ao alfa mínimo aceite para o presente estudo. Assim os itens são analisados separadamente.

Na tabela em referência (8) é possível verificar que a média de perceções relativas a honestidade dos outros, cocidadão é de 4.39 com o desvio padrão de 1.70, o que revela existir ao nível dos indivíduos da amostra perceções de honestidade dos outros cidadãos relativamente baixas. A partir do teste de Mann-Whitney se constata existir diferença estatisticamente significava ( $p < .05$ ), na distribuição de perceções entre o grupo dos

indivíduos mais velhos que percebem a honestidade de forma mais elevada ( $X=4.61$ ) em relação aos indivíduos mais novos ( $X=4.13$ ). Em relação aos grupos que compõem a variável género, não se verifica diferença com significado estatístico ( $p>05$ ), apesar dos indivíduos do género masculino perceberem a honestidade de forma mais elevada ( $X=4.51$ ) em relação aos do género feminino ( $X=4.27$ ).

Em relação a percepção sobre a preocupação com os outros, valores mais baixos (0) significam que o inquirido acha que as pessoas estão preocupadas com elas próprias e valores mais altos (10) significam que o inquirido acha que as pessoas se tentam ajudar umas aos outros. Assim, é possível verificar na tabela 8 que a média da percepção na amostra estudada em relação a preocupação com os outros é 3.73 o que mostra existir nos indivíduos percepções relativamente baixas no que concerne a preocupação em relação aos outros. Entre os grupos que constituem o género não há diferenças com significado estatístico ( $p>05$ ), ao contrário do que se verifica na distribuição das percepções em relação ao item em análise entre os indivíduos mais novos percebem de forma mais elevadas ( $X=3.08$ ) a preocupação da maioria para com os outros cocidadãos em relação aos indivíduos mais velhos ( $X=2.39$ ) e que apresenta diferença com significado estatístico ( $p<.05$ ).

**Tabela 8:** Descrição dos itens da variável confiança nos outros. (N=154)

Variável	Amostra total	Género		p	Idade		p
		Masculino	Feminino		≤31	≥32	
	X±SD (Min.-Máx.)	X±SD	X±SD		X±SD	X±SD	
Percepção de honestidade dos outros	4.39±1.70 (1-9)	4.51±1.95	4.27±1.41	.434	4.13±1.93	4.67±1.38	.004
Percepção sobre a preocupação com os outros	3.73±1.47 (1-7)	2.71±1.09	2.77±1.36	.707	3.08±1.29	2.39±1.06	.000

X-média e SD-desvio padrão. *p-value*: Mann-Whitney Test

*Em suma*, os indivíduos da amostra reportam percepções relativamente baixas quanto aos itens de confiança social, sendo que há percepções mais favoráveis à percepção de honestidade em relação à percepção sobre a preocupação da maioria para com os outros. E quanto à honestidade dos outros pode-se referir que os indivíduos mais velhos possuem percepções mais elevadas em relação aos indivíduos mais novos, enquanto no concernente a percepção da

preocupação da maioria das pessoas para com os outros, os indivíduos mais novo possuem percepções mais elevadas em relação aos indivíduos mais velhos.

### **3.2.2. Capital social**

Com o objetivo de obter as percepções dos indivíduos da amostra em relação ao capital social, operacionalizado por dois itens, primeiramente procurou-se avaliar a frequência de participação do inquirido em convívios com amigos, familiares e colegas de trabalho, e se constatou que 43.5% referiu que participa uma vez por semana e 22.7% referiu que participa várias vezes por semana. De entre as outras opções tidas como respostas, apenas 1.9% dos indivíduos da amostra referiu que participa todos os dias. Em segundo momento, questionou-se ao inquirido a regularidade de participação em atividades sociais comparando-se com pessoas da sua [inquerido] idade, e constatou-se que 47.4% dos indivíduos da amostra referiu que participa menos que a maioria, 33.1% referiu que participa o mesmo que a maioria das pessoas e apenas um inquerido (0.6%) referiu que participa muito mais que a maioria. E não se encontra diferenças estatisticamente significativas quanto às duas variáveis de agrupamento (género e idade).

### **3.2.3 Controlo social informal**

As percepções em relação ao controlo social informal foram obtidas utilizando algumas situações e uma questão para cada situação, e as respostas podiam ir de (1) nada provável a (5) muito provável. O teste de consistência interna efetuado afim de criar-se um índice global resultou no alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .116, inferior ao alfa mínimo aceite para o presente estudo. Assim os itens são analisados separadamente.

Em relação a primeira situação colocada (imagine que alguém da sua área de residência despeja lixo na rua da zona onde o senhor mora) questionou-se aos indivíduos da amostra com que probabilidade é que um dos seus vizinhos se dirige a ele e lhe pede para limpar o que sujou, a apenas 18.8% referiu que seria provável ou muito provável. Enquanto em relação a segunda situação (imagine que um estranho com aspeto suspeito anda a rondar a zona onde o senhor (a) mora) em que questionou-se aos indivíduos da amostra com que probabilidade é um dos seus vizinhos avisa outros moradores para estarem de alerta, a maior parte dos inquiridos (92.2%) referiu ser provável ou muito provável. Como ainda é possível verificar na tabela 9, para os dois itens em descrição os indivíduos do género feminino e os indivíduos mais velhos, reportaram em maior proporção ser provável ou muito provável do que os

respetivos grupos de comparação. No entanto, estas diferenças não atingem significado estatístico para a variável género ( $p > .05$ ).

**Tabela 9:** Descrição dos itens relativos a variável de controlo social informal. (N=154)

Item	Amostra total	Género			Idade			
		n (%)	Masculino n (%)	Feminino n (%)	P	≤31 n (%)	>31 n (%)	P
Controlo social informal	Probabilidade de dirigir-se a alguém que despejou lixo	29 (18.8)	13 (17.1%)	16 (20.5)	.402	9 (11.4)	20 (26.9)	.004
	Probabilidade de avisar outros moradores sobre um estranho	142 (92.2)	73 (69.1%)	69 (88.4)	.707	70 (88.6)	72 (96)	.000

n (%) - número de inquiridos que respondeu “provável” ou “muito provável”

*Em suma*, o controlo social informal é mais elevado na situação em que há elemento com aspeto suspeito que ronda a zona de residência do que em situação em que algum morador despeja lixo na rua, sendo os indivíduos mais velhos os que reportam em maior proporção e com significado estatístico a probabilidade (provável ou muito provável) o que revela que estes são os que apresentam perceções elevadas de controlo social informal em relação aos indivíduos mais novos.

### 3.3 Caracterização da amostra segundo variáveis relativas a desordens, criminalidade e segurança objetiva e subjetiva

Nesta secção faz-se a caracterização da amostra segundo a perceção de desordens no bairro de residência, a perceção do sentimento de insegurança, a prevalência e incidência da vitimação e a perceção do volume da criminalidade na cidade e no país.

#### 3.3.1 Perceção de desordens

Tendo em vista obter as perceções dos indivíduos da amostra relativamente às desordens na área de residência, os inquiridos foram questionados sobre a frequência de um conjunto de itens que constam na tabela seguinte (10).

Partindo da tabela 10 é possível verificar que 88.9% dos indivíduos da amostra considera o lixo ser frequente ou muito frequente, seguido de cães vadios (58.6%), barulho a noite (50.6%), alcoolismo (50.0%) e agressões (46,8%). Por outro lado, uma pequena porção dos inquiridos referiu ser frequente ou muito frequente a degradação de espaços públicos

(7.8%), a mendicidade (9.8%), o vandalismo (16.9%), a prostituição (18.2%) e o consumo de drogas (14.9%).

**Tabela 10:** Frequência percebida das desordens físicas e sociais na área de residência. (n=154)

Itens	Nada frequente/pouco frequente	Frequente/Muito frequente.
	n (%)	n (%)
Agressões	82 (53.2)	72 (46.8)
Alcoolismo	77 (50.0)	77 (50.0)
Barulho a noite	76 (49.4)	78 (50.6)
Cães vadios	73 (47.4)	81 (58.6)
Consumo de drogas	131 (85.1)	23 (14.9)
Degradação de espaços públicos	142 (92.2)	12 (7.8)
Casas abandonadas	118 (76.6)	36 (23.4)
Lixo espalhado no chão	17 (11.1)	137 (88.9)
Mendicidade	139 (90.2)	15 (9.8)
Prostituição	126 (81.8)	28 (18.2)
Vandalismo	128 (83.1)	26 (16.9)

*Em suma*, das 11 desordens apresentadas, os indivíduos da amostra em maior proporção consideram o lixo, cães vadios e barulho a noite como frequente ou muito frequente, sendo que o alcoolismo é percebido como frequente ou muito frequente pela metade do total dos inquiridos. As outras desordens (consumo de drogas, degradação de espaços públicos, casas abandonadas, mendicidade, prostituição, vandalismo e agressões) são percebidas pela maioria dos inquiridos como nada frequente ou pouco frequente.

Com o objetivo de determinar a percepção de desordens ao nível da amostra total, foi criado um índice global (percepção de desordens) constituído por itens que constam na tabela 11, cujo alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach é de .809.

**Tabela 11:** Índice relativo a percepção de desordens (N=154)

Índice/variável	Amostra total	Género			Idade		
		Masculino	Feminino	<i>p</i>	≤31	≥32	<i>p</i>
	X±SD Min.-Máx	X±SD	X±SD		X±SD	X±SD	
Percepção de desordens	2.01±.50 (1-4)	2.14±.57	1.87±.39	.004	2.18±.54	1.81±.39	.000

X-média e SD-desvio padrão, pvalue- Mann-Whitney test

Partindo da análise da tabela 11, verifica-se que a média da percepção de desordens na amostra estudada é de 2.01. Quando comparada a percepção de desordens entre os grupos que constituem o género e a idade se constata diferenças estatisticamente significativas ( $p < .05$ ), sendo possível verificar na tabela em referência (11) que os indivíduos do género masculino

( $X=2.14$ ) e os indivíduos mais novos ( $X=2.18$ ) são os que mais percecionam a presença de desordens em relação aos dos respetivos grupos de comparação.

*Em síntese*, os indivíduos da amostra possuem baixas perceções de desordens, sendo indivíduos do género masculino e os mais novos os grupos que mais percecionam a presença de desordens.

### 3.3.2 Sentimento de insegurança

A caracterização da amostra segundo a perceção do sentimento de segurança é feita com base no medo do crime percebido, a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime e o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime.

#### a) Medo do crime percebido

Com o objetivo de avaliar a perceção relativa ao sentimento de insegurança na componente medo do crime, questionou-se aos indivíduos da amostra qual o nível de segurança que sente quando anda sozinho (a) no seu bairro depois de escurecer. Esta questão foi medida por uma escala em que (1) significa muito seguro e (4) muito inseguro.

**Tabela 12:** Sentimento de insegurança - medo do crime. (N=154)

Variável	Amostra total Inseguro/muito inseguro n (%)	Género		p	Idade		p
		Masculino n (%)	Feminino n (%)		≤31 n (%)	≥32 n (%)	
Medo do crime	99 (64.3%)	38 (50%)	61 (78.2%)	.004	44 (55.7%)	55 (73.3%)	.000

X-média e SD-desvio padrão. P-value do Mann-Whitney Test

Como é possível verificar na tabela 12, a maior parte dos indivíduos da amostra (64.3%) referiu sentir-se inseguro ou muito inseguro sendo os indivíduos do género feminino assim como os indivíduos mais velhos aqueles que referiram sentirem-se mais inseguros ou muito inseguros em relação aos do género masculino e os indivíduos mais novos e quando comparada a distribuição da variável medo do crime entre os grupos que formam a variável género e idade constata-se diferenças estatisticamente significativas ( $p<.05$ ).

#### b) Preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime

Considera-se preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, a preocupação dos indivíduos da amostra com a possibilidade de ser vítima de assalto a residência e a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime violento. Estes dois itens foram medidos por uma escala de 4 pontos nomeadamente em que (0) significa “nunca” e (3) significa “sempre ou quase sempre”. E tendo em vista determinar a preocupação com a

possibilidade de ser vítima de crime, foi criado um índice global (preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime) composto pelos itens que constam na tabela 6, cujo teste de consistência interna dos itens resultou no alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .996.

Como é possível verificar na tabela 13, para os dois itens menor proporção dos indivíduos da amostra (7.8%) referiu que sempre ou quase sempre se preocupa com a possibilidade de ser vítima de assalto a habitação assim como ser vítima de crime violento. A proporção da amostra restante referiu que se preocupa, tendo a maior parte (66.9% e 66.2%) referido que só as vezes se preocupam com a possibilidade de ser vítima de assalto a habitação e de crime violento respetivamente.

Considerando a amostra total, o índice criado “*preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime*” apresenta a média de 1.41 o que consubstancia o facto dos indivíduos da amostra estudada reportarem a preocupação moderada com a possibilidade de ser vítima de crime, sendo que esta preocupação é caracterizada como sempre ou quase sempre por uma pequena proporção da amostra. Comparando a distribuição do índice criado entre os grupos que constituem a variável género e idade, observa-se diferença estatisticamente significativa ( $p < .05$ ), sendo os indivíduos do género masculino ( $X=1.59$ ) assim como os indivíduos mais novos ( $X=1.55$ ) os que reportam em maior proporção a preocupação com a possibilidade de ser vítimas dos crimes mencionados na tabela 13.

**Tabela 13:** Preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime

Itens	Índice	Amostra total	Género		p	Idade		p
			Masculino	Feminino		≤31	≥32	
	n (%)	X±SD Max-Min.	X±SD	X±SD		X±SD	X±SD	
Assalto a habitação	12 (7.8)	1.41±.63 (1-3)	1.59±.70	1.24±.51	.000	1.55±.67	1.26±.43	.002
Ser vítima de crime violento	12 (7.8)							

n (%)-número e percentagem de inquiridos que referiram estar “sempre ou quase sempre”. X-média e SD-desvio padrão. P-Mann-Whitney Test

*Em síntese*, os indivíduos da amostra do presente estudo, reportam preocupar-se com a possibilidade de ser vítima de crime, sendo que esta preocupação para a maioria da amostra é reportada como de frequência ocasional “só as vezes”. Diferentemente do observado para o “medo do crime” os indivíduos do género masculino assim como os indivíduos mais novos são os que mais reportam a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime.

**c) Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime na qualidade de vida**

No seguimento do índice criado anterior procurou-se saber qual o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime na qualidade de vida do inquirido com a possibilidade de ser vítima de assalto a habitação e de crime violento. Estes dois itens, foram medidos por uma escala em que (1) significa nenhum efeito e (3) significa um efeito muito sério, na sua qualidade de vida do inquirido. Como é possível observar na tabela 14, para os dois itens a maior parte dos indivíduos da amostra (98.7%) referiu que a preocupação com a possibilidade de ser vítima de assalto a habitação assim como de ser vítima de crime violento tem algum efeito ou um efeito sério na sua qualidade de vida.

Para determinar o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, foi criado um índice global (efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime) composto pelos itens que constam na tabela 12, cujo teste de consistência interna dos itens resultou no alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .880. O índice criado apresenta a média de 1.38 revelando que a maior parte da amostra estudada reportou que a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime possui algum efeito ou um efeito sério na sua qualidade de vida. Assim, como se constata na tabela 14, o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima crime, reportada pelos indivíduos da amostra apresenta diferença estatisticamente significativa ( $p < .05$ ) entre os grupos que compõem a variável género assim como a idade, sendo os indivíduos do género masculino ( $X=1.53$ ) assim como os indivíduos mais novos ( $X=1.50$ ) os que reportam perceções mais elevados do que os do género feminino assim como os indivíduos mais velhos respetivamente.

**Tabela 14:** Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime

Itens	n (%)	Índice	Amostra total X±SD Max-Min.	Género		p	Idade		p
				Masculino X±SD	Feminino X±SD		≤31 X±SD	≥32 X±SD	
Assalto a habitação	152 (98.7)	Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime	1.38±.51 (1-3)	1.53±.55	1.22±.42	.000	1.50±.55	1.25±.43	.003
Ser vítima de crime violento	152 (98.7)								

X-média e SD-desvio padrão. P-Mann-Whitney Test n (%) -número e percentagem de inquiridos que referiu possuírem algum efeito e um efeito muito sério na sua qualidade de vida.

*Em síntese*, os indivíduos da amostra do presente estudo reportaram que a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime possui efeito na qualidade de vida sendo que

indivíduos do gênero masculino assim como os indivíduos mais novos são os que reportaram maior efeito.

No universo da amostra a maior parte dos inquiridos reportaram sentir-se inseguros, sendo que o medo do crime é mais sentido pelos indivíduos do gênero feminino. Todavia, são em maioria, os indivíduos do gênero masculino os reportam em maior proporção a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime do crime assim como reportam em maior proporção o efeito com a possibilidade de ser vítima de crime em relação aos indivíduos do gênero feminino. Relativamente a idade, tal como ocorre no gênero quanto ao medo do crime, os indivíduos mais velhos são os que reportam mais medo do crime, contudo, são os indivíduos mais novos que mais reportaram a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime assim como reportam em maior proporção o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime na sua qualidade de vida em relação aos indivíduos aos indivíduos mais velhos.

### **3.3.3 Percepção sobre volume da criminalidade e das fontes de informação**

Questionado sobre o volume da criminalidade no país, a maior parte dos indivíduos da amostra (97.4) referiu que a criminalidade aumentou um pouco ou aumentou bastante e apenas 2.6% referiu que diminuiu bastante ou diminuiu um pouco. Em relação a percepção do volume da criminalidade na cidade onde o inquirido mora, a totalidade dos indivíduos da amostra referiu que aumentou um pouco ou aumentou bastante. Para todos itens, constava ainda “*manteve-se constante*”. E quanto a fontes de informação através dos quais os indivíduos da amostra se informaram acerca da criminalidade no país assim como na cidade, a maior parte dos inquiridos (99.4%) referiu que informou-se através de notícias veiculadas através da rádio ou da televisão e apenas 0.6% referiu que informou-se por outras pessoas “ouvir dizer”. De entre as opções de respostas constava ainda como fontes de informação a experiência pessoal, familiares ou amigos próximos, jornais locais e internet que não foram consideradas pelos inquiridos como resposta.

### **3.3.4 Vitimação direta**

Com o intuito de avaliar a prevalência e a incidência da vitimação na amostra estudada, o inquirido foi questionado se nos últimos anos foi vítima ou não de um conjunto de crimes que usualmente têm sido utilizados nos inquéritos de vitimação e partindo da análise da tabela 15, verifica-se que o assalto ou tentativa de assalto em habitação foi o crime reportado pela maioria da amostra (54.5%), seguido de agressões físicas reportado por (31.2%), furto

(19.5%), furto em veículo (18.2%), furto de veículo (13.6%) e por fim roubo por (9.1%) dos inquiridos. Relativamente a incidência, verifica-se na tabela 15 que o crime de furto em veículo, ( $X=.36$ ), o crime de assalto ou tentativa de assalto a habitação ( $X=.77$ ) e agressão física ou ameaça de agressão ( $X=43$ ) são os crimes mais registados (5 vezes), enquanto o crime de furto de veículo ( $X=.13$ ) é o menos registado (1 vez).

**Tabela 15:** crimes, proporção da vitimação e proporção de queixas à polícia.

Crime	Prevalência n (%)	Incidência $X \pm SD$ (Min.-Máx)	Queixas a polícia n (%)
Furto em veículo	28 (18.2%)	.36 $\pm$ .90 (0-5)	12 (42.8)
Furto de veículo	21 (13.6)	.13 $\pm$ .34 (0-1)	19 (90.48)
Assalto ou tentativa de assalto a habitação	84 (54.5)	.77 $\pm$ .85 (0-5)	40 (47.61)
Furto	30 (19.5)	.27 $\pm$ .60 (0-3)	5 (16.67)
Roubo	14 (9.1)	.12 $\pm$ .34 (0-2)	8 (57.14)
Agressão física ou ameaça de agressão	48 (31.2)	.43 $\pm$ .74 (0-5)	22 (45.83)
<b>Total</b>	<b>120 (77.9%)</b>	<b>2.08<math>\pm</math>2.11 (0-15)</b>	<b>106 (47.1)</b>

*n* (%) -número e percentagem de inquiridos

A proporção de inquiridos que referiu ter procurado a polícia em virtude de ter sido vítima de crime é inferior (47.1%) em relação ao que referiu não procurado a polícia (52.9%). O furto de veículo (90.48%) seguido do roubo (57.14%) constituem crimes reportados pela maioria das vítimas enquanto o furto (16.67%) constitui o crime menos reportado à polícia.

**Tabela 16:** prevalência e incidência da vitimação direta. (N=154)

Variável	Amostra total	Género			Idade		
		Masculino	Feminino	<i>p</i>	≤31	>31	<i>p</i>
Prevalência da vitimação	120 (77.9%)	63 (82.9)	57 (73.1)	.175	58 (73.4)	62 (82.7)	.180
Incidência da vitimação $X \pm SD$ (Min.-Máx)	2.08 $\pm$ 2.11 (0-15)	2.09 $\pm$ 2.43	2.08 $\pm$ 1.76	.213	1.79 $\pm$ 1.76	2.40 $\pm$ 2.40	.651

*p*-value: -teste Qui-Quadrado

A prevalência da vitimação na amostra estudada é de 77.9% com uma incidência situada na média de 2.08 e desvio padrão de 2.11. Partindo da análise da tabela 16 se constata que os indivíduos do género masculino (82.9%) e os indivíduos mais velhos (82.7%) são os que foram mais vítimas de crime. Igualmente são os indivíduos do género masculino e os indivíduos mais velhos são os que possuem médias elevadas ( $X=2.09$  e  $X=2.40$ , respetivamente) no concernente à incidência da vitimação. Ou seja, a maioria dos indivíduos do género masculino assim como os indivíduos mais velhos são os que mais reportam ter sido vítima de crime e igualmente são estes (indivíduos do género masculino e os mais velhos) os que foram vítimas de um determinado crime mais vezes em relação aos indivíduos dos respetivos grupos de comparação (indivíduos do género feminino e os mais novos). Contudo,

o teste de Qui-Quadrado não apresenta diferença estatisticamente significativa ( $p > .05$ ) na distribuição da prevalência assim como da incidência entre os grupos em comparação respetivos.

### 3.4 Caracterização da amostra segundo variáveis relativas a polícia

Neste grupo de variáveis de variáveis encontra-se mas variáveis dependentes do estudo e outras que em conjunto com as variáveis descritas anteriormente podem predizer as variáveis dependentes.

#### 3.4.1 Variáveis dependentes

Na tabela 17 sumariza-se as variáveis dependentes do estudo nomeadamente, a confiança na polícia, a perceção da eficácia da polícia e a satisfação com a polícia, relativamente as médias e desvio padrão. Igualmente apresenta-se a média de perceções entre os grupos que compõem o género e a idade com a respetiva estatística para comparação.

##### i. Confiança na polícia

Com o objetivo de avaliar a perceção dos indivíduos da amostra em relação a confiança na polícia, questionou-se o inquirido a confiança pessoal que tem num conjunto de instituições sendo a polícia uma destas instituições. As respostas foram obtidas através de uma escala de 10 pontos, onde valores mais baixos (0) significam “nenhuma confiança” e valores mais altos (10) significam “toda confiança”. Como é possível verificar na tabela 17 a média de perceções sobre confiança na polícia é de 3.94. Os indivíduos do género masculino ( $X = 4.11$ ) e os mais velhos ( $X = 5.39$ ) são os que possuem perceções mais elevadas em relação aos indivíduos do género feminino ( $X = 3.77$ ) e os mais novos ( $X = 2.56$ ). Quando comparada a distribuição da variável em análise entre o género e idade através do teste de Mann-Whitney, apenas verifica-se diferença com significado estatístico entre os grupos que compõem a idade ( $p < .05$ ).

**Tabela 17:** Caracterização da amostra segundo variáveis dependentes do estudo. (N=154)

Variável	Amostra total X±SD (Min.-Máx)	Género			Idade		p
		Masculino X±SD	Feminino X±SD	p	≤31 X±SD	>31 X±SD	
Confiança na Polícia	3.94±.1.98 (0-9)	4.11±.92	3.77±2.02	.294	2.56±1.24	5.39±1.51	.000
Eficácia da polícia	3.73±1.32 (1-7.5)	3.95±1.34	3.51±1.27	.041	3.38±1.41	4.10±1.10	.000
Satisfação com a polícia	3.60±1.71 (0-8)	3.83±1.74	3.38±1.68	.125	2.53±1.07	4.73±1.54	.000

X-média e SD-desvio padrão. P-Mann-Whitney Test

*Em resumo*, os indivíduos da amostra reportam percepções de confiança na polícia relativamente baixas, sendo os indivíduos mais velhos os que possuem percepções mais elevadas em relação aos indivíduos mais novos.

## **ii. Percepção de eficácia da polícia**

A percepção de eficácia da polícia foi operacionalizada através de dois itens com os quais se procurou avaliar a medida que o inquirido acha que a polícia é: (i) eficaz para prevenir crimes em que é usada a violência física ou ameaça de violência na sua cidade e (ii) eficaz para encontrar assaltantes de casas. Os itens foram medidos por uma escala de 10 pontos onde valores mais baixos (0) significam “extremamente ineficaz” e valores mais altos (10) significam “extremamente eficaz”, e tendo em vista determinar a percepção dos indivíduos da amostra relativamente a eficácia da polícia, foi criado um índice global (percepção de eficácia da polícia) cujo teste de consistência interna dos itens resultou no alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .732.

Partindo da análise da tabela 17 verifica-se que a média de percepções dos indivíduos da amostra em relação ao índice criado é relativamente baixo ( $X=3.73$ ). Analisando a distribuição da percepção de eficácia da polícia entre os grupos formados segundo o género e idade, verifica-se que os indivíduos do género masculino ( $X=3.95$ ) assim como os indivíduos mais velhos ( $X=4.10$ ) reportam percepções de eficácia da polícia mais elevadas em relação aos do género feminino ( $X=3.51$ ) e os indivíduos mais novos ( $X=3.38$ ). Em ambas variáveis de agrupamento (género e idade) usando o teste de Mann-Whitney, a diferença entre os grupos apresenta significado estatístico ( $p<.05$ ).

*Em resumo*, os indivíduos da amostra reportam percepções de eficácia da polícia relativamente baixas, sendo os indivíduos do género masculino assim como os indivíduos mais velhos os que possuem percepções mais elevadas em relação aos indivíduos do género feminino assim como dos indivíduos mais novos, respetivamente.

## **iii. Satisfação com a polícia**

Com o objetivo de avaliar o grau de satisfação dos inquiridos com a polícia, questionou-se os indivíduos sobre o grau de satisfação que tinham com a Polícia, e as respostas foram obtidas utilizando uma escala de 10 pontos em que valores mais baixos (0) significam “extremamente insatisfeito” e valores mais altos (10) significam “extremamente satisfeito”. Como é possível verificar na tabela 17, relativamente a satisfação com a polícia a média das percepções dos indivíduos da amostra é de 3.60. Os sujeitos do género masculino ( $X=3.83$ )

assim como os mais velhos ( $X=4.73$ ) apresentam percepções de satisfação com a polícia mais elevadas em relação aos do género feminino ( $X=3.38$ ) e os mais novos ( $X=2.53$ ). Utilizando o teste de Mann-Whitney para a comparação da distribuição da variável em análise nos grupos formados segundo o género e idade, se constata apenas diferença estatisticamente significativa nos grupos formados segundo a idade ( $p<.05$ ).

*Em resumo*, os indivíduos da amostra reportam percepções de satisfação com a polícia relativamente baixas, sendo os indivíduos mais velhos os que reportam percepções de satisfação com a polícia mais elevadas em relação aos indivíduos mais novos.

### 3.4.2 Contactos com a Polícia

Com o intuito de avaliar a frequência e os tipos de contactos com a polícia (voluntário e compulsivo), os inquiridos foram questionados se nos últimos cinco anos tinham tido algum contacto com a polícia em diferentes circunstâncias. Estes itens constam na tabela 18 e geralmente têm sido utilizadas para avaliar o contacto entre o cidadão com a polícia. Na tabela em referência (18) é possível verificar que nos contactos voluntários, isto é, contactos iniciados pelo cidadão, 39% dos inquiridos procurou a polícia por ter sido vítima de crime, 22.7% teve contacto para resolver conflitos, 10.4% procurou a polícia devido acidente de trânsito e nenhum inquirido, reportou ter solicitado informação a polícia e igualmente nenhum procurou a polícia para informar-se sobre crimes.

**Tabela 18:** Tipos e proporção de contacto com a polícia. (N=154)

Tipo de contato	Circunstância de contato nos últimos 5 anos:	n (%)
Contactos voluntários	Solicitou informação a um polícia	0 (0.0)
	Procurou por ter sido vítima de um crime	60 (39)
	Procurou devido acidente de trânsito	16 (10.4)
	Procurou a polícia para informou se sobre crime	0 (0.0)
	Teve contacto para resolver conflito	35 (22.7)
Contactos compulsivos	Foi revistado por polícia	18 (11.7)
	Foi abordado numa investigação de crime	6 (3.9)
	Foi parado numa operação de trânsito	35 (22.7)
	Foi abordado e solicitado documento de identificação	64 (41.6)

*n(%)* - número e percentagem de inquiridos que teve contacto com a polícia nos últimos 5 anos

Nos contactos compulsivos, ou seja, contactos iniciados pela polícia, 41% dos inquiridos referiu que foi abordado e solicitado documento de identificação, 22.7% foi mandado parar numa operação de trânsito (STOP), 11.7% referiu que foi revistado pela

polícia e por último 3.9% dos inquiridos foi contactado pela polícia durante a investigação de um determinado crime.

Partindo da análise da tabela seguinte (19), verifica-se que o número de indivíduos que nos últimos 5 anos teve contacto compulsivo com a polícia é superior (61%) em relação ao número de contactos voluntários (53.9%), ou seja, na amostra estudada reportou-se mais contactos iniciados pela polícia do que os contactos iniciados pelo cidadão. Nos contactos voluntários, os indivíduos do género masculino (61.8%) e os indivíduos mais velhos (56.0%) são os que mais contactos tiveram com a polícia do que os indivíduos do género feminino (46.2%) e os mais novos (51.9%). Contudo, através do teste de Qui-Quadrado apenas verifica-se diferença com significado estatístico entre os grupos que formam a variável género ( $p < .05$ ).

**Tabela 19:** Prevalência de contacto com a polícia. (N=154)

Variável	Amostra total n (%)	Género		p	Idade		p
		Masculino n (%)	Feminino n (%)		≤31 n (%)	>31 n (%)	
Contactos voluntários	83 (53.9%)	47 (61.8)	36 (46.2)	.036	41 (51.9)	42 (56.0)	.364
Contactos compulsivos	94 (61.0%)	54 (71.1)	40 (51.3)	.014	66 (83.5)	28 (37.3)	.000

*p-value:* teste Qui-Quadrado, n (%) -número e percentagem de contactos com a polícia

Em relação aos contactos compulsivos, é possível verificar na tabela 19 que existe diferença estatisticamente significativa na distribuição entre os grupos formados segundo a variável género e idade ( $p < .05$ ), sendo os indivíduos do género masculino (71.1%) e os mais novos (83.5%) os que tiveram mais contactos com a polícia em relação aos do género feminino (51.3%) e os mais velhos (37.3%) respetivamente.

*Em resumo,* na amostra estudada registou-se mais contactos com a polícia de forma compulsiva e os indivíduos do género masculino assim como os mais novos são os que tiveram mais contactos com a polícia, apesar de não observar-se diferença com significado estatístico entre os indivíduos mais novos com os mais velhos no concernente aos contactos voluntários.

### 3.4.3 Alinhamento moral com a polícia

O alinhamento moral com a polícia foi operacionalizado por três itens, questionando-se o inquirido a medida com que concordava ou discordava com as afirmações relativas a perceção de que (i) a polícia tem geralmente o mesmo sentido do certo e do errado que o senhor (a) tem, (ii) a polícia defende valores que são importantes para pessoas como o senhor

(a); e (iii) em geral o inquirido está de acordo com o modo como a polícia costuma atuar. Estes itens foram medidos por uma escala de likert de 5 pontos em que valores mais baixos (0) significam “discordo totalmente” e valor mais alto (4) significa “concorda totalmente”.

**Tabela 20:** Itens que relativo ao alinhamento moral com a polícia

Itens	Discorda totalmente/ discorda	Não discorda nem concorda	Concorda/ concorda totalmente
A polícia tem geralmente o mesmo sentido do certo e errado	2 (1.3)	17 (11)	135 (87.7)
A polícia defende valores que são importantes para pessoas	1 (0.6)	13 (8.4)	140 (90.9)
Em geral estou de acordo com o modo como a polícia atua	92 (59.7)	47 (30.5)	15 (9.7)

Na tabela acima (20), é possível observar que a maior parte dos indivíduos da amostra (87.7%) e (90.9%) referiu que “concorda” ou “concorda totalmente” com a afirmação relativa à percepção de que a polícia possui o mesmo sentido do certo e errado; e que a polícia defende valores importantes para pessoas, respetivamente. E menor parte da amostra (9.7%) referiu que “concorda” ou “concorda totalmente” com o modo com que de a polícia atua.

Para determinar a percepção sobre o alinhamento moral com a polícia na amostra estudada, foi criado um índice global (alinhamento moral com a polícia) composto por três itens indicados na tabela acima (20) cujo teste de consistência interna resultou no alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .702.

Como é possível verificar na tabela 21 a média de percepções do índice criado é de 3.57. Apesar do teste de Mann-Whitney não indicar diferença com significado estatístico na distribuição das percepções relativas ao alinhamento moral nos indivíduos do género masculino e do género feminino ( $p>.05$ ), os indivíduos do género masculino (possuem percepções mais elevadas  $X=3.64$ ) em relação aos do género feminino ( $X=3.50$ ). Relativamente a idade, observa-se diferença estatisticamente significativa na distribuição da variável em análise entre os indivíduos mais novos com os mais velhos ( $p<.05$ ), sendo os mais velhos os que possuem percepções mais elevadas ( $X=3.75$ ) em relação aos indivíduos mais novos ( $X=3.40$ ).

**Tabela 21:** Alinhamento moral com a polícia

Variável	Amostra total X $\pm$ SD (Min.-Máx)	Género		P	Idade		P
		Masculino X $\pm$ SD	Feminino X $\pm$ SD		$\leq 31$ X $\pm$ SD	$> 31$ X $\pm$ SD	
Alinhamento moral com a polícia	3.57 $\pm$ .53 (2-5)	3.64 $\pm$ .50	3.50 $\pm$ .55	.142	3.40 $\pm$ .53	3.75 $\pm$ .55	.000

X-média e SD-desvio padrão. p-value de Mann-Whitney Test

Em síntese, a análise de frequências<sup>11</sup> mostra que a maior parte dos indivíduos da amostra possui alinhamento moral com a polícia no concernente a percepção de que a polícia geralmente tem o mesmo sentido do certo e errado e a defesa de valores que são importantes para pessoas, contudo, uma pequena porção dos indivíduos da amostra possui o alinhamento moral com a polícia relativo ao modo com que a polícia costuma atuar de um modo geral. Estas percepções relativamente antagônicas em relação aos itens (especificamente o último em relação aos itens que o antecede na tabela 20) influenciam com que as percepções em relação ao índice global criado (alinhamento moral com a polícia) a partir dos itens, seja relativamente maior, sendo os indivíduos mais velhos os que possuem percepções mais elevadas relação aos mais novos.

### 3.4.4 Dever de obediência à polícia

Considera-se dever de obediência à polícia a medida em que o inquirido acha que tem o dever de (i) apoiar as decisões da polícia mesmo que não concorde com elas, (ii) fazer o que a polícia diz mesmo que não compreenda as razões ou não concorde com elas; e (iii) fazer o que a polícia lhe diz, mesmo que não goste do modo como for tratado. Estes itens foram medidos por uma escala de 10 pontos onde valores mais baixos (0) significam “não ter nenhum dever” e valores mais altos (10) significam “ter todo o dever”. E para determinar a percepção dos indivíduos da amostra em relação ao dever de obediência, foi criado um índice global (dever de obediência) e o teste de consistência interna dos itens resultou no alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .986.

**Tabela 22:** Alinhamento moral, dever de obediência e percepção de legalidade da polícia

Variável	Amostra total X±SD (Min.-Min.)	Gênero		p	Idade		p
		Masculino X±SD	Feminino X±SD		≤31 X±SD	>31 X±SD	
Dever de obediência à polícia	6.74±2.73 (0-10)	6.69±2.78	6.79±2.71	.774	6.22±2.61	7.29±2.72	.005
Percepção de legalidade da polícia	7.32±1.32 (1-10)	6.86±1.42	7.77±1.15	.000	7.29±1.59	7.36±1.09	.962
Percepção de eficiência	2.47±.92 (1-5)	2.26±.90	2.68±.90	.005	2.19±.89	2.77±.86	.000

X-média e SD-desvio padrão. *p-value*: Mann Whitney Test

Partindo da análise da tabela 22 é possível verificar que a média das percepções dos indivíduos em relação ao dever de obediência à polícia é de 6.74, sendo os indivíduos do gênero feminino (X=6.76) e os mais velhos (X=7.29) os que possuem percepções de obediência à polícia mais elevadas em relação aos do gênero masculino (X=6.69) e os mais

<sup>11</sup> Tabela 20

novos ( $X=6.22$ ). Através do teste de Mann-Whitney se constata diferença com significado estatístico ( $p<.05$ ), apenas entre os grupos formados segundo a variável idade.

*Em síntese*, a mostra estudada possui elevada percepção do dever de obediência à polícia, sendo os indivíduos mais velhos com mais percepções mais elevadas de obediência em relação os mais novos.

### **3.4.5 Percepção de ilegalidade da polícia/desonestidade**

A percepção de legalidade da polícia foi operacionalizada através de três itens com os quais se procurou avaliar a frequência com que o inquirido acha que a polícia: (i) aceita suborno, (ii) está envolvida na prática de crimes de sequestro ou rapto; e (iii) está envolvida na prática de crimes de roubo com recurso a armas de fogo. Estes itens foram medidos através de uma escala de 10 pontos em que valores mais baixos (0) significam “nunca” e valores mais altos (10) significam “sempre”, ou seja, valores mais altos revelam percepção de ilegalidade ou desonestidade da polícia e valores mais baixos revela percepções de legalidade ou honestidade da polícia. Para determinar a percepção dos indivíduos da amostra em relação a legalidade da polícia criou-se um índice global composto pelos três itens indicados cujo alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .849.

Na análise da tabela 20 se constata que a média de percepções dos indivíduos da amostra em relação a legalidade ou desonestidade da polícia é de 7.32. Os indivíduos do género feminino ( $X=7.77$ ) e os mais velhos ( $X=7.36$ ) possuem percepções de ilegalidade ou desonestidade da polícia mais elevadas em relação aos indivíduos do género masculino ( $X=6.86$ ) e os indivíduos mais novos ( $X=7.29$ ) respetivamente. A distribuição das percepções dos inquiridos sobre o índice global criado (percepção de legalidade da polícia) nos grupos formados segundo a variável género e idade penas apresenta significado estatístico ( $p <.05$ ) entre os grupos que formam o género.

*Em síntese*, os indivíduos da amostra possuem percepções elevadas no que concerne a ilegalidade ou desonestidade da polícia, sendo os indivíduos do género feminino os que reportam percepções mais elevadas em relação aos do género masculino.

### **3.4.6 Percepção de eficiência da polícia**

Tendo como objetivo avaliar a percepção dos inquiridos em relação a eficiência da polícia, se questionou aos inquiridos a medida percebida sobre a rapidez ou lentidão da polícia em chegar no bairro onde vive depois de ter sido chamada nos casos de ocorrência de um crime violento, e este item foi medido por uma escala em que valor mais baixo (0)

significa “extremamente lenta” e valores mais altos (10) significa “extremamente rápida”, ou seja, quanto mais alto for o índice, mais eficiente é percebida a polícia. Partindo da análise da tabela 22, é possível verificar que a média de percepções dos indivíduos da amostra é de 2.47. Através do teste de Mann-Whitney constata-se diferenças estatisticamente significativa ( $p < .05$ ) na comparação entre os grupos que formam as variáveis de agrupamento (gênero e idade), sendo os indivíduos do gênero feminino ( $X=2.68$ ) e os mais velhos ( $X=2.77$ ) que os possuem percepções mais elevadas de eficiência da polícia do que os indivíduos do gênero masculino ( $X=2.26$ ), e os mais novos ( $X=2.19$ ) respectivamente.

*Em resumo*, na amostra estudada se constata baixas percepções de rapidez da polícia, ou seja, a os indivíduos da amostra possuem baixas percepções de eficiência da polícia, sendo os sujeitos do gênero feminino assim como os mais velhos os que possuem percepções mais elevadas.

### 3.4.7 Equidade procedimental da polícia

A equidade procedimental da polícia foi operacionalizada por três itens utilizados para questionar aos inquiridos a frequência com que a polícia: (i) trata as pessoas com respeito, (ii) justifica as suas decisões e ações quando lhe é pedido ao lidar com as pessoas, e (iii) toma decisões imparciais nos casos com que lida. Estes itens foram medidos por uma escala de 10 pontos em que valores mais baixos (1) significam “raramente” e valores mais altos (4) significam “muito frequentemente”.

**Tabela 23:** Itens relativo a equidade procedimental da polícia (N=154)

Item	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente/muito frequentemente
Frequência com que a polícia trata as pessoas com respeito	27 (17.5%)	114 (74.0%)	13 (8.4%)
Frequência com que a polícia justifica suas decisões e ações	18 (11.7%)	119 (77.3%)	17 (11%)
Frequência com que a polícia toma decisões imparciais nos casos com que lida	133 (86.4)	19 (12.3%)	2 (1.3%)

Como é possível verificar na tabela 23 é possível constatar que menor proporção dos indivíduos da amostra (8.4%, 11% e 1.3%) referiu que frequentemente ou muito frequentemente a polícia trata as pessoas com respeito, justifica suas decisões e ações quando lhe é pedido ao lidar com as pessoas e toma decisões imparciais nos casos com que lida, respectivamente, sendo que para a maioria da amostra estudada (74.0% e 77.3%) a polícia trata as pessoas com respeito e justifica as suas decisões e ações só em algumas vezes. De salientar

que em relação a percepção em relação a frequência com a polícia toma decisões imparciais nos casos com que lida a maior parte da amostra (86.4%) classificou a sua frequência como raramente.

Para determinar a percepção dos indivíduos da amostra em relação a equidade procedimental da polícia, criou-se um índice global constituído pelos três itens que operacionalizam a variável em análise, sendo que o alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach é de .709.

**Tabela 24:** Equidade procedimental da polícia

Variável	Amostra total	Género		p	Idade		p
		Masculino	Feminino		≤31	>31	
	X±SD	X±SD	X±SD		X±SD	X±SD	
	Min.-Máx						
Equidade procedimental da polícia	1.67±.37 (1-3)	1.62±.38	1.75±.35	.015	1.63±.38	1.75±.35	.003

X-média e SD-desvio padrão. *p-value*: Mann-Whitney Test

A média de percepções dos indivíduos da amostra em relação ao índice global (equidade procedimental da polícia) é de 1.67. Os indivíduos do género feminino ( $X=1.75$ ) e os mais velhos ( $X=1.75$ ) possuem percepções de equidade procedimental da polícia mais elevadas em relação aos do género masculino ( $X=1.62$ ) e os indivíduos mais novos ( $X=1.63$ ) respetivamente. A diferença entre os grupos de ambas variáveis de controlo (género e idade) apresenta significado estatístico ( $p<.05$ ).

*Em resumo*, os indivíduos da amostra reportaram baixa percepções de equidade procedimental da polícia, sendo os sujeitos do género feminino assim como e os mais velhos são os que reportam percepções mais elevadas em relação a variável em análise do que os indivíduos do género masculino e os mais novos.

### 3.4.8 Justiça distributiva da polícia

A questão colocada para operacionalizar a justiça distributiva da polícia tinha com base situações que os indivíduos presenciaram ou ouviram falar tendo-se questionado aos inquiridos como percebem a forma como a polícia trata as vítimas de crime quando vão apresentar queixa, designadamente: trata pior os ricos, trata pior os pobres ou trata ricos e pobres da mesma maneira. Este item foi medido por uma escala de três pontos em que (1) significa, “trata pior os ricos” e (3) significa “trata da mesma maneira ricos e pobres”. Para a análise e tratamento estatístico, efetuou-se a dicotomização da escala para 1 – “trata de forma desigual” resultante da das opções “trata pior os ricos e trata pior os pobres” e 2 - “trata de forma igual”

**Tabela 25:** Justiça distributiva da polícia (N=154)

Variável	Amostra total n, (%)	Género		p	Idade		p
		Masculino n (%)	Feminino n (%)		≤31 n (%)	>31 n (%)	
Justiça distributiva	14 (9.1)	10 (13.2%)	4 (5.1%)	.072	6 (7.6%)	8 (10.7%)	.351

*n*(%)=número de inquiridos que considera que a polícia trata as vítimas de forma igual

Como é possível verificar na tabela acima (23), 9.1% da amostra total referiu que quando as vítimas de crime vão prestar queixa a polícia trata de forma igual. Os indivíduos do género masculino (13.2%) e os indivíduos mais velhos (10.7%) são os que em maior porção referiram que a polícia trata de forma igual em relação aos do género feminino (5.1%) e os mais novos (7.6%), respetivamente. Contudo, através do teste de Mann-Whitney se constata que a diferença entre os grupos que formam as variáveis de controlo (género e idade) não tem significado estatístico ( $p > .05$ ).

*Em síntese*, na amostra estuda, a maior parte dos inquiridos possuem perceções de que a polícia trata de forma desigual as vítimas de crimes, quando estes vão prestar queixa na polícia, e não se constata diferenças com significância estatística quando se compara a distribuição das perceções da variável em análise nos grupos formados segundo a variável género e idade.

### 3.4.9 Perceção de respeito dos Direitos Humanos pela polícia

Com o intuito de avaliar a perceção do respeito de direitos humanos pela polícia, especificamente em situações de manifestação e a greve, questionou-se aos inquiridos a frequência com que percebem que a polícia respeita os direitos dos cidadãos durante intervenção em situação de manifestações e greves. Este item foi medido numa escala de quatro pontos em que valores mais baixos (1) significam “raramente” e valores mais altos (4) significam “muito frequentemente”. A média de perceções dos indivíduos da amostra em relação ao respeito dos direitos humanos pela polícia é de 1.98. Os indivíduos do género feminino ( $X=2.00$ ) assim como os indivíduos mais velhos ( $X=2.01$ ) possuem perceções mais elevadas em relação aos indivíduos do género masculino e os mais novos. Todavia, na comparação da distribuição da variável entre os grupos que formam as variáveis de controlo (género e idade) não apresenta significado estatístico ( $p > .05$ ) usando o teste de Mann-Whitney.

*Em síntese*, os indivíduos da amostra possuem perceções do respeito de direitos humanos pela polícia nas situações de manifestações e greves relativamente baixas, não

tendo-se constatado diferenças com significância estatística na comparação da distribuição das percepções da variável em análise entre os indivíduos do gênero masculino e feminino assim como os indivíduos mais velhos e mais novos.

### 3.4.10 Visibilidade da polícia

Considera-se a visibilidade da polícia a frequência do patrulhamento feito pela polícia a pé e em carro-patrolha na rua do inquerido. Os itens foram medidos através de uma escala em que (1) significa “nunca” e (4) significa “todos os dias”. Com os itens mencionados, não foi criado um índice global, pois, o teste de consistência interna resultou no alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de .540, inferior ao alfa mínimo (.70) adotado para o presente estudo. Assim, os itens são analisados separadamente.

Relativamente a visibilidade da polícia, 44.8% e 53.9% dos indivíduos da amostra referiu que quase ou todos os dias passa na rua da sua residência um ou mais agente (s) da polícia a pé e em carro-patrolha, respetivamente. Os indivíduos do gênero masculino (48.7%) e os indivíduos mais velhos (52.0%) em maior proporção referiram que vê a polícia a pé quase os dias ou todos os dias a polícia passa pela sua rua a pé. Em relação a visibilidade da polícia em carro patrulha, indivíduos do gênero feminino (57.7%) e também indivíduos do gênero masculino (58.6) são em maior proporção os que referiram que vê a polícia em carro-patrolha quase todos ou todos os dias. Contudo, o teste de Mann-Whitney não é estatisticamente significativo quando se compara a distribuição dos dois itens nos grupos formados a partir das variáveis de agrupamento ( $p > .05$ ).

**Tabela 26:** Visibilidade da polícia (N=154)

Item	Amostra total n (%)	Gênero		<i>p</i>	Idade		<i>p</i>
		Masculino n %	Feminino n %		≤31 n %	>31 n %	
Visibilidade da polícia a pé	69 (44.8)	37 (48.7)	32 (41.1)	.212	30 (37.8)	39 (52.0)	.721
Visibilidade da polícia em carro-patrolha	83 (53.9)	38 (50.0)	45 (57.7)	.706	39 (49.3)	44 (58.6)	.603

*n (%)*-número e percentagem de inquiridos que vê a polícia “quase todos os dias” ou “todos os dias”

### 3.4.11 Cooperação com a polícia em situações de crime

Para avaliar a percepção dos indivíduos da amostra em relação a cooperação com a polícia, foram apresentadas algumas situações em que o inquirido era a único testemunha em

que estando na rua via alguém a empurrar um homem para o chão e a roubar-lhe a carteira, questionou-se: (i) a probabilidade de chamar a polícia e, (ii) a sua disposição em identificar a pessoa acusada. Estes itens foram medidos através de uma escala em que valores mais baixo (1) significam “nada provável” e valores mais altos (4) “muito provável”. Na tabela seguinte (27) é possível verificar que 35.1% e 7.1% responderam que seria provável ou muito provável chamar a polícia e identificar a pessoa acusada, respetivamente. Ou seja, apenas pequena porção dos indivíduos da amostra consideram ser provável ou muito provável cooperar com a polícia.

**Tabela 27:** Itens relativo a cooperação com a polícia. (N=154)

Item	Nada provável/pouco provável	Provável/muito provável
Probabilidade de chamar a polícia	100 (64.9)	54 (35.1)
Disposição de identificar a pessoa acusada	143 (92.9)	11 (7.1)

Com o objetivo de determinar as perceções dos indivíduos da amostra em função dos itens que constam na tabela 27, criou-se um índice global de cooperação com a polícia cujo alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach é de .817. E partindo da análise da tabela seguinte (28), consubstancia-se a frequência de respostas relativas aos itens que formam a cooperação com a polícia, pois, a média das perceções dos indivíduos da amostra em relação ao índice criado é de 2.21 com o desvio padrão de .70, revelando que os inquiridos percecionam como baixa a possibilidade de cooperar com a polícia.

Os indivíduos do género feminino ( $X=2.34$ ) e os indivíduos mais velhos ( $X=2.25$ ) possuem perceções de cooperação com a polícia mais elevadas em relação aos do género masculino ( $X=2.08$ ) e os sujeitos mais novos ( $X=2.17$ ), respetivamente. O teste de Mann-Whitney apresenta diferença com significado estatístico na distribuição entre os grupos que formam a variável idade ( $p < .05$ ), não tendo-se observado diferença com significado estatístico entre os dois grupos analisados na variável género.

**Tabela 28:** Cooperação com a polícia

Índice/Variável	Amostra total X $\pm$ SD Min.-Máx	Género			Idade		
		Masculino X $\pm$ SD	Feminino X $\pm$ SD	<i>P</i>	$\leq 31$ X $\pm$ SD	$> 31$ X $\pm$ SD	<i>P</i>
Cooperação com a polícia	2.21 $\pm$ .69 1-4	2.08 $\pm$ .70	2.34 $\pm$ .65	.022	2.17 $\pm$ .78	2.25 $\pm$ .57	.637

X-média e SD-desvio padrão. *p-value*: Mann-Whitney Test

*Em síntese*, na amostra estudada nas situações referidas se perceciona baixa possibilidade de cooperar com a polícia. Os indivíduos do género feminino são os que

possuem percepções de cooperação com a polícia mais elevadas do que os do género masculino.

### **3.4.12 Procedimento para resolução de situação de crime**

Questionados sobre o procedimento a adotar para resolução de uma situação de crime de roubo e crime violento no bairro de residência, a maior proporção dos inquiridos (92.9%) referiu que optaria por fazer queixa ou denúncia à polícia e 7.1% referiu que optaria por outros procedimentos sendo que para estes últimos, agredir o suspeito infrator seria o procedimento mais adequada.

### **3.5 Confiança nas instituições**

Com o objetivo de avaliar a confiança que indivíduos da amostra têm em relação as instituições mencionadas na tabela 29, questionou-se ao inquerido qual é a confiança pessoal que tem em cada instituição. Para a medição, foi utilizada uma escala de 10 pontos em que (0) significa nenhuma confiança e (10) significa toda confiança. Partindo da análise da tabela 29, verifica-se que os indivíduos da amostra possuem baixas percepções de confiança em relação ao Parlamento, ( $X=2.78$ ), os partidos políticos ( $X=2.45$ ), a vizinhança ( $X=3.18$ ) e as autoridades comunitárias ( $X= 4.62$ ), entretanto, possuem elevadas percepções de confiança em relação ao tribunal judicial ( $X=6.46$ ), a igreja ( $X=6.66$ ) e a imprensa ( $X=8.74$ ).

Os indivíduos do género feminino possuem percepções de confiança mais elevadas em relação ao Parlamento ( $X=2.82$ ) e às autoridades comunitárias ( $X=4.79$ ), do que os indivíduos do género masculino. Contudo, não se observa diferença com significado estatístico entre os dois grupos analisados ( $p > .05$ ). Igualmente os indivíduos do género feminino possuem percepções de confiança mais elevadas em relação à igreja ( $X=7.27$ ) e á vizinhança ( $X=4.32$ ) do que os do género masculino ( $X=6.04$  e  $X=3.30$ , respetivamente). Esta diferença entre os grupos entre os dois grupos analisados apresenta significado estatístico ( $p < .05$ ).

Em relação à confiança nos partidos políticos, os indivíduos do género masculino apresentam percepções mais elevadas ( $X=2.59$ ) do que os indivíduos do género feminino ( $X=2.32$ ); igualmente, os indivíduos do género masculino possuem percepções de confiança mais elevadas em relação à imprensa ( $X=8.84$ ) do que os do género feminino ( $X=8.64$ ). Contudo, a diferença entre os grupos não é estatisticamente significativa. Os indivíduos do género masculino também possuem percepções de confiança mais elevadas em relação ao tribunal judicial ( $X=6.82$ ) do que os do género feminino ( $X=6.12$ ), e esta diferença entre os grupos analisados é estatisticamente significativa. Relativamente a idade, analisando a tabela

29 verifica-se que os indivíduos mais velhos possuem perceções de confiança mais elevadas em relação aos indivíduos mais novos, e o teste de Mann-Whitney, apresenta diferenças com significado estatístico ( $p < .05$ ) com exceção à confiança na imprensa cuja diferença não é estatisticamente significativas ( $p > .05$ ).

**Tabela 29:** Variáveis relativas a confiança pessoal nas instituições

Variável	Amostra total	Género		<i>p</i>	Idade		<i>p</i>
	X±SD Min.-Máx.	Masculino X±SD	Feminino X±SD		≤31 X±SD	>31 X±SD	
Parlamento (Assembleia da República)	2.78±1.43 0-6	2.74±1.31	2.82±1.55	.720	1.91±1.02	3.69±1.23	.000
Partidos políticos	2.45±1.18 0-8	2.59±1.63	2.32±1.90	.208	1.81±1.59	3.13±1.71	.000
Tribunal judicial	6.46±1.54 1-10	6.82±1.34	6.12±1.64	.021	5.89±1.50	7.07±1.34	.000
Imprensa (rádio, jornais escrito e televisão)	8.74±1.06 5-10	8.84±1.14	8.64±.97	.128	8.66±1.11	8.83±1.00	.348
Igreja	6.66±2.45 1-10	6.04±2.47	7.27±2.29	.001	6.05±2.49	7.31±2.25	.001
Autoridades comunitárias	4.62±1.97 1-10	4.43±1.74	4.79±2.17	.336	3.96±1.82	5.31±1.90	.000
Vizinhança	3.82±1.71 1-9	3.30±1.38	4.32±1.86	.000	3.46±1.83	4.20±1.49	.000

X-média e SD-desvio padrão. *p-value*: Mann-Whitney Test

*Em resumo*, os indivíduos da amostra possuem perceções de confiança mais elevadas em relação ao tribunal judicial, à igreja e à imprensa, sendo que relativamente à imprensa os inquiridos reportaram perceções de confiança mais elevadas. Os indivíduos do género feminino reportaram perceções de confiança mais elevadas em relação ao parlamento, à igreja e à vizinhança do que os indivíduos do género masculino. Estes últimos possuem perceções de confiança mais elevadas em relação ao tribunal judicial. No que concerne aos grupos formados segundo a idade, não se verifica diferenças significativas em relação à confiança na imprensa, enquanto para as outras instituições analisadas, indivíduos mais velhos reportaram perceções de confiança mais elevadas do que os indivíduos mais novos.

### 3.6 RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS (ANÁLISE DE CORRELAÇÕES)

Após caracterização da amostra, sumariza-se na tabela 30<sup>12</sup> as variáveis e itens que a seguir se procura descrever a sua correlação com as dependentes do estudo. Na apresentação dos resultados destacam-se sobretudo as correlações significativas do coeficiente de Spearman. Este coeficiente foi utilizado devido a violação dos pressupostos de normalidade como é possível verificar a partir do teste de Kolmogorov-Smirnov (tabela 30 no anexo I).

Como referido anteriormente, os itens cujo teste de consistência interna resultou num alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach inferior ao adotado no presente estudo (.70), são relacionados com as variáveis dependentes (confiança na polícia, a eficácia da polícia e a satisfação com a polícia) de forma separada.

#### 3.6.1 Relação entre as variáveis dependentes com as variáveis sociodemográficas

Na tabela seguinte (31) apresentam-se os coeficientes de correlação entre as variáveis dependentes do estudo com as variáveis sociodemográficas, sendo possível verificar que a correlação entre a confiança na polícia com o género, ocupação e proporção de rendimento não apresenta significância estatística, verificando-se igualmente ausência de significância estatística na correlação entre a percepção de eficácia da polícia com a ocupação e a proporção de rendimento, e também a ausência de significância verifica-se na correlação entre a percepção de satisfação com o trabalho da polícia com a cidade de residência e o género.

**Tabela 31:** Correlação das variáveis dependentes com as variáveis sociodemográficas

Variável	Confiança na polícia	Eficácia da polícia	Satisfação com a polícia
Género_1=Masculino_2=Feminino	-.085	<b>-.165*</b>	-.124
Estado civil_1=Casado_2=Outros	<b>-.429**</b>	<b>-.159*</b>	<b>-.500**</b>
Ocupação_1=Outros_2=Desempregado	-.075	-.133	<b>-.162*</b>
Idade_18 à 65	<b>.717**</b>	<b>.312**</b>	<b>.648**</b>
Anos de escolaridade: 0 á 16	<b>-.482**</b>	<b>-.415**</b>	<b>-.502**</b>
Rendimento_1=Baixo_3=Alto	.148	-.089	<b>.187*</b>

\*A correlação é significativa ao nível de 0.05 (2-tailed)

\*\* A correlação é significativa ao nível de 0.01 (2-tailed)

Como é possível verificar, a confiança na polícia correlaciona-se negativamente com o estado civil ( $r=-.429$ ) e os anos de escolaridade ( $r=-.482$ ), sugerindo que os indivíduos solteiros e os têm mais anos de escolaridade reportam percepções de confiança na polícia mais

<sup>12</sup> No anexo I

baixas. A variável em análise (confiança na polícia) ainda se correlaciona, porém positivamente com a idade ( $r=.717$ ), significando que os indivíduos mais velhos possuem percepções de confiança na polícia mais elevadas como já descrito anteriormente.

Quanto à eficácia da polícia, é possível verificar na tabela 31 que esta correlaciona-se negativamente com o gênero ( $r=-.165$ ), estado civil ( $r=-.159$ ) e anos de escolaridade ( $r=-.415$ ). Estas correlações sugerem que os indivíduos do gênero feminino, os sujeitos solteiros e os que possuem mais anos de escolaridade reportam percepções mais baixas relativamente à eficácia da polícia. A variável dependente em análise, também se correlaciona, porém, positivamente com a idade ( $r=.312$ ) o que significa que os indivíduos mais velhos possuem percepções mais elevadas em relação à de eficácia da polícia.

A satisfação com a polícia correlaciona-se negativamente com estado civil ( $r=-.500$ ), anos de escolaridade ( $r=-.502$ ) e a ocupação ( $r=-.162$ ), sugerindo que os indivíduos solteiro, com mais anos de escolaridade e indivíduos desempregados possuem percepções de satisfação com a polícia mais baixas. A variável dependente em análise ainda se correlaciona, porém, positivamente com a idade ( $r=.648$ ) e a proporção de rendimento ( $r=.187$ ), o que significa que os indivíduos mais velhos e os que referiram possuir rendimento mensal alto possuem percepções de satisfação com a polícia mais elevadas.

*Em síntese*, nas variáveis sociodemográficas constata-se que na amostra estudada, a variável gênero apenas influencia a percepção de eficácia da polícia, sendo que os indivíduos do gênero feminino possuem percepções mais baixas em relação à variável em causa. A proporção do rendimento apenas afeta a satisfação com a polícia no sentido de indivíduos que reportaram ter rendimento mais elevado em relação aos outros, possuem percepções de satisfação com a polícia mais elevadas. Relativamente ao estado civil, os indivíduos solteiros possuem percepções de confiança, eficácia e satisfação com a polícia mais baixas em relação aos casados. Na variável idade, se observa que os indivíduos mais velhos possuem percepções mais elevadas em relação às variáveis dependentes em estudo do que os indivíduos mais novos. E por fim os indivíduos com mais anos de escolaridade possuem percepções mais baixas em relação às variáveis dependentes do presente estudo.

### **3.5.2 Relação entre as variáveis dependentes com as variáveis de confiança social, capital social e controlo social informal**

Na tabela seguinte (32), apresentam-se as correlações entre as variáveis dependentes com os itens relativos a confiança social, capital social e controlo social informal. Assim, se

pode verificar que a confiança na polícia se correlaciona positivamente com os itens relativos a confiança social nomeadamente: a percepção de honestidade dos outros ( $r=.352$ ) e a percepção relativa a preocupação com a maioria das pessoas para com os outros ( $r=.452$ ) sugerindo que os indivíduos com percepções mais elevadas nos itens referidos, possuem percepções de confiança na polícia mais elevadas.

A variável dependente em análise também se correlaciona, positivamente com os itens relativas ao controlo social informal, porém, apenas com significância estatística com a probabilidade de dirigir se alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe ( $r=-.214$ ) sugerindo que os indivíduos que reportam percepções mais elevadas relativamente ao item referido, possuem percepções mais elevadas de confiança na polícia. Por último, a confiança na polícia correlaciona-se, ainda positivamente com os itens relativos à capital social designadamente: a frequência de participação em convívios com amigos, familiares e colegas de trabalho ( $r=.303$ ) e a regularidade de participação em atividades sociais ( $r=.336$ ) e estas correlações sugerem que os indivíduos com percepções mais elevadas nos itens de capital social reportam percepções de confiança na polícia mais elevadas.

Tal como ocorre em relação a confiança na polícia, a percepção de eficácia da polícia, correlaciona-se positivamente com os itens relativos a confiança social nomeadamente: a percepção de honestidade dos outros ( $r=.352$ ) e a percepção relativa a preocupação com a maioria das pessoas para com os outros ( $r=.284$ ) sugerindo que os indivíduos com percepções mais elevadas nos itens relativos à confiança social possuem percepções mais elevadas em relação à eficácia da polícia. A percepção de eficácia também se correlaciona, positivamente com os itens relativos à capital social designadamente, com a frequência de participação em convívios com amigos, familiares e colegas de trabalho ( $r=.262$ ) e a regularidade de participação em atividades sociais ( $r=.227$ ) e estas correlações sugerem que os indivíduos com percepções mais elevadas em relação aos itens relativos à variável capital social reportam percepções de eficácia da polícia mais elevadas.

A satisfação com a polícia correlaciona-se positivamente com os itens utilizados para a operacionalização da confiança social nomeadamente, com a percepção de honestidade dos outros ( $r=.379$ ) e a percepção relativa a preocupação com a maioria das pessoas para com os outros ( $r=.546$ ). Estas correlações sugerem que os indivíduos com percepções mais elevadas no concernente aos itens referidos possuem percepções de satisfação com a polícia mais elevadas. E igualmente a variável dependente em análise se correlaciona positivamente com o item relativo ao controlo social informal: probabilidade de dirigir se alguém que despejou lixo na

rua e pedir que limpe ( $r=.175$ ) sugerindo que os indivíduos que reportam percepções mais elevadas relativamente ao item referido, possuem percepções mais elevadas de satisfação com a polícia. A variável em análise, ainda se correlaciona positivamente com os itens relativos à capital social designadamente: a frequência de participação em convívios com amigos, familiares e colegas de trabalho ( $r=.359$ ) e a regularidade de participação em atividades sociais ( $r=.309$ ) sugerindo que os indivíduos com percepções mais elevadas nos itens relativos ao capital social reportam percepções de satisfação com a polícia mais elevadas.

**Tabela 32:** Correlação das variáveis dependentes com as variáveis de confiança nos outros, capital social e controlo social informal

Variável	Item	Confiança na polícia	Eficácia da polícia	Satisfação com a polícia
Confiança social	Perceção de honestidade dos outros	.352**	.352**	.379**
	Perceção sobre preocupação da maioria para com outros	.452**	.284**	.546**
Capital social	Frequência de participação em convívios com amigos, familiares e colegas	.303**	.262**	.359**
	Regularidade de participação em atividades sociais	.336**	.227**	.309**
Controlo social informal	Probabilidade de dirigir se alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe	.214**	.059	.175*
	Probabilidade de avisar outros moradores sobre um estranho que anda a rondar a zona...	.070	.014	.027

\* A correlação é significativa ao nível de 0.05 (2-tailed)

\*\* A correlação é significativa ao nível de 0.01 (2-tailed)

*Em resumo*, os indivíduos com percepções mais elevadas no concernente aos itens relativo a confiança social reportam percepções mais elevadas relação à confiança, eficácia e a satisfação com a polícia, enquanto, os indivíduos com percepções mais elevadas relativamente aos itens que expressam o capital social reportam percepções mais baixas de confiança, de eficácia e de satisfação com a polícia. Quanto aos itens relativo ao controlo social informal, apenas se observou que os indivíduos com percepções mais elevadas em relação a probabilidade de dirigir se a alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe reportam percepções mais elevadas quanto à confiança e à satisfação com a polícia, não tendo-se encontrado correlação com a eficácia da polícia.

### 3.6.3 Relação entre as variáveis dependentes com as variáveis relativas à percepção das desordens, da criminalidade e o sentimento de insegurança

Na tabela seguinte (33) apresentam-se as correlações entre as variáveis dependentes com as variáveis relativas à percepção das desordens, da criminalidade, assim como com o sentimento de insegurança.

Assim, a confiança na polícia correlaciona-se negativamente com a percepção de desordens ( $r=-.179$ ), o medo do crime ( $r=-.309$ ), a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $r=-.219$ ) e o com o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $r=-.255$ ), sugerindo que os indivíduos que percebem mais desordens, os que têm mais medo do crime, que reportam mais preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime assim como reportam sentir mais efeitos com a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime possuem percepções de confiança na polícia mais baixas

**Tabela 33:** Correlação das variáveis dependentes com as variáveis relativas ao contexto e a criminalidade

Variável	Confiança na polícia	Eficácia da polícia	Satisfação com a polícia
Percepção de desordens	<b>-.179*</b>	.075	<b>-.176*</b>
Medo do crime	<b>-.309**</b>	<b>-.175*</b>	<b>-.269**</b>
Preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime	<b>-.219**</b>	<b>-.313**</b>	-.155
Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime	<b>-.255**</b>	<b>-.254**</b>	<b>-.177*</b>
Percepção sobre o volume da criminalidade no país	-.065	-.083	-.059
Percepção sobre o volume da criminalidade na cidade	-.084	<b>-.217**</b>	-.072
Prevalência da vitimação	-.092	<b>-.218**</b>	-.097
Incidência da vitimação	-.142	-.114	-.100

\* A correlação é significativa ao nível de 0.05 (2-tailed)

\*\* A correlação é significativa ao nível de 0.01 (2-tailed)

Na tabela 33, ainda é possível verificar que a eficácia da polícia se correlaciona negativamente com o medo do crime ( $r=-.175$ ), com a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $r=-.313$ ), com o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $r=-.254$ ), com a percepção do volume da criminalidade na cidade ( $r=-.217$ ) e com a prevalência da vitimação ( $r=-.218$ ). Estas correlações sugerem que os sujeitos da amostra que reportam sentir mais medo do crime, mais preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, mais efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, que

percecionam maior volume da criminalidade na cidade onde vivem e os que já foram vítimas de crime possuem percepções mais baixas em relação à eficácia da polícia.

Relativamente a satisfação com a polícia, (tabela 33) verifica-se que esta variável se correlaciona negativamente com a percepção de desordens ( $r=-.176$ ), com o medo do crime ( $r=-.269$ ) e com o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $r=-.177$ ); significando que os indivíduos da amostra que percecionam mais desordens, os que reportam mais medo do crime e mais efeitos da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime possuem percepções de satisfação com a polícia mais baixas.

*Em síntese*, nas variáveis relativas às desordens e criminalidade se pode concluir que na amostra estudada, os indivíduos com percepções mais elevadas no atinente à frequência de desordens físicos e sociais na zona onde vivem, possuem percepções de confiança na polícia e satisfação com a polícia mais baixas, não tendo-se encontrado correlação com a eficácia da polícia. Igualmente, no grupo das variáveis em análise se constata que indivíduos com percepções mais elevadas em relação ao medo do crime, preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime e com elevadas percepções em relação ao efeito da preocupação com a possibilidade referida, também reportam percepções mais baixas em relação à confiança, eficácia e a satisfação com a polícia, sendo que com esta última variável depende não se observou correlação com a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime. Por último, os indivíduos com percepções mais elevadas em relação ao volume da criminalidade na cidade onde vive e os que reportaram mais a vitimação, também possuem percepções mais baixas, porém, em relação à eficácia da polícia.

#### **3.6.4 Correlação das variáveis dependentes com as variáveis relativas a polícia**

Na tabela seguinte (34) apresentam-se as correlações entre as variáveis dependentes com as variáveis relativas a polícia. Partindo da análise da tabela referida (34), verifica-se que a confiança na polícia se correlaciona positivamente com o alinhamento moral ( $r=.356$ ), com o dever de obediência ( $r=.296$ ), com a percepção de eficiência ( $r=.383$ ), com a percepção de equidade procedimental ( $r=.206$ ) e com a percepção da justiça distributiva ( $r=.210$ ) e negativamente com os contactos compulsivos ( $r=-.364$ ). Estas correlações positivas sugerem que os indivíduos da amostra com percepções mais elevadas em relação em às variáveis independentes referidas reportam percepções mais elevadas em relação à confiança na polícia. Enquanto a correlação negativa sugere que os indivíduos que tiveram mais contactos

compulsivos com a polícia possuem percepções mais baixas em relação à confiança na polícia. A mesma correlação não se observou para os contactos voluntários.

**Tabela 34:** Correlação das variáveis dependentes com as variáveis relativas a polícia

Variável	Confiança na polícia	Eficácia da polícia	Satisfação com a polícia
Contactos voluntários	.020	-.075	.021
Contactos compulsivos	<b>-.364**</b>	<b>-.159*</b>	<b>-.378**</b>
Alinhamento moral com a polícia	<b>.356**</b>	<b>.202**</b>	<b>.428**</b>
Dever de obediência à polícia	<b>.296**</b>	<b>.383**</b>	<b>.288**</b>
Percepção de eficiência	<b>.383**</b>	<b>.262**</b>	<b>.354**</b>
Percepção da legalidade da polícia	-.116	-.115	<b>-.184*</b>
Percepção de equidade procedimental	<b>.206**</b>	.054	<b>.196*</b>
Percepção da justiça distributiva	<b>.210**</b>	..060	<b>.198*</b>
Respeito de direitos humanos	.125	-.089	.090
Visibilidade da polícia a pé	.021	.105	.066
Visibilidade da polícia carro-patrolha	.026	-.044	.063
Cooperação com a polícia	.026	-.114	-.040

\* A correlação é significativa ao nível de 0.05 (2-tailed)

\*\* A correlação é significativa ao nível de 0.01 (2-tailed)

Em relação a eficácia da polícia, é possível verificar na tabela acima (34), a correlação positiva com o alinhamento moral ( $r=.202$ ), com o dever de obediência ( $r=.383$ ), com a percepção de eficiência da polícia ( $r=.262$ ) e negativamente com os contactos compulsivos ( $r=-.159$ ) sugerindo que os indivíduos com percepções mais elevadas em relação ao alinhamento moral, ao dever de obediência, à eficiência possuem percepções mais elevadas em relação à eficácia da polícia. Enquanto os indivíduos que tiveram mais contactos compulsivos possuem percepções mais baixas em relação à eficácia da polícia.

Igualmente na tabela 34 é possível verificar que a satisfação com a polícia se correlaciona positivamente com o alinhamento moral ( $r=.428$ ), com o dever de obediência ( $r=.288$ ), com a percepção de eficiência ( $r=.354$ ), com a percepção de equidade procedimental ( $r=.196$ ) e com a percepção da justiça distributiva ( $r=.198$ ) e negativamente com os contactos compulsivos ( $r=-.378$ ) e com a percepção de legalidade ( $r=-.184$ ). Estas correlações significam que os indivíduos da amostra com percepções mais elevadas em relação ao alinhamento moral, ao dever de obediência, à eficiência, à equidade procedimental e à justiça distributiva reportam percepções mais elevadas em relação à satisfação com a polícia, enquanto os

indivíduos que tiveram mais contactos compulsivos e os que percecionam mais ilegalidades ou desonestidade da polícia reportam perceções mais baixas quanto à satisfação com a polícia.

*Em resumo*, nas variáveis relativas à polícia se constata que na amostra estudada os indivíduos com perceções mais elevadas em relação ao alinhamento moral, ao dever de obediência, à eficiência, à equidade procedimental e à justiça distributiva reportam perceções mais elevadas de confiança, eficácia e satisfação com a polícia. No entanto, não se encontra uma correlação entre a perceção de equidade procedimental e a justiça distributiva com a eficácia da polícia. Igualmente, nas variáveis relativas à polícia, os indivíduos que tiveram mais contactos compulsivos possuem perceções de confiança, eficácia e satisfação com a polícia mais baixas. Enquanto perceções mais elevadas de ilegalidades ou desonestidade da polícia contribuem para perceções mais baixas apenas para a satisfação com a polícia.

### 3.6.5 Relação entre as variáveis dependentes com outras variáveis

Com o objetivo de perceber a relação entre as variáveis dependentes do estudo com outras variáveis, apresenta-se na tabela 35 os respetivos coeficientes de correlação. E como é possível verificar na tabela em referência (35) nas variáveis dependentes apenas a perceção de eficácia não se correlaciona com significância estatístico com a confiança na vizinhança e com a satisfação com a vida no geral.

A confiança na polícia correlaciona-se mais com a confiança no Parlamento ( $r=.742$ ) e menos com a confiança na imprensa ( $r=.220$ ), sugerindo que a polícia e o parlamento possuem médias de confiança mais próximas em relação às outras instituições. Enquanto em relação a imprensa, os dados sugerem que a média de perceções relativas a confiança na polícia e os órgãos de comunicação social mencionados são distantes uma da outra.

**Tabela 35:** Correlação das variáveis dependentes com outras variáveis/itens

Variável	Confiança na polícia	Eficácia da polícia	Satisfação com a polícia
Confiança no Parlamento (ARM)	.742**	.364**	.596**
Confiança nos Partidos políticos	.541**	.439**	.438**
Confiança nos Tribunal judicial	.574**	.375**	.601**
Confiança na Imprensa	.220**	.253**	.229**
Confiança na Igreja	.324**	.194*	.268**
Confiança nas Autoridades comunitárias	.397**	.344**	.349**
Confiança na Vizinhança	.277**	.145	.283**

\* A correlação é significativa ao nível de 0.05 (2-tailed)

\*\* A correlação é significativa ao nível de 0.01 (2-tailed)

De salientar que na descrição dos dados<sup>13</sup> se constatou que, a par dos partidos políticos o parlamento (ARM) e a polícia são as instituições com médias de percepções de confiança mais baixo, sendo a média de percepção de confiança na polícia (3.94 com o desvio padrão de 1.98) a mais próxima a média de percepções de confiança depositada no Parlamento (2.78 com o desvio padrão de 1.43), enquanto a imprensa (rádio, jornais escrito e televisão) apresenta uma média de percepções de confiança (8.74 e desvio padrão de 1.06) mais elevada em relação a todas instituições, o que de certa forma pode justificar o facto de a imprensa ser a fonte de informação que a maioria dos indivíduos do presente estudo (99.4%) utiliza para se informar sobre a criminalidade na cidade assim como no país. A eficácia da polícia se correlaciona mais com a confiança nos tribunais ( $r=.375$ ) o que pode sugerir que a atuação dos tribunais judiciais é que confere eficácia percebida da polícia

### **3.7 ANÁLISE DE REGRESSÃO**

A seguir procura-se perceber que variáveis melhor predizem as variáveis independentes do estudo, nomeadamente: a confiança na polícia, a eficácia da polícia e a satisfação com a polícia com base em cinco modelos seguintes: (i) primeiro modelo testa-se as variáveis relativas à polícia; (ii) segundo modelo testa-se as variáveis relativas às desordens, criminalidade e segurança objetiva e subjetiva, (iii) terceiro modelo procura-se o poder preditivo dos itens relativo à confiança social, capital social e controlo social informal; (iv) quarto modelo examina-se o poder de predição das variáveis sociodemográficas e; (v) no quinto testam-se todas variáveis que formam os quatro modelos referidos. Para o efeito se tem como base um nível de significância de  $\alpha=.05$ , igualmente apresentam-se as variáveis que encontram-se na zona de rejeição, porém, se atingirem significado estatístico.

#### **3.7.1 Predição das variáveis independentes a partir das variáveis relativas à polícia**

Neste primeiro modelo utiliza-se como variáveis preditores da confiança na polícia, eficácia e satisfação a polícia as seguintes variáveis: contactos voluntários, contactos compulsivos, alinhamento moral, dever de obediência, eficiência percebida, percepção de legalidade ou desonestidade, equidade procedimental, justiça distributiva, percepção de respeito dos direitos humanos (DH), visibilidade da polícia a pé e visibilidade da polícia em carro-patrolha.

A partir da tabela 36 observa-se que 35.9% da variância total da *confiança na polícia* é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, constatando-se igualmente que

---

<sup>13</sup> Vide tabela 29

este modelo é significativo ( $p=.000$ ). Os contactos compulsivos ( $p=.029$ ), o alinhamento moral ( $p=.000$ ), o dever de obediência ( $p=.001$ ) e a eficiência percebida ( $p=.001$ ) afetam significativamente a confiança dos cidadãos em relação à polícia, apresentando assim, maior contribuição na predição da variável dependente em questão. Partindo do valor de  $\beta$  de cada variável, constata-se apenas os contactos compulsivos ( $\beta =-.16$ ) explicam negativamente a confiança na polícia como já tinha sido observado anteriormente. A variável “contactos voluntários” encontra-se perto da zona de rejeição, porém, não atinge significado estatístico.

Ainda na tabela 36 observa-se que 19.2% da variância total da *eficácia da polícia* é explicada pelas variáveis independentes relativas à polícia acima indicadas. E este modelo é estatisticamente significativo ( $p=.000$ ). Assim, conclui-se que o dever de obediência ( $p=.000$ ) e a eficiência percebida ( $p=.042$ ) afetam significativamente a percepção de eficácia da polícia e constituem variáveis que entram no modelo de regressão utilizado, com maior contribuição na predição da variável dependente em análise. Partindo dos valores ( $\beta=.31$  para dever de obediência e  $\beta=.24$  para eficiência percebida) permitem verificar que estas variáveis contribuem positivamente na predição da eficácia da polícia. O alinhamento moral ( $p=.067$ ) e a percepção de legalidade da polícia ( $p=.087$ ) encontram-se quase na linha de rejeição não atingindo significado estatístico na predição da variável dependente em análise. Importa salientar que a percepção da legalidade da polícia apesar de não atingir o significado estatístico, partindo do valor ( $\beta=-.14$ ), permite concluir a que esta variável entra negativamente na predição da percepção da eficácia da polícia o que anteriormente foi constatado.

Em relação à *satisfação com a polícia*, através do  $R^2$  ajustado constata-se que 43% da variância total é explicada pelas variáveis relativas à polícia que constam na tabela 36, sendo que este modelo apresenta significado estatístico ( $p=.000$ ). Neste modelo observa-se que os contactos compulsivos ( $p=.008$ ), o alinhamento moral ( $p=.000$ ), o dever de obediência ( $p=.000$ ), a eficiência percebida ( $p=.004$ ) e a percepção de legalidade ( $p=.004$ ) contribuem significativamente na predição da satisfação com a polícia. Observa-se igualmente na Tabela em alusão (36) que as variáveis independentes indicados apresentam maior contribuição na explicação da variável dependente (satisfação com a polícia). Tendo em conta o valor de  $\beta$  de cada variáveis indicado, constata-se que a percepção de ilegalidade da polícia ( $\beta=-.20$ ) e os contactos compulsivos ( $\beta=-.19$ ) explicam negativamente a satisfação com a polícia como já tinha sido observado anteriormente, sendo que as restantes variáveis com significado estatístico (o alinhamento moral, o dever de obediência, e a eficiência percebida) entram positivamente na predição da variável dependente em questão. A variável contactos

voluntários ( $p=.063$ ) encontra-se perto da zona de rejeição, contudo, não atinge significado estatístico.

*Em síntese*, as variáveis relativas à polícia utilizadas no modelo, explicam mais a satisfação com a polícia e menos a eficácia da polícia. No modelo em referência, se observa que as variáveis relativas à polícia que melhor explicam a confiança e a satisfação com a polícia são: o alinhamento moral, o dever de obediência, a eficiência percebida, os contactos compulsivos, a percepção da justiça distributiva e a percepção de legalidade ou desonestidade da polícia, entretanto, esta última não prediz a confiança na polícia. Os contactos voluntários apesar de se encontrarem quase na zona de rejeição, também constituem uma variável que prediz a confiança e a satisfação com a polícia com um maior contributo. Em relação a eficácia da polícia no modelo em referência se constata que apenas o dever de obediência e a percepção de eficiência constituem variáveis que melhor predizem a variável dependente em questão, que igualmente é explicada pelo alinhamento moral e a percepção de legalidade da polícia, mesmo sem atingir significado estatístico, encontrando-se na zona de rejeição.

**Tabela 36: Predição das variáveis independentes a partir das variáveis relativas à polícia**

Variável	Confiança na polícia					Eficácia da polícia					Satisfação com a polícia				
	B	SE B	$\beta$	t	p	B	SE B	$\beta$	t	p	B	SE B	$\beta$	t	p
Contactos voluntários	.28	.17	.11	1.69	.093						.26	.14	.12	1.87	.063
Contactos compulsivos	-.42	.19	-.16	-2.21	<b>.029</b>						-.42	.16	-.19	-2.71	<b>.008</b>
Alinhamento com a polícia	1.16	.26	.31	4.47	<b>.000</b>	.36	.19	.14	1.85	.067	1.18	.22	.36	5.43	<b>.000</b>
Dever de obediência	.17	.05	.24	3.32	<b>.001</b>	.17	.04	.36	4.46	<b>.000</b>	.18	.04	.28	4.18	<b>.000</b>
Eficiência percebida	.55	.16	.26	3.53	<b>.001</b>	.22	.11	.16	2.05	<b>.042</b>	.39	.13	.20	2.94	<b>.004</b>
Percepção de ilegalidade						-.13	.08	-.14	-1.72	.087	-.25	.09	-.20	-2.89	<b>.004</b>
Percepção da Justiça distributiva	.95	.46	.14	2.08	<b>.039</b>										
<i>r</i>	<b>.620</b>					<b>.462</b>					<b>.686</b>				
<i>R</i> <sup>2</sup>	<b>.384</b>					<b>.213</b>					<b>.471</b>				
<i>R</i> <sup>2</sup> ajustado	<b>.359</b>					<b>.192</b>					<b>.430</b>				
<i>p</i>	<b>.000</b>					<b>.000</b>					<b>.000</b>				

### 3.7.2 Predição das variáveis independentes a partir das variáveis relativas a percepção das desordens e criminalidade e segurança objetiva e subjetiva

No segundo modelo procura-se a partir das variáveis relativas a percepção das desordens, criminalidade e segurança objetiva e subjetiva nomeadamente: a percepção de desordem, percepção do volume da criminalidade no país, percepção do volume da criminalidade na cidade, o medo do crime, preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, a prevalência e incidência da vitimação, as que melhor predizem a confiança, a eficácia e a satisfação com a polícia.

Na tabela 37 observa-se que 11.6% da variância total da *confiança na polícia* é explicada pelas variáveis independentes presentes indicadas anteriormente, constatando-se igualmente que este modelo é significativo ( $p=.001$ ). Constata-se que apenas o medo do crime ( $p=.002$ ) afeta significativamente a confiança na polícia. Partido do valor de  $\beta=-.42$ , conclui-se que esta variável entra negativamente no modelo de regressão utilizado e apresenta maior contribuição na predição da variável dependente em análise. A percepção de desordens ( $p=.092$ ) e a incidência da vitimação ( $p=.073$ ) encontram-se perto da zona de rejeição, contudo, não atingem significado estatístico na predição da confiança na polícia.

Em relação a *eficácia da polícia*, é possível verificar na tabela 37 que o modelo é estatisticamente significativo ( $p=.000$ ) e as variáveis independentes incluídas explicam 15% da variância total. Igualmente verifica-se que o medo do crime ( $p=.042$ ), a percepção do volume da criminalidade na cidade ( $p=.004$ ), a prevalência da vitimação ( $r=.026$ ) e a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $p=.047$ ) afetam significativamente e apresentam maior contribuição na explicação da eficácia da percebida. Partindo do valor de  $\beta$  de cada variável independente indicada conclui-se que estas entram negativamente na predição da eficácia nos indivíduos da amostra estudada, como observado na análise de correlação entre estas variáveis. O efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime se encontra na zona de rejeição, contudo, não atinge significância estatística.

**Tabela 37:** Predição das variáveis independentes a partir das variáveis relativas a percepção das desordens e criminalidade e segurança objetiva e subjetiva

Variável	Confiança na polícia					Eficácia da polícia					Satisfação com a polícia				
	B	SE B	$\beta$	t	p	B	SE B	$\beta$	t	p	B	SE B	$\beta$	t	p
Percepção de desordens	-.57	.32	-.14	-1.70	.092						-.51	.28	-.15	-1.84	.063
Medo do crime percebido	-1.17	.37	-.42	-3.18	<b>.002</b>	-.48	.24	-.26	-2.08	<b>.042</b>	-1.12	.28	-.46	-3.95	<b>.000</b>
Preocupação com a possibilidade de ser vítima						-.55	.28	-.26	-2.05	<b>.047</b>	-.72	.34	-.25	-2.14	<b>.034</b>
Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima						-.65	.38	-.24	-1.72	.088					
Percepção do volume da criminalidade na cidade						-2.06	.71	-.22	-2.89	<b>.004</b>					
Prevalência da vitimação						-.54	.24	-.17	-2.25	<b>.026</b>					
Incidência da vitimação	.13	.07	.14	1.80	.073										
<b>r</b>			<b>.404</b>					<b>.422</b>					<b>.357</b>		
<b>R<sup>2</sup></b>			<b>.163</b>					<b>.178</b>					<b>.127</b>		
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>			<b>.116</b>					<b>.150</b>					<b>.110</b>		
<b>p</b>			<b>.001</b>					<b>.000</b>					<b>.000</b>		

Na tabela 37 ainda é possível verificar que 11% da variância total da *satisfação com a polícia* é explicada pela percepção das desordens e as variáveis relativas à criminalidade, segurança objetiva e subjetiva e o modelo apresentado é estatisticamente significativo ( $p=.000$ ). O medo do crime ( $p=.000$ ) e a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $p=.034$ ) possuem significado estatístico e apresentam maior contribuição na predição da satisfação com a polícia. A percepção de desordens encontra-se na zona de rejeição, porém, não atinge significado estatístico. Tal como ocorre em relação ao valor de  $\beta$  das variáveis que predizem a confiança e a eficácia da polícia, constata-se que estas entram negativamente na explicação da variável dependente em questão.

*Em resumo*, o conjunto de variáveis relativas à percepção das desordens e à criminalidade e segurança objetiva e subjetiva, têm maior poder explicativo sobre a eficácia da polícia e menos a satisfação com a polícia e à confiança. No modelo em apressa observa-se que apenas o medo do crime constitui variável que melhor explica a confiança na polícia. Esta variável (medo do crime) igualmente explica melhor a satisfação com a polícia cuja predição também é feita pela preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime. A percepção das desordens apesar de não atingir a significância estatística, situando-se quase na zona de rejeição, contribui para a predição da confiança e satisfação com a polícia. A incidência da vitimação, tal como a percepção das desordens explica a confiança na polícia. Relativamente à eficácia da polícia, na amostra estudada as variáveis relativas as desordens, segurança objetiva e subjetiva e à criminalidade são: o medo do crime, a preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, a percepção do volume da criminalidade na cidade e a prevalência da vitimação. O efeito com a possibilidade de ser vítima de crime igualmente prediz a eficácia da polícia, encontrando-se na zona de rejeição.

### **3.7.3 Predição das variáveis independentes a partir dos itens relativos relativo a confiança social, capital social e controlo social informal**

No terceiro modelo procura-se perceber quais dos itens seguintes: a percepção de honestidade dos outros e percepção de preocupação da maioria das pessoas em relação aos outros (operacionalizam a variável confiança social); a frequência de participação em convívios com amigo, familiares e colegas de trabalho e a regularidade de participação em atividades sociais (operacionalizam a variável capital social); a probabilidade de dirigir-se a alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe e a probabilidade de avisar outros

moradores sobre um estranho que anda a rondar a zona (operacionalizam a variável controle social informal), melhor explicam as variáveis dependentes do estudo.

Partindo da análise da tabela 38 constata-se que 26.8% da variância total da *confiança na polícia* é explicada pelos itens incluídos no modelo, constatando-se igualmente que o modelo utilizado é estatisticamente significativo ( $p=.000$ ). Assim, observa-se que a percepção da preocupação da maioria das pessoas em relação aos outros cidadãos com  $p=.000$  e a regularidade de participação em atividades sociais com  $p=.002$  apresentam significado estatístico na predição da confiança na polícia. Deste modo, nota-se que os dois itens indicados apresentam maior contribuição na predição da variável dependente em questão, entrando positivamente na sua explicação ( $\beta=.40$  e  $\beta=.23$ ), respetivamente. A probabilidade de dirigir-se a alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe ( $p=.069$ ) encontra-se na zona de rejeição, porém, não atinge significado estatístico.

Em relação à *eficácia da polícia* observa-se na tabela a seguir (38) que o modelo utilizado possui significado estatístico ( $p=.000$ ) e 12.7% da variância total da variável dependente em questão é explicada pelos itens inclusos no modelo de regressão. A percepção de honestidade da maioria das pessoas ( $p=.000$ ) e a frequência de participação em convívios com amigos, familiares ou colegas de trabalho ( $p=.029$ ) afetam significativamente a percepção da eficácia da polícia. Os dois itens referidos apresentam maior contribuição e entram positivamente na explicação da eficácia da polícia dado que possuem valores de,  $\beta=.28$  e  $\beta=.17$ , respetivamente.

Por último, ainda é possível verificar na tabela 38 que 33.7% da variância total da *satisfação com a polícia* é explicada pelos itens utilizados e o modelo apresenta significância estatística ( $p=.000$ ). A percepção da preocupação da maioria em relação aos outros cidadãos ( $p=.000$ ) e a frequência de participação em convívios com amigos, familiares ou colegas de trabalho ( $p=.0001$ ) atingem significância estatística e apresentam maior contribuição na predição da satisfação com a polícia. Os itens referidos entram positivamente na predição da satisfação com a polícia ( $\beta=.28$  e  $\beta=.17$ ), respetivamente.

**Tabela 38:** Predição das variáveis independentes a partir dos itens relativos relativo a confiança social, capital social e controlo social informal

Variável	Item	Confiança na polícia					Eficácia da polícia					Satisfação com a polícia				
		B	SEB	$\beta$	t	p	B	SEB	$\beta$	t	p	B	SEB	$\beta$	t	p
Confiança social	Perceção de honestidade dos outros						.22	.06	.28	4.91	<b>.000</b>					
	Perceção da preocupação da maioria das pessoas para com os outros	.53	.10	.40	5.52	<b>.000</b>						.55	.08	.47	6.82	<b>.000</b>
Capital social	Frequência de participação em convívios						.18	.08	.17	2.21	<b>.029</b>	.33	.10	.24	3.51	<b>.001</b>
	Regularidade de participação em atividades sociais	.55	.17	.23	3.17	<b>.002</b>										
Controlo social	Probabilidade de dirigir-se a alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe	.39	.21	.13	1.83	.069										
<b>r</b>				<b>.532</b>					<b>.372</b>					<b>.588</b>		
<b>R<sup>2</sup></b>				<b>.283</b>					<b>.138</b>					<b>.346</b>		
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>				<b>.268</b>					<b>.127</b>					<b>.337</b>		
<b>p</b>				<b>.000</b>					<b>.000</b>					<b>.000</b>		

*Em síntese*, os itens utilizados para a predição das variáveis dependentes do estudo, explicam mais a satisfação com a polícia e menos à eficácia da polícia. No modelo utilizado verifica-se que os itens que melhor predizem a *confiança na polícia* são: a percepção de preocupação da maioria das pessoas em relação aos outros e a regularidade de participação em atividades sociais. Igualmente, a probabilidade de dirigir-se a alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe, explica a confiança na polícia, contudo, encontra-se quase na zona de rejeição. A percepção de honestidade da maioria das pessoas e a frequência de participação em convívios com amigos, familiares ou colegas de trabalho são os itens que melhor predizem a *eficácia da polícia*. A *satisfação com a polícia* tem como melhores preditores a percepção de preocupação da maioria das pessoas em relação aos outros e a frequência de participação em convívios com amigos, familiares ou colegas de trabalho.

#### **3.7.4 Predição das variáveis independentes a partir das variáveis sociodemográficas**

A partir da tabela 39 observa-se que 57.5% da variância total da *confiança na polícia* é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo, constatando-se igualmente que este modelo é significativo ( $p=.000$ ). A partir da tabela ainda conclui-se que o género ( $p=.048$ ), a idade ( $p=.000$ ) e os anos de escolaridade ( $p=.000$ ) afetam significativamente a confiança na polícia. Estas variáveis independentes com significância estatística apresentam maior contribuição na explicação da variável dependente em análise. O estado civil encontra-se perto da zona de rejeição, porém, não atinge significado estatístico. Como efeito, através do valor de  $\beta$  se constata que nas variáveis com significado estatístico, apenas a idade ( $\beta=.57$ ) entra positivamente na predição da variável dependente em questão. Esta tendência foi constatada anteriormente na análise de correlações.

Como é possível verificar na tabela em descrição (39), 17.3% da variância total da *eficácia da polícia* é explicada pelas variáveis sociodemográficas contidas no modelo. Este modelo apresenta significado estatístico dado que o  $p=.000$ . Das variáveis sociodemográficas incluídas no modelo, os anos de escolaridade ( $p=.000$ ) e o género ( $p=.043$ ) apresentam significado estatístico e igualmente apresentam maior contribuição na predição da percepção da eficácia da polícia. A idade encontra-se perto da zona de rejeição, porém, não atinge significado estatístico. Tal como ocorre na confiança, os anos de escolaridade ( $\beta=-.23$ ) e o género ( $\beta =-.11$ ) entram negativamente.

**Tabela 39:** Predição das variáveis independentes a partir das variáveis sociodemográficas

Variável	Confiança na polícia					Eficácia da polícia					Satisfação com a polícia				
	B	SE B	$\beta$	t	p	B	SE B	$\beta$	t	p	B	SE B	$\beta$	t	p
Género_1=Masclino_2=Feminino	-.42	.21	-.11	-1.99	<b>.048</b>	-.40	.20	-.15	-2.04	<b>.043</b>	-.44	.19	-.13	-2.30	<b>.023</b>
Estado civil_1=Casado_1=Outros	-.42	.24	-.11	-1.75	.083						-.75	.22	-.22	-3.48	<b>.001</b>
Idade_18 à 65	2.26	.26	.57	8.60	<b>.000</b>	.37	.22	.14	1.68	.096	1.41	.24	.42	5.94	<b>.000</b>
Escolaridade_0 à 16	-.08	.02	-.23	-3.84	<b>.000</b>	-.08	.02	-.32	-3.82	<b>.000</b>	-.10	.02	-.30	-4.84	<b>.000</b>
<b>r</b>			<b>.766</b>					<b>.435</b>					<b>.743</b>		
<b>R<sup>2</sup></b>			<b>.586</b>					<b>.190</b>					<b>.551</b>		
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>			<b>.575</b>					<b>.173</b>					<b>.539</b>		
<b>p</b>			<b>.000</b>					<b>.000</b>					<b>.000</b>		

Por último, as variáveis sociodemográficas utilizadas no modelo de regressão em análise explicam 53.9% da variância total da *satisfação com a polícia* e, o em alusão é estatisticamente significativo ( $p=.000$ ). A variável idade ( $p=.000$ ), os anos de escolaridade ( $p=.000$ ), estado civil ( $p=.001$ ) e o género ( $p=.023$ ) atingem significado estatístico e apresentam maior contribuição na predição da satisfação com a polícia. Destas variáveis, apenas a idade ( $\beta=.42$ ) entra positivamente na explicação da satisfação com a polícia.

*Em síntese*, se conclui que as variáveis sociodemográficas utilizadas no modelo, explicam mais a confiança na polícia e menos a eficácia da polícia. A idade, anos de escolaridade e o género constituem variáveis que melhor predizem a confiança na polícia. O estado civil encontra-se na zona de rejeição, contudo, constitui variável que explica a confiança na polícia. A eficácia da polícia na amostra estudada tem como melhores preditores a anos de escolaridade e o género, sendo que a idade encontra-se na zona de rejeição. A satisfação com a polícia é melhor explicada pela idade, anos de escolaridade, estado civil e o género.

### **3.7.5 Modelo final de explicação das variáveis independentes**

Nesta tabela (40) encontram-se os resultados da regressão linear em que se testou no modelo final de predição o conjunto das variáveis dependentes a partir dos itens e ou variáveis utilizados nos quatros modelos interiores.

Observa-se a na tabela 40 que 70.8% da variância total da *confiança na polícia* é explicada pelas variáveis independentes introduzidas no modelo de regressão linear. A par disso, constata-se que este modelo é significativo ( $p=.000$ ). Assim, conclui-se que a idade ( $p=.000$ ), o dever de obediência ( $p=.000$ ), a perceção da legalidade ( $p=.001$ ), a eficiência percebida ( $p=.006$ ), o controlo social informal<sup>14</sup> ( $p=.015$ ) e a justiça distributiva ( $p=.019$ ) afetam significativamente a confiança na polícia. As variáveis independentes indicadas acima, apresentam maior contribuição na predição da confiança na polícia e partindo da análise dos respetivos valores de  $\beta$ <sup>15</sup>, conclui-se que das variáveis indicadas apenas a perceção de ilegalidade ou desonestidade da polícia ( $\beta=-.17$ ) entra negativamente. Ainda neste modelo, os contactos compulsivos, a perceção de respeito dos direitos humanos pela polícia, o medo do crime, o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime e a ocupação situam-se quase na zona de rejeição, porém, não atinge o significado estatístico.

---

<sup>14</sup> Operacionalizado pela probabilidade de um vizinho avisar outros moradores sobre a presença de um estranho com aspetos suspeitos na zona

<sup>15</sup> Constan na tabela 40

**Tabela 40:** Modelo final de explicação das variáveis independentes

Variável	Confiança na polícia					Eficácia da polícia					Satisfação com a polícia				
	B	SEB	$\beta$	t	p	B	SEB	$\beta$	t	p	B	SEB	$\beta$	t	p
Contactos Compulsivos	.42	.22	-.10	-1.87	.064						-.47	.20	-.13	-2.33	<b>.022</b>
Dever de obediência	.13	.04	.17	3.35	<b>.001</b>	.07	.04	.16	1.99	<b>.049</b>	.12	.04	.18	3.20	<b>.002</b>
Eficiência percebida	.29	.10	.14	2.77	<b>.006</b>	.27	.09	.17	2.60	<b>.010</b>	.25	.10	.13	2.59	<b>.011</b>
Percepção de ilegalidade	-.24	.07	-.17	-3.26	<b>.001</b>	-.15	.06	-.16	-2.34	<b>.020</b>	-.29	.07	-.22	-3.99	<b>.000</b>
Percepção da justiça distributiva	.77	.32	.11	2.38	<b>.019</b>						.81	.30	.14	2.74	<b>.007</b>
Percepção de respeito dos direitos humanos	.78	.42	.08	1.86	.065	-.70	.38	-.12	-1.87	.064					
Visibilidade da polícia em carro-patrolha											.29	.16	.08	1.80	.074
Medo do crime percebido	-.35	.21	-.13	-1.68	.096						-.40	.19	-.16	-2.04	<b>.043</b>
Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime	-.50	.27	-.13	-1.85	.067	-.92	.18	-.34	-5.12	<b>.000</b>	.61	.28	-.17	-2.19	<b>.030</b>
Percepção do volume da criminalidade na cidade						-1.33	.58	-.14	-2.30	<b>.023</b>					
Prevalência da vitimação						-.62	.19	-.20	-3.17	<b>.002</b>					
Incidência da vitimação											-.08	.04	-.10	-2.06	<b>.042</b>
Percepção de honestidade dos outros						.14	.05	.18	2.50	<b>.014</b>					
Probabilidade de avisar outros moradores sobre um estrado com aspetos suspeitos	.58	.24	.11	2.46	<b>.015</b>										
Participação em atividades sociais											.28	.15	.13	1.95	.053
Estado civil: 1=Casado_2=Outros											.44	.19	.13	2.27	<b>.025</b>
Idade: de 18 á 65	.12	.01	.79	13.57	<b>.000</b>	.53	.18	.21	2.92	<b>.004</b>	.08	.01	.60	7.87	<b>.000</b>
Escolaridade: de 0 á 16						-.05	.02	-.22	-2.56	<b>.012</b>	-.06	.02	-.17	-2.62	<b>.010</b>
Ocupação: 1=Empregado_2=Outros	-.24	.12	-.20	-1.94	.055										
<b>R</b>			<b>.854</b>					<b>.706</b>					<b>.857</b>		
<b>r<sup>2</sup></b>			<b>.729</b>					<b>.498</b>					<b>.734</b>		
<b>r<sup>2</sup> ajustado: p-value</b>			<b>.708</b>					<b>.462</b>					<b>.707</b>		
<b>p</b>			<b>.000</b>					<b>.000</b>					<b>.000</b>		

Na tabela em referência (40) observa-se que 46.2% da variância total da eficácia da polícia é explicada pelas variáveis independentes utilizadas. O modelo apresentado possui significado estatístico e verifica-se que o dever de obediência ( $p=.049$ ), a eficiência percebida ( $p=.010$ ), a percepção de ilegalidade da polícia ( $p=.020$ ), o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $p=.000$ ), a percepção do volume da criminalidade na cidade ( $p=.023$ ), a prevalência da vitimação ( $p=.002$ ), a confiança social<sup>16</sup>, a idade ( $p=.004$ ) e os anos de escolaridade ( $p=.012$ ). Estas variáveis apresentam maior contribuição na predição da eficácia da polícia no modelo de regressão em análise. A percepção de respeito dos direitos humanos pela polícia encontra-se quase na zona de rejeição, contudo, não atinge significado estatístico.

Partindo do valor de  $\beta$  das variáveis apresentadas verifica-se que algumas variáveis (o dever de obediência  $\beta=.16$ , a eficiência percebida  $\beta=.17$ , a confiança social<sup>17</sup>  $\beta=.18$  e a idade  $\beta=.21$ ) entram positivamente na predição da eficácia da polícia. De salientar que impacto positivo entre estas variáveis independentes com a eficácia da polícia igualmente foi observada nas análises anteriores.

Ainda na tabela 40 constata-se que 70.7% da variância total da *satisfação com a polícia* é explicada pelas variáveis independentes que formam os grupos referidos anteriormente. Este modelo tem significado estatístico ( $p=.000$ ). Constata-se ainda na tabela em referência (40) que a idade ( $p=.000$ ), a percepção da legalidade ( $p=.000$ ), o dever de obediência ( $p=.002$ ), a percepção da justiça distributiva ( $p=.007$ ), os anos de escolaridade ( $p=.010$ ), a eficiência percebida ( $p=.011$ ), contactos compulsivos ( $p=.022$ ), estado civil ( $p=.025$ ), o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $p=.030$ ), a incidência da vitimação ( $p=.042$ ), o medo do crime ( $p=.043$ ) predizem a satisfação com a polícia com significado estatístico. Estas variáveis apresentam maior contribuição na predição da satisfação com a polícia. O capital social<sup>18</sup> e a visibilidade da polícia em carro patrulha, encontra-se perto da linha de rejeição, porém, não atingem significado estatístico.

Das variáveis com significado estatístico na predição da satisfação com a polícia, os contactos compulsivos ( $\beta=-.13$ ), a percepção da ilegalidade ou desonestidade ( $\beta=-.22$ ), o medo do crime ( $\beta=-.16$ ), o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime ( $\beta=-.17$ ), a incidência da vitimação ( $\beta=-.10$ ) e os anos de escolaridade ( $\beta=-.17$ ) entram

---

<sup>16</sup> Operacionalizada pela percepção de honestidade dos outros

<sup>17</sup> Operacionalizada pela percepção de honestidade dos outros

<sup>18</sup> Operacionalizado pela regularidade de participação em atividades sociais

negativamente na explicação da satisfação com a polícia, o que é conforme com o sentido das correlações observadas nos pontos anteriores.

*Em síntese*, com a introdução de todas variáveis e itens num único modelo de regressão (modelo final), observa-se que estas, explicam mais a satisfação com a polícia e a confiança na polícia e menos a eficácia da polícia. Observa-se igualmente que a idade, o dever de obediência, a percepção de ilegalidade ou desonestidade, a eficiência percebida, o controlo social informal<sup>19</sup> com aspetos suspeitos na zona e a justiça distributiva são as variáveis que melhor predizem a *confiança na polícia* nos indivíduos da amostra. A ocupação, os contactos compulsivos, a percepção do respeito dos direitos humanos pela polícia, o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crimes e o medo do crime encontra-se perto da linha de rejeição na predição da confiança na polícia.

A percepção de respeito dos direitos humanos pela polícia encontra-se quase na zona de rejeição para a explicação da *eficácia da polícia*, que tem como melhores preditores o efeito com a possibilidade de ser vítima de crime, a eficiência percebida, o dever de obediência, a percepção da legalidade ou desonestidade da polícia, a percepção do volume da criminalidade na cidade, a prevalência da vitimação, a percepção de honestidade da maioria das pessoas, a idade e os anos de escolaridade.

Por último, a *satisfação com a polícia* tem como melhores preditores os contactos compulsivos, o dever de obediência, a eficiência percebida, a percepção da legalidade ou desonestidade da polícia, a percepção da justiça distributiva, o medo do crime, o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, o estado civil, a idade e anos de escolaridade. A visibilidade da polícia em carro-patrolha e a regularidade de participação em atividades sociais encontram-se quase na zona de rejeição.

---

<sup>19</sup> Operacionalizado pela probabilidade de um vizinho avisar outros moradores sobre a presença de um estranho

## CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

---

### 4.1 Discussão dos Resultados

O presente estudo, consistiu num estudo exploratório e teve como objetivo principal explorar as percepções dos cidadãos que explicam a confiança, a eficácia e a satisfação com a polícia na cidade em Moçambique, a partir de um conjunto de variáveis utilizados em outros estudos científicos que abordam o tema. Para além das variáveis referidas, foram introduzidas outras variáveis. De forma a atingir o objetivo traçado, foi aplicado um questionário a 154 indivíduos nas cidades de Maputo e Quelimane. Contudo, por não ter-se constatado diferenças na caracterização das principais variáveis do estudo em função da cidade de residência do inquirido, analisou-se a amostra sem considerar a cidade de proveniência, o que por outro lado permitiu uma análise mais consistente, tendo em conta ao tamanho reduzido da amostra.

Assim, nas variáveis relativas a polícia constatou-se que no primeiro modelo de regressão, os contactos voluntários explicam<sup>20</sup> positivamente a confiança na polícia e a satisfação com a polícia enquanto os contactos compulsivos explicam negativamente as variáveis dependentes referidas. Estes resultados são semelhantes aos observados por outros autores (Brown e Benedict 2002; Kaariainem 2008; Myhill e Break 2008; Kaariainem e Sirém 2011) que constataram que os contactos compulsivos oferecem maior probabilidade de reduzir a confiança e a satisfação com a polícia enquanto os contactos voluntários aumentam as percepções referidas. Igualmente Cao (2011) concluiu que as pessoas que já foram detidas, advertidas e os que foram autuados por contravenção de trânsito expressam percepções menos favoráveis à polícia. De salientar que na amostra estudada foram registadas mais contactos compulsivos em relação aos contactos voluntários.

O alinhamento moral com a polícia explica<sup>21</sup> positivamente as variáveis dependentes do presente estudo. Assim, estes resultados são congruentes com Tyler (2003) que entende que os cidadãos quando percebem que entre eles e a polícia há partilha de mesmo valores morais e sociais, eles tendem a aceitar a autoridade da polícia e a legitimidade da própria lei. Por sua vez Jackson e Bradford (2010) referem que a percepção de que não há partilha de valores morais e sociais entre a polícia e a comunidade, as pessoas perdem a confiança na polícia e mostram-se insatisfeitos por estes entenderem que a polícia viola os valores e normas sociais.

---

<sup>20</sup> Situando-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico

<sup>21</sup> Encontra-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico na explicação da eficácia da polícia

Este argumento justifica as percepções dos indivíduos da amostra que reportam baixas percepções de alinhamento com a polícia e igualmente possuem baixas percepções em relação às variáveis dependentes do presente estudo.

O dever de obediência apresenta poder preditivo para as três variáveis dependentes do estudo. De acordo com Tyler (2003) quando a autoridade é percebida como legítima os cidadãos obedecem cooperando com a polícia. Na amostra do estudo é possível constatar que os indivíduos da amostra possuem percepções elevadas de alinhamento moral com a polícia, o que mostra existir entre os elementos da amostra, a percepção de que a autoridade da polícia é legítima. Hawdon (2008) salienta que quando o papel da instituição é percebido como legítimo, o indivíduo tem a confiança.

Tal como o dever de obediência, a eficiência percebida é preditor das três variáveis dependentes do estudo, e esta explica positivamente as variáveis referidas. Interpreta-se os resultados com base nos pressupostos da teoria do desempenho. Segundo esta teoria na perspectiva de Jang *et. al.* (2010) para os cidadãos, a polícia antes de tudo deve centrar-se no controlo da criminalidade prevenindo principalmente o crime violento. Jackson e Bradford (2010) consideram que os cidadãos avaliam a polícia por sua eficácia e eficiência não limitada apenas às taxas de crimes violentos, mas também a medida com que a polícia responde rapidamente as chamadas de emergência. Estes autores salientam que quando percebe-se que a polícia é eficiente os cidadãos avaliam-na positivamente, o que é congruente com os resultados do presente estudo.

A percepção de ilegalidade ou desonestidade da polícia explica<sup>22</sup> negativamente a eficácia da polícia e a satisfação com a polícia. Para Tyler e Fagan (2008) na abordagem da equidade procedimental baseado no comportamento, os cidadãos avaliam a polícia a partir da percepção da sua legalidade, isto é, a atuação da polícia deve ser conforme à lei. Murphy e Cherney (2012) observaram que quando a polícia ignora a lei ou abusa do seu poder perde a legitimidade “*social*”, o que leva a avaliações negativas em relação à polícia. Na amostra do estudo é possível verificar que os indivíduos da amostra possuem percepções de ilegalidade ou desonestidade da polícia elevadas, estando as observações do presente estudo semelhantes às constatações de outros autores (Tyler e Fagan 2008; Murphy e Cherny 2012; Tankebe 2008)

Por último, a percepção da justiça distributiva da polícia apenas prediz a confiança na polícia. Tyler e Fagan (2008) a partir da teoria da justiça procedimental, particularmente a

---

<sup>22</sup> Encontra-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico na explicação da eficácia da polícia

percepção da equidade no procedimento baseado na justiça das decisões, argumentam que os cidadãos esperam que a polícia durante a sua atividade atue de forma imparcial independentemente da identidade e características pessoais, tratando todos com igualdade ouvindo atentamente os intervenientes e utilizando as suas ideias na tomada da decisão. Para Reiner (2010) apesar da cultura policial ser diferente entre países, existem algumas características presentes na maioria das forças policiais de entre os quais, a percepção do cinismo por parte de grupos sociais em constante colisão com a polícia e a percepção de tratamento desigual. Vários investigadores (Kusow *et. al.* 1997; Hinds e Murphy 2007; Tankebe 2008; Reynolds *et. al.* 2008; Murphy e Cherney 2012; Francis 2012) observaram que a percepção da equidade no procedimento possui efeitos positivos nas percepções dos cidadãos em relação à polícia. Estes resultados igualmente foram observados em outros estudos realizados por outros autores (Jackson 2012; Van Crean 2012; Terpstra 2012; Weisburd e Jonathan 2013; Kochel *et. al.* 2013; Silva e Beato 2013; e Oliveira 2011). Assim, os resultados obtidos no presente estudo são semelhantes aos resultados obtidos pela maioria da comunidade científica que aborda os temas relativos às avaliações do público em relação à polícia.

No modelo final com a introdução das variáveis utilizadas nos outros modelos, os contactos voluntários e o alinhamento moral perderam o poder preditivo nas variáveis dependentes em estudo e os contactos compulsivos perderam o efeito significativo na predição da confiança na polícia. A percepção de ilegalidade da polícia ou desonestidade no quarto modelo explica a eficácia da polícia e a satisfação com a polícia, contudo, no modelo final esta variável explica as três variáveis dependentes do presente estudo. A percepção da justiça distributiva da polícia no modelo final para além de explicar a confiança na polícia igualmente explica a satisfação com a polícia. O dever de obediência e a eficiência percebida mantiveram poder na explicação das variáveis da confiança, eficácia e satisfação com a polícia.

No modelo final ainda constata-se a percepção de respeito dos direitos humanos pela polícia que explica<sup>23</sup> a confiança e eficácia da polícia. Esta variável explica positivamente a confiança na polícia o que é congruente com os estudos que testam a teoria da justiça procedimental. Na abordagem da equidade do procedimento baseado no comportamento, para

---

<sup>23</sup> Encontra-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico na explicação das variáveis indicadas. No quarto modelo esta variável não teve poder na explicação das variáveis dependentes

além de outros aspetos<sup>24</sup>, os cidadãos avaliam a polícia a partir da percepção da atuação de acordo com a lei (Tyler e Fagan 2008). Para Tyler (2007) as autoridades legais, nomeadamente a polícia e os tribunais, representam o Estado e transmitem mensagens importantes como o respeito às pessoas, seus direitos e a afirmação de que as pessoas são importantes, valiosas e que seus direitos estão protegidos. Nesta perspetiva, Tyler (2007) considera que a percepção da equidade procedimental influencia positivamente as avaliações do público em relação à polícia. Esta constatação igualmente foi observada por outros autores em pesquisas realizadas em diferentes países designadamente: Hinds e Murphy (2007) nos EUA, Murphy e Cherney (2012) na Austrália, Jackson (2012) na Inglaterra, Van Crean (2012), Terpstra (2012) na Bélgica, Weisburd e Jonathan (2013) em Israel, Kochel *et. al.* (2013) no Trindade e Tobago e Brasil por Silva e Beato (2013) e Oliveira (2011). Os resultados do presente estudo, são semelhantes aos resultados obtidas pela literatura indicada. Contudo, a percepção de respetos dos direitos humanos pela polícia explica negativamente a eficácia da polícia. Este resultado diverge com a observação dos autores acima indicados. Todavia, pode ser argumentado conforme Kaariainem (2008) que entende que a polícia antes de tudo na sua atuação deve ser eficaz.

Por último, no modelo final se verifica a inclusão da visibilidade da polícia no bairro de residência em carro-patrolha na predição<sup>25</sup> da satisfação com a polícia. Esta variável explica positivamente a satisfação com a polícia. Este resultado é congruente com as observações feitas em outros estudos científicos realizado por (Tilley 2003, Greene 2000 *cit. in.* Terpstra 2012, Skolnick e Bayley 1988) que constaram que quando o público possui percepções mais positivas em relação à visibilidade da polícia, estes percebem-na como estando melhor equipada para prevenir vários tipos de crime e como consequência mostram-se mais satisfeitos. O policiamento comunitário tem como premissas tornar a polícia mais visível e melhorar a relação entre com o público diminuindo a distância entre o público e a polícia, a resolução de problemas sociais do bairro, como as desordens e outros problemas causadores de insegurança, e ser pró-ativo na luta contra o crime envolvendo a comunidade (Trojanowicz e Bucqueroux 1990; Skogan e Hartnett 1997). O controlo dos aspetos apresentados predispõe a percepções favoráveis à polícia.

No segundo modelo de regressão testou-se o poder das variáveis relativas as desordens, criminalidade em geral, variáveis relativas a segurança objetiva e subjetiva observou-se que

---

<sup>24</sup> Tratar todos com igualdade, ouvir atentamente os intervenientes e utilizando as suas ideias para a tomada da decisão

<sup>25</sup> Encontra-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico na explicação da variável indicada

todas variáveis com maior contribuição na predição das variáveis dependentes do estudo entram negativamente. Na amostra estudada os inquiridos reportam possuir percepções de desordens, relativamente altas. Esta percepção explica<sup>26</sup> a confiança e a satisfação com a polícia. A relação entre as desordens e as avaliações do público em relação à polícia estabelece-se a partir do pressuposto de que a polícia é vista pelos cidadãos como responsável pelo controlo social e sobre tudo, associada à prevenção da criminalidade (Costa 2004 e Oliveira 2011). Por outro lado, polícia é a representação mais visível do Estado (Jang, *et. al.* 2010). Assim, a frequência de desordens na zona de residência cria nos moradores a percepção de que ninguém se importa com aquelas localidades e percebem a inexistência da autoridade responsável pela manutenção da ordem (Hunter 1985 *cit. in.* Silva 2004). Esta percepção de desordens e incivildades no bairro de acordo com Jackson e Sunshine (2007) faz com que os residentes sintam que a polícia deixou de tranquilizar a estrutura moral da comunidade, avaliando-se negativamente a polícia. Assim, os resultados do presente estudo além de ser congruentes com os obtidos pela literatura indicada, igualmente são congruentes com os resultados obtidos no estudo realizado por Cao *et. al.* (1996) que constataram baixas percepções do público em relação confiança e satisfação com a polícia em áreas de residência com níveis elevados de desordens. Igualmente Sampson e Bartusch (1998) observaram que moradores de bairros com maior desorganização social têm apresentado níveis elevados de desconfiança e insatisfação com a polícia.

O medo do crime reportado pela maior parte dos indivíduos da amostra prediz todas variáveis dependentes do estudo e os resultados são iguais com os constatados pela maior parte da comunidade científica. A preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime que caracteriza os indivíduos da amostra explica negativamente a eficácia e satisfação com a polícia e o efeito da preocupação referida que igualmente caracteriza os indivíduos da amostra apenas prediz<sup>27</sup> a eficácia da polícia. Os resultados do presente estudo são congruentes com a conclusão obtida por outros autores (Hurst *et. al.* 2000; Brown e Benedict, 2002; Tyler, 2005; Herrmann *et. al.* 2011; Kaariainen, 2007; Myhill e Beak, 2008; Tankebe 2008; Reynolds *et. al.* 2008, Kusow *et. al.* 1997; Bridenball e Jesilow 2008; Jackson e Bradford, 2010; Francis 2012; Silva e Beato 2013; Francis 2012 e Kirmizidag 2015) que referem que o facto de sentir que se está sob uma ameaça real ou percebida como provável afeta as percepções dos cidadãos

---

<sup>26</sup> Situando-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico

<sup>27</sup> Situando-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico

em relação à polícia reduzindo a confiança, a percepção de eficácia e a satisfação com a Polícia.

Na amostra estudada observa-se que as percepções do volume da criminalidade da cidade são altas. Esta variável explica negativamente a eficácia da polícia. Estes resultados são congruentes com outras pesquisas que têm concluído que as taxas de criminalidade em áreas residenciais têm um impacto negativo sobre a percepção pública da polícia (Jesilow e Meyer 1995). Skogan (2009) e Kirmizidag (2015) em pesquisas realizados em diferentes regiões constataram que a confiança do público na polícia é baixa em regiões onde os índices de criminalidade são relativamente elevados. Observação igual obtida por O'Connor (2008) que verificou uma correlação negativa entre as taxas de criminalidade e a confiança na polícia. Outros autores (Reisig e Parks 2000; Sunshine e Tyler 2003; Kaariainen 2007; Tankebe 2008) igualmente concluíram que a percepção de taxas de criminalidade altas reduz a confiança na polícia, satisfação e eficácia da polícia. Estas percepções são fundamentadas pelo facto dos cidadãos percebem que a polícia deixou de prosseguir a sua tarefa principal, a de prevenção da criminalidade, pois, de acordo com Terpstra e Vijver (2006) e Reiner (2010) consideram que o crime violento constitui o elemento central nas avaliações dos cidadãos em relação à polícia de forma particular a sua eficácia, pelo facto de ser mensurável e porque atrai maior interesse mais que qualquer outra atividade policial.

De acordo com Brown e Benedict (2002) as experiências da vitimação estão entre as características mais consistentes enquanto capazes de reduzir os níveis de percepção dos cidadãos em relação à polícia. Brown e Benedict (2002) argumentam que quem foi vítima de um crime tende a avaliar a polícia mais negativamente. Na amostra estudada, a prevalência da vitimação é alta com uma incidência relativamente baixa. Estas variáveis explicam<sup>28</sup> negativamente a eficácia da polícia e a confiança na polícia respetivamente. Outros estudos (Hurst *et al.* 2000; Brown e Benedict 2002; Tyler, 2005; Kaariainen, 2007; Myhill e Beak, 2008; Bradford e Jackson, 2010; Francis 2012; Silva e Beato 2013) constataram igualmente que a vitimação influencia negativamente as percepções do público em relação à polícia. Homant *et al.* (1984) argumentam que as percepções negativas em relação à polícia devem-se ao facto dos indivíduos que foram vítimas perceberem que a instituição que garante a aplicação da lei não foi capaz de protegê-los.

---

<sup>28</sup> A incidência da vitimação situa-se quase da zona de rejeição, porém, não atinge significância estatística

No modelo final a percepção de desordens perdeu poder de predição em relação às variáveis dependentes<sup>29</sup>. Igualmente o medo do crime perde efeitos na explicação da eficácia da polícia e passa a encontrar-se quase na zona de rejeição na explicação da confiança e satisfação com a polícia. A percepção da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime, que no terceiro modelo explicava as variáveis dependentes<sup>30</sup>, no modelo final perde seu poder. Por sua vez o efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime que no terceiro modelo explicava<sup>31</sup> apenas a eficácia da polícia, no modelo final observa-se que esta variável explica<sup>32</sup> as três variáveis dependentes do estudo. A percepção do volume da criminalidade na cidade e a prevalência de vitimação mantiveram-se na explicação da eficácia da polícia. Por último a incidência da vitimação que no terceiro modelo explica<sup>33</sup> a confiança na polícia, no modelo final esta variável explica a satisfação com a polícia.

No terceiro modelo testou-se o poder dos itens relativos a confiança social, capital social e o controlo social na predição das variáveis dependentes do estudo, se constatou que a confiança social operacionalizada pela “percepção de honestidade da maioria das pessoas” apenas explica a eficácia da polícia. Igualmente a confiança social, porém operacionalizada pela “percepção da preocupação da maioria das pessoas para com outros cidadãos” explica a confiança na polícia e a satisfação com a polícia. Na amostra estudada os indivíduos com percepções elevadas em relação a confiança social possuem percepções elevadas de eficácia da polícia e igualmente possuem percepções elevadas de confiança e satisfação com polícia. Estes achados são congruentes com a perspectiva de Kirmizidag (2015) que considera que percepções positivas em relação às pessoas que vivem no mesmo bairro fornecem percepções mais favoráveis à polícia. Terpstra (2012) argumenta que a confiança social, isto é, a inclinação geral para confiar nos cidadãos afeta as percepções do público em relação à polícia e em outras instituições.

O capital social operacionalizado pela “frequência de participação em convívios com amigos, familiares e colegas de trabalho” explica a eficácia e a satisfação com polícia. Autores que abordam o capital social (Coleman, 1990, Bordel, 1999 e Punam, 1997, *cit. in.* Mendes, 2003) apesar de fazerem abordagens sob perspectiva diferentes relativamente ao ponto de localização do capital social, entendem que o capital social é inerente às redes de

---

<sup>29</sup> Confiança e Satisfação com a polícia

<sup>30</sup> Eficácia e Satisfação com a polícia

<sup>31</sup> Situando-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico

<sup>32</sup> Situando-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico na predição da confiança na polícia

<sup>33</sup> Situando-se na zona de rejeição, contudo, sem atingir significado estatístico

relações sociais entre os indivíduos que podem ser utilizadas para facilitar a realização de certas ações. Estas redes de relações sociais na ótica de Punam (1997) contribuem para a construção de círculos virtuosos de cooperação com as instituições. Para Silva e Beato (2013) a polícia depende da cooperação dos cidadãos no processo de investigação e controlo do crime de forma a ser eficaz. Nesta perspetiva sendo os indivíduos com perceções elevadas de capital social mais cooperativos com a polícia e com mais capacidade de mobilização de recursos para a resolução e realização de algumas atividades. Os argumentos dos autores apresentados acima, igualmente podem ser aplicados para argumentar o facto dos indivíduos da amostra com maior capital social operacionalizado pela “regularidade de participação em atividades sociais” possuírem perceções mais elevadas de confiança e satisfação com a polícia. o controlo social informal operacionalizado pela “probabilidade de alguém dirigir-se a um vizinho que despejou lixo na rua e pedir que limpe” encontra-se perto da zona de rejeição, porém, não atinge significado estatístico. Este item explica a confiança na polícia no sentido de que indivíduos com perceções mais elevadas de controlo social informal possuem perceções mais elevadas de confiança na polícia.

No modelo final em que se testou todas variáveis utilizadas nos modelos de regressão simples, observou-se que a perceção de honestidade da maioria das pessoas continua a apresentar efeito significativo apenas na predição da eficácia da polícia. A perceção da preocupação da maioria das pessoas para com outro cidadão, perde poder na predição das variáveis dependentes que no modelo anterior participava significativamente. Igualmente a frequência de participação em convívios que no modelo 2 explicava a eficácia e a satisfação com a polícia, perde efeitos no modelo ficando, ficando apenas a regularidade de participação em atividades sociais que ao invés de predizer a confiança na polícia, passou a explicar a satisfação com a polícia, contudo, sem significado estatístico mas encontrando-se na perto da zona de rejeição. O controlo social informal operacionalizado pela “probabilidade de um vizinho avisar outros moradores sobre a presença de um estranho com aspetos suspeitos que anda a rondar na zona” entra no modelo final. Ao contrário do que sucede no segundo modelo em o controlo social informal<sup>34</sup> situa-se perto da zona de rejeição, porém, sem significado estatístico na predição da confiança na polícia, o item que entra no modelo final explica com significado estatístico a confiança na polícia.

As variáveis sociodemográficas designadamente o género, estado civil, idade, anos de escolaridade, proporção do rendimento e a ocupação utilizadas foram testadas no quarto

---

<sup>34</sup> Operacionalizado pela probabilidade de dirigir-se a alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe

modelo de forma a verificar o seu poder na predição das variáveis dependentes do presente estudo. Assim, constatou-se que a confiança na polícia, a eficácia da polícia e satisfação com a polícia são explicadas pelo género do inquirido (a), sendo que os homens da amostra estudada possuem perceções mais elevadas de confiança na polícia. Este resultado apesar de ser contrário aos da literatura maioritária que de acordo com Brown e Benedict (2002) indicam que as mulheres confiam mais na polícia e igualmente obtidos por outros autores (Cao, *et. al.* 1996; Wu e Sun 2009; Wu 2012; Silva e *et. al.* (1996) e Avdija (2010) que constataram que os homens apresentam perceções mais favoráveis à polícia do que as mulheres. Na amostra estudada, as mulheres são as que reportaram sentir mais o medo do crime, o que de certa forma justifica o facto de estas reportarem perceções mais baixas de confiança em relação à polícia. Harrison (2012) argumenta que as mulheres apesar de serem vítimas de crime em menor número, estas são muito mais propensas a sentir o medo de ser vítimas da crime tornando-as mais propensas a relatar perceções menos favoráveis à polícia.

Os anos de escolaridade explicam todas variáveis dependentes do presente estudo constatando-se que a relação que se estabelece é congruente com a literatura predominante (Murphy e Worrall, 1999; Jesilow e Meyer 2001; Cao 2001; Brown e Benedict 2002; Oliveira 2011; e Silva e Beato 2013). Entretanto, Frank, *et. al.* (2005) que conclui que os indivíduos com mais anos de escolaridade possuem perceções mais baixas em relação a polícia. Este facto encontra argumento em Carlan (1999) *cit. in.* Kirmizıdag (2015) que constou que os indivíduos com maior nível de educação possuem perceções mais baixas por estes darem mais importância aos direitos civis e liberdades individuais o que os torna mais críticos a atuação da polícia.

A idade<sup>35</sup> explica as variáveis dependentes do estudo, no mesmo sentido que a maioria da comunidade científica que aborda o tema relativo às perceções do público em relação à polícia tem constatado. Tal comunidade científica (Hurst e tal, 2000; Hudson 2006; Jang *et. al.* 2010; Lai *et. al.* 2010; Cao 2011; Wu 2012; Silva e Beato 2013) tem observado uma correlação positiva entre a idade e as perceções do público em relação à polícia. Assim, na amostra estudada os indivíduos mais velhos possuem perceções mais elevadas quanto à confiança na polícia, percepção de eficácia e satisfação com a polícia. Bayley (1990) entendem que os indivíduos mais velhos são mais integrados no sistema social, são mais conservadores e possuem menos contacto com a polícia, o que justifica o facto de estes, possuírem perceções mais favoráveis à polícia. Os argumentos de Bayley (1990) encontram fundamentos em

---

<sup>35</sup> Encontra-se perto da zona de rejeição e não atinge significado estatístico na predição da eficácia da polícia

algumas constatações que o presente estudo demonstra, ao observar-se que os indivíduos mais velhos possuem percepções mais elevadas em relação à *honestidade da maioria das pessoas*<sup>36</sup>, ao controlo social informal, ao alinhamento moral com a polícia, dever de obediência, equidade procedimental da polícia e a satisfação com a vida no geral incluindo com o modo de atuação do governo. Constata-se ainda que na amostra estudada, os indivíduos mais velhos tiveram menos contactos compulsivos com a polícia.

Neste modelo (quarto) o estado civil<sup>37</sup> apenas explica com significado estatístico a satisfação com a polícia encontrando-se perto da zona de rejeição na predição da confiança na polícia. Na amostra estudada, os indivíduos casados possuem percepções mais elevadas, o que é congruente com os achados de Macdonald *et. al.* (2007) e Cao (2011). Tal como ocorre em relação aos indivíduos mais velhos, Silva e Beato (2013) argumentam que os indivíduos casados possuem menos probabilidade de se envolverem ou estarem em locais que oferecem maior probabilidade de contato com a polícia ao contrário dos indivíduos com estado civil de solteiros que geralmente encontram-se presentes em locais que geralmente são vigiados por polícias cujas intervenções podem ser mais violentas.

Com a introdução de outras variáveis no modelo final de regressão verifica-se que nas variáveis sociodemográficas apenas a idade explica todas variáveis dependentes do estudo. Esta observação comprova os achados de Brown e Benedict (2002) que consideram a idade ser uma das variáveis com consistência na explicação das percepções dos cidadãos em relação à polícia o que é comungado por Kirmizidag (2015) que considera a idade um factor importante na explicação das atitudes do público em relação à polícia.

Os anos de escolaridade no modelo final explicam apenas a eficácia da polícia e a satisfação com a polícia e perde efeito na predição da confiança da polícia como constado no primeiro modelo. Kirmizidag (2015) refere que não há uma tendência geral dos anos de escolaridade apresentarem efeitos significativos na explicação das percepções do público em relação à polícia sobretudo no que concerne à confiança na polícia. O estado civil apenas mostrou ser preditor apenas para a satisfação com a polícia e, por último, a ocupação encontra-se perto da zona de rejeição sem atingir efeito significativo na explicação da confiança na polícia. Contudo, os indivíduos desempregados possuem percepções mais baixas em relação à confiança na polícia que os indivíduos com ocupação. Noutros estudos, Francis

---

<sup>36</sup> Item relativo à confiança social

<sup>37</sup> Não explica a percepção de eficácia da polícia

(2012), Myhill e Bradford (2012) e Oliveira (2011) não observaram efeito significativo entre a ocupação (possuir ou não emprego) com as atitudes do público com a polícia.

Nas variáveis relativa a polícia, destaca-se a percepção da equidade procedimental que se correlaciona positivamente e com significado estatístico com todas variáveis dependentes, sugerindo que na amostra estuda a percepção da equidade procedimental contribui para avaliações mais favoráveis à polícia. Esta variável é utilizada por vários autores (Tyler 1988; Tyler 2003; Hinds e Murphy 2007; Murphy e Cherney 2012; Jackson Hough e Bradford 2012; Van Crean 2012; Terpstra 2012; Oliveira 2011; Weisburd e Jonathan 2013; Kochel, *et. al.* 2013; Silva e Beato 2013) para testar a teoria da justiça procedimental na explicação das percepções do público em relação à polícia e têm apresentado poder significativo na predição da confiança, percepção de eficácia e satisfação com a polícia. Todavia, no presente estudo esta variável não apresentou efeito na predição das variáveis dependentes. Importa observar que no modelo final, a percepção de respeito dos direitos humanos pela polícia, uma variável cujos pressupostos são conforme alguns princípios da teoria da justiça procedimental na abordagem de Tyler e Fagan (2007) apresentou efeito negativo na predição da eficácia da polícia. Ou seja, os indivíduos com percepções mais elevadas em relação ao respeito de direitos dos cidadãos possuem percepções de eficácia da polícia mais baixo.

Igualmente procurou-se perceber as percepções relativas à cooperação com a polícia, procedimento a adotar perante uma situação de crime e a taxa de queixas à polícia por ter sido vítima de crime, face às variações na percepção das variáveis dependentes do estudo e constatou-se que tal como é referido na literatura (Tyler 2003; Jackson *et. al.* 2010), na amostra estudada quanto as percepções em relação a polícia são mais favoráveis igualmente a cooperação dos cidadãos é maior. Quanto as taxas de queixas de crimes, se verifica que uma percentagem relativamente alta não procurou a polícia quando foi vítima de crime o que pode ser justificado pelo facto de entre os indivíduos da amostra existir percepções relativamente baixas de confiança, eficácia e satisfação com a polícia. Entretanto, a maior parte da amostra referiu optar por fazer queixas à polícia em situações de ocorrência de crime no bairro de residência. Esta constatação pode ser entendida pelo facto de existir na amostra percepções de alinhamento moral com a polícia elevado.

#### **4.2 Conclusões e Limitações do Estudo**

Através desta pesquisa exploratória foi possível observar grande parte dos resultados que já tinham sido concluídos pela comunidade científica que aborda o tema em apressado.

Estes resultados são conforme referido anteriormente de um estudo exploratório com uma amostra por conveniência e reduzida devendo ser interpretados neste âmbito relativamente à sua generalização à população de onde foi extraída a amostra.

Os resultados obtidos neste trabalho suportam e apoiam a teoria da justiça procedimental na explicação das perceções dos cidadãos em primeiro plano em relação à satisfação com a polícia, em segundo a confiança na polícia e por último a perceção da eficácia da polícia, aceitando-se que esta teoria possa ser replicada em outros contextos no caso em concreto na área onde foi realizado estudo. As variáveis relativas à criminalidade e à segurança objetiva e subjetiva apresentam maior contribuição na explicação da eficácia da polícia. Assim, estes resultados estão em linha com a teoria do desempenho principalmente na perspetiva restrita que se centra na prevenção da criminalidade sobre tudo do crime violento, como importante nas perceções dos cidadãos em relação à eficácia da polícia em primeiro plano e, em relação às outras variáveis dependentes do presente estudo. O capital social, confiança social e o controlo social informal mostram poder de predição na explicação das variáveis dependentes do presente estudo, contudo, quando analisadas em conjunto com as outras variáveis o seu poder preditor é significativo apenas para a satisfação com a polícia e a confiança na polícia.

Relativamente às variáveis sociodemográficas, estas, principalmente a idade mostrou ser uma variável forte na predição das variáveis dependentes. Este efeito é interpretado conforme a literatura apresentada na discussão desde resultado. Contudo, importante salientar que Moçambique é um país cujo contexto histórico mostra uma transição desde a era colonial até atualmente procurando firmar-se como um estado de direito democrático assente em princípios de respeito às liberdades, direitos e garantias dos cidadãos. O Sistema atual (Democrático) foi antecedido por um Sistema Socialista onde vigorava o mono-partidarismo. Nesta época, a população na perspetiva de Borges (2012) era considerada parte integrante da polícia devendo aceitar a sua autoridade de forma incondicional. Esta perceção de aceitação incondicional da autoridade da polícia por parte dos indivíduos mais velhos é observada no presente trabalho, influenciando de certa forma que a idade seja uma variável fundamental explicação da confiança, eficácia e satisfação da polícia.

Apesar de este trabalho possuir resultados que consideramos relevantes, não está isenta de críticas. Em termos de metodologia a principal limitação é relativa ao tamanho da amostra, achando-se necessária a replicação do estudo com amostra maior e em diversas zonas de residência (urbana e rural) procurando a maior diversificação da população em estudo

relativamente aos estratos sociais e às faixas etárias. Igualmente para investigação futura considera-se relevante o uso de metodologias mistas que complementassem as metodologias quantitativas, designadamente metodologias qualitativas para compreender ou obter significados e motivações por detrás de algumas perceções, que o questionário não consegue captar.

Por último, a presente dissertação fornece uma visão geral sobre o tema num contexto ainda não estudado. Assim, conclui-se que as teorias e achados empíricos de trabalhos científicos realizados em outros contextos podem ser aplicados neste contexto em particular; e que, igualmente, grande parte dos resultados do presente estudo são congruentes com a literatura científica sobre este tema. Contudo, estamos cientes que muitas questões ficaram por responder e que uma exploração aprofundada deste tema é ainda necessária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amnistia Internacional. (2015). Relatório Amnistia Internacional 2014/2015. O estado dos Direitos Humanos no Mundo. Consultado em: file:///C:/Users/user/Downloads/POL1000012015PORTUGUESE.PDF. 28/02/2016.

Andreatta, V., e Magalhães, S. (2011). Relatório sobre as Condições do Planejamento Urbano, Habitação e Infraestruturas em Maputo-Moçambique. In: *International Growth Center*. 1 (1), 1-42.

Avdija, A. S. (2010). The role of police behaviour in predicting citizen's attitudes toward the police. *Applied Psychology in Criminal Justice*. 6 (2), 15-29.

Babbie, E. R. (2001). The practice of social research. Belmont, CA: Wadsworth Thomson Learning. 9th ed. Consultado em: <http://www.worldcat.org/title/practice-of-social-research/oclc/44076041>. 05.03.2015.

Bayley, D. H. (1979). Police function, structure and control in Western Europe and North America: comparative and historical studies. *Crime and Justice*. (1) 109-143.

Bayley, D. H. (1990). *Patterns of policing: A comparative international analysis*. Rutgers University Press.

Bertelsen, B. E., Chauque, A. 2015. Resumo de Política III: Crime e Segurança em Maputo, Moçambique. *CMI BRIEF*. 14 (3) 1-4.

Bittner, E. (2005). Florence nightingale in pursuit of Willie Sutton. In: Newburn, T. *Policing: key readings*. Devon: Willan.

Borges, E. V. (2014). A democratização e a Profissionalização da polícia em Moçambique: transições e tensões. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília* (13) 1983-2192

Borges, E.V. (2012). A formação profissional de policiais e o enfrentamento a delinquência nos marcos da edificação do estado moçambicano (1975- 1990). *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília*. (9) 31-47

Bowling, B. e Foster, J. (2002). Policing and the Police. In: M. Maguire, R. Morgan and R. Reiner (eds) *The Oxford Handbook of Criminology*. 980-1033.

Bradford B., Hough, M., Jackson J., Myhill, A. e Quinton, P. (2010) Procedural Justice, Trust, and Institutional Legitimacy. *Oxford University Press on behalf of CSF Associates*. 4 (3) 203– 210.

Bradford, B., Jackson, J., e Stanko, A. E. (2009). Contact and Confidence: Revisiting the Impact of Public Encounters with the Police. *Policing & Society* 19 (1), 20–46.

Bridenball, B., Jesilow, P. (2008). What Matters the Formation of Attitudes toward the Police. *Police Quarterly*. 11 (2), 151-181

Brown, B., e Benedict, W. (2002). Perceptions of the police: Past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. 25 (3), 543-580.

Brown, K., e Coulter, P. B. (1983). Subjective and Objective Measures of Police Service Delivery. *Public Administration Review* 43 (1) 50–58.

Brown, R., Evans, E. (2009). *Public Confidence in the Police: Guidance for Police Authorities and Police Forces*. London: Association for Police Authorities

Cao, L. (2011). Visible minorities and confidence in the police. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 53 (1) 1-26.

Cao, L., e Zhao, J. S. (2005). Confidence in the police in Latin America. *Journal of Criminal Justice*. 33 (5), 403-412.

Cao, L., Frank, J., e Cullen, F. T. (1996). Race, community context and confidence in the police. *American Journal of Police*. 15 (1), 3-22.

Conselho Municipal de Maputo (CMM 2013). Estudo Sobre a Governação Municipal na Cidade de Maputo. Consultado em: <file:///C:/Users/user/Downloads/Estudo%20sobre%20governacao%20municipal%20em%20maputo.pdf>. 11/02/2016

Conselho Municipal de Maputo. (CMM 2014). *Report Card sobre o Satisfação dos Municípios*, 2013. COWI: Maputo.

Correia, M. E., Reisig, M. D., e Lovrich, N. P. (1996). Public perceptions of state police: a public analysis of individual-level and contextual variables. *Journal of Criminal Justice*. 24 (1) 17-28.

Costa, A. T. M. (2004). *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. FGV Editora.

Engel, R. S. (2005). Citizens' perceptions of distributive and procedural injustice during traffic stops with police. *Journal of Research in Crime and Delinquency*. 42 (4), 445-481.

European Social Survey round 5. (2010). Consultado em: <http://www.europeansocialsurvey.org>. 25.03.2015

Francis, D. B. (2012). *Public Trust in the Police: Identifying factors that shape trust in the Ghanaian Police*. Washington State University.

Frank, J., Smith, B. W., e Novak, K. J. (2005). Exploring the basis of citizens attitudes toward the police. *Police Quarterly*. 8 (2) 206-228.

Frederico, C.B. (2013). Avaliação da polícia de São Paulo (2001-2010). Dissertação de Mestrado: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

Giddens, A. (2013). *Politics, sociology and social theory: encounters with classical and contemporary social thought*. John Wiley & Sons.

Goldsmith, A. (2005). Police reform and the problem of trust. *Theoretical criminology*, 9(4), 443-470.

Goldstein, A. (2003). Policing weak states: Citizen Safety and State responsibility. *Policing and Society*. 13 (1) 3– 21.

Gourley, G. D. (1954). Police public relations. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 291 (1), 135-142.

Grabosky, P.N. (1988). Efficiency and effectiveness in Australian policing. *Australian Institute of Criminology*. 3 (16), 1-7

Harrison, M. (2012). Why do women trust the police more than men? Consultado em: <http://www.telegraph.co.uk/women/womens-life/9680299/Why-do-women-trust-the-police-more-than-men.html>. 10.04.2016

Hawdon, J. (2008). Legitimacy, trust, social capital, and policing styles: a theoretical statement. *Police Quarterly*. 11 (2) 182-201.

Hernández, S. R., Fernández, C. C. e Baptista, L. P. (2006) – Metodologia de pesquisa. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: McGraw-Hill.

Herrmann, S., MacDonald, D., e Robert, T. (2011). Confidence in the Criminal Justice System in the Americas. *Latin American Research Review*. 48 (3), 85-107.

Hinds, L., e Murphy, K. (2007). Public Satisfaction With Police: Using Procedural Justice to Improve Police Legitimacy. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*. 40 (1) 27–42.

Homant, J. R., Kennedy, D. B., e Fleming, R. M. (1984). Effect of victimization and the police response on citizens' attitudes toward police. *Journal of Police Science and Administration*. 12 (3) 323-332.

Hough, M., Jackson, J., e Bradford, B. (2013). Legitimacy, trust and compliance: An empirical test of procedural justice theory using the European Social Survey.

Hudson, J. (2006). Institutional trust and subjective well-being across the EU. *Kyklos*. 59 (1), 43-62.

Hurst, Y. G., Frank, J., & Lee Browning, S. (2000). The attitudes of juveniles toward the police: A comparison of black and white youth. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. 23 (1), 37-53.

Imprensa Nacional de Moçambique. (2004). Constituição da República de Moçambique (CRM) - (2004). In: *Boletim da República de Moçambique, I-SÉRIE, N.º 51, 22 de Dezembro de 2004*.

Instituto nacional de Estatística (INE 2007). III Recenseamento geral da população e habitação 2007. Instituto Nacional de Estatística de Moçambique.

Instituto Nacional de Estatística. (2015). Demografia e Indicadores Sociais. Consultado em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais>. 28.02.2016

Jackson, J., Bradford, B., Stanko, B., e Hohl, K. (2012). *Just authority? Trust in the Police in England and Wales*. Routledge.

Jackson, J., e Bradford, B. (2010). What is trust and confidence in the police? *Journal of Policy and Practice*. 4 (3), 241-248.

Jackson, J., e Sunshine, J. (2007). Public confidence in policing a neo-Durkheimian perspective. *British journal of criminology*. 47 (2), 214-233.

Jang, H., Joo, H. J. e Zhao, JS. (2010). Determinants of public confidence in police: An international perspective. *Journal of Criminal Justice*. 38 (1), 57– 68.

Jesilow, P., e Meyer, J. (1995). Public Attitudes Toward the Police. *American Journal of Police*. 14 (2), 67– 89.

Jesilow, P., e Meyer, J. (2001). The Effect of Police Misconduct on Public Attitudes: A Quasi-Experiment. *Journal of Crime and Justice*. 24 (1), 109–121.

Kaariainen, J. (2008). Why do the Finns trust the police? *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*. 9 (2), 141– 159.

Kaariainen, J. e Sirén R (2011) Trust in the police, generalized trust and reporting crime. *European Journal of Criminology*. 8 (1) 65–81.

Kaariainen, J. (2007). Trust in the Police in 16 European Countries: A Multilevel Analysis. *European Journal of Criminology*. 4 (4):409-435

Kirmizidag, N. (2015). Research on Public Trust in The Police in Turkey. *Turkish Economic and Social Studies Foundation (TESEV)*. 41 (2), 1-118

Kochel, T. R., e Parks, R. Mastrofski, S. D. (2013). Examining police effectiveness as a precursor to legitimacy and cooperation with police. *Justice Quarterly* 30 (5), 895-925

Kusow, A. M., Wilson, L. C., e Martin, D. E. (1997). Determinants of citizen satisfaction with the police: The effects of residential location. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. 20 (4), 655-664.

Lai, Y-L., Cao, L., e Zhao, JS. (2010). The Impact of Political Entity on Confidence in Legal Authorities: A Comparison between China and Taiwan. *Journal of Criminal Justice*. 38 (5), 934-941.

Lalá. A. E. (2013). Estudo de base conselho municipal da cidade de Quelimane. Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos Municípios-MuniSA. In: *file:///C:/Users/user/Downloads/Estudo\_Base\_CM\_Quelimane\_CU\_ProgramaMuniSAM%20(1).pdf*. Acesso em 11/02/2016

MacDonald, J., Stokes, R. J., Ridgeway, G., e Riley, K. J. (2007). Race, neighbourhood context and perceptions of injustice by the police in Cincinnati. *Urban Studies*, 44(13), 2567-2585.

Magalhães, C.P. (2003). A Confiança nos Parlamentos Nacionais: Regras Institucionais, Representação e Responsabilização. *Análise Social*. 38 (167) 443-465

Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. ReportNumber, Lda.

Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2013). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de Psicologia*. 4 (1), 65-90.

Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP). (2010). Relatório de Balanço 2006 – 2009. Consultado em: <http://www.mpd.gov.mz/index.php/documentos/discursos/25-discurso-marp-18-janeiro-2010/file>. 28/02/2016

Mendes F. F. (2003). Capital Social: usos e definições do conceito nas Ciências Sociais. Consultado em: [http://www.academia.edu/1365878/Capital\\_Social\\_usos\\_e\\_defini%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_conceito\\_nas\\_Ci%C3%A7ncias\\_Sociais](http://www.academia.edu/1365878/Capital_Social_usos_e_defini%C3%A7%C3%B5es_do_conceito_nas_Ci%C3%A7ncias_Sociais). 09.04.2016

Morris, S. D., e Klesner, J. L. (2010). Corruption and trust: Theoretical considerations and evidence from Mexico. *Comparative Political Studies*. 43 (10), 1258-1285.

Mosse, M., e Gastrow, P. (2002). *Mozambique: Threats posed by the penetration of criminal networks*. Institute for Security Studies. Pretoria.

Muir, W. K. (1979). *Police: streetcorner politicians*. University of Chicago Press.

Muniz, J. (2006). Discricionariedade policial e a aplicação seletiva da lei na democracia. Algumas lições extraídas de Carl B. Klockars, NEV-USP.

Murphy, D. W., e Worrall, J. L. (1999). Residency requirements and public perceptions of the police in large municipalities. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. 22 (3), 327-342.

Murphy, K., e Cherney, A. (2011). Fostering cooperation with the police: How do ethnic minorities in Australia respond to procedural justice-based policing? *Australian & New Zealand Journal of Criminology*. 44 (2), 235-257.

Myhill, A. e Beak, K. (2008). Public Confidence in the Police. *British Journal of Criminology*. 52 (4) 744-764.

Myhill, A., e Bradford, B. (2012). Can police enhance public confidence by improving quality of service? Results from two surveys in England and Wales. *Policing and society*. 22 (4), 397-425.

Nagin, D. S. (1998). Criminal Deterrence Research at the Outset of the Twenty-First Century. *Crime and Justice*. (23) 1– 42.

Nalla, M. K., e Madan, M. (2012). Determinants of Citizens' Perceptions of Police–Community Cooperation in India: Implications for Community Policing. *Asian Journal of Criminology*. 7 (4) 277–294.

Newton, K., e Norris, P. (2000). Confidence in public institutions. *Disaffected democracies. What's troubling the trilateral countries*. Consultado em: <https://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/NEWTON.PDF>. 02.10.2015

Neyroud, P. (2009). Squaring the circles: research, evidence, policy-making, and police improvement in England and Wales. *Police practice and research: an international journal*. 10 (5-6), 437-449.

Niederhoffer, A. e Bluenberg, A. (1976). *The Ambivalent Force*. Dryden Press, Hindsdale, Illinois.

Nofziger, S., e Williams, L. S. (2005). Perceptions of police and safety in a small town. *Police Quarterly*. 8 (2), 248-270.

Norris, P. (1999). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. New York: Oxford University Press.

O'Connor, C. D. (2008). Citizen attitudes toward the police in Canada. *Policing: An international journal of police strategies & management*. 31 (4), 578-595.

Oliveira, J. A. (2011). Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 5 (9), 6-21

O'Neill, O. (2002). *A question of trust: The BBC Reith Lectures 2002*. Cambridge University Press.

Pelembe, A. A. (2005). *Contributos para a Segurança e Ordem Pública em Moçambique: o papel das Comunidades no policiamento*. Trabalho Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial (CDEP), Lisboa: ISCPSI.

Peter, M. B., (1977). A Macrosociological Theory of Social Structure. *The American Journal Sociology*. 83 (1), 26-54.

Priest, T. B, e Carter, D. B. (1999). Evaluations of Police Performance in an African American Sample. *Journal of Criminal Justice*. 27 (5), 457–65.

Punam, R. D. (1997). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Reiner, R. (2010). *The politics of the police*. Oxford University Press.

Reis, B. P. W. (2003). Capital Social e Confiança: Questões de Teoria e Método. *Revista de Sociologia e Política*. 21 (35) 35-49

Reisig, M. D. e Correia, M. E. (1997). Public Evaluations of Police Performance: An Analysis across Three Levels of Policing. *Police Studies* 20 (2): 311–25.

Reisig, M. D. e Parks, R. B. (2000). Experience, quality of life, and neighbourhood context: A hierarchical analysis of satisfaction with police. *Justice Quarterly*. 17 (3), 607-630.

Reisman, L., Lalá A. (2012). *Avaliação do Crime e Violência em Moçambique e Recomendações para a Redução da Violência*. Consultado em: [http://www.osisa.org/sites/default/files/cvpi\\_mozambique](http://www.osisa.org/sites/default/files/cvpi_mozambique). 02.12/2015.

Rennó, L. R.; Smith, A. E., Lloyd, M. L. e Pereira, F. (2011). *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP

Reynolds, K. M., Semukhina, O. B., e Demidov, N. N. (2008). A Longitudinal Analysis of Public Satisfaction with the Police in the Volgograd Region of Russia 1998—2005. *International Criminal Justice Review*. 18 (2), 158-189.

Rodrigues, A. (1969). Consistência cognitiva e comportamento social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. 21 (2), 9-86.

Rosenbaum, D. (2007). Police innovation post 1980: Assessing effectiveness and equity concerns in the information technology era. *Institute for the Prevention of Crime Review*. (1), 11-44.

Rothstein, B., e Uslaner, E. M. (2005). All for all: Equality, corruption, and social trust. *World politics*. 58 (01), 41-72.

Sampson, R. J., e Bartusch, D. J. (1998). Legal cynicism and (subcultural?) tolerance of deviance: The neighbourhood context of racial differences. *Law & Society Review*, 32 (4) 777-804.

Sampson, R. J., e Raudenbush, S. W. (1999). Systematic social observation of public spaces: A new look at disorder in urban neighbourhoods. *American Journal of Sociology*. 105 (3) 603-651.

Sampson, R. J., Morenoff, J. D., e Earls, F. (1999). Beyond social capital: Spatial dynamics of collective efficacy for children. *American sociological review*. (1), 633-660.

Sapori, L. F. Souza, S. B. (1999). Violência policial militar em Belo Horizonte: aspetos teóricos e empíricos. *Caxambu, Mimeografado*.

Scaglion, R., e Condon, R. G. (1980). Determinants of attitudes toward city police. *Criminology*. 17 (4) 485-494.

Seligson, M. A., Booth, J. e Gomez B., M. (2005). Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. *Opinião Pública*. 12 (1) 1-37

Seron, C., Pereira, J., e Kovath, J. (2004). Judging police misconduct: 'Street-level' versus professional policing. *Law and Society Review*. 38 (4) 665-710

Shabangu, T. (2000). A comparative inquiry into the nature of violence and crime in Mozambique and South Africa. In: *IDASA Safety and Security Programme*. Pretória.

Sherman, W, L. (2001) Consent of the governed: Police, democracy, and diversity in Policing, Security, and Democracy. In: Amir & Einstein, S. Office of International Criminal Justice: Huntsville, TX, 17-32.

Silva, B. F. A. (2004) Coesão Social, Desordem Percebida e Vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Dissertação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Silva, C. M. S. (2003). Sentimento de insegurança: conceitos e variáveis. Tese de Mestrado. FDUP.

Silva, G. F. e Beato, C. (2013). Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contacto individual. *Opinião Pública*. 19 (1), 118-153

Silva, J. C. (2011). Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 5 (8), 78-88

Sims, B., Hooper, M., e Peterson, S. A. (2002). Determinants of citizens' attitudes toward police: Results of the Harrisburg citizen survey-1999. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. 25 (3), 457-471.

Skogan, W. G. (1978). Citizen satisfaction with police services: individual and contextual effects. *Policy Studies Journal*. 7 (1), 469-479.

Skogan, W. G. (2009). Concern About Crime and Confidence in the Police Reassurance or Accountability? *Police Quarterly*. 12 (3), 301-318.

Skogan, W. G., e Hartnett, S. M. (1997). *Community policing, Chicago style*. New York/Oxford: Oxford University Press.

Skolnick, J. (1996). *Justice without trial*. New York.

Skolnick, J. H., e Bayley, D. H. (1988). Theme and variation in community policing: Crime and justice: *A Review of research*, (10) 1-37.

Stoutland, S. E. (2001). The multiple dimensions of trust in resident/police relations in Boston. *Journal of Research in Crime and Delinquency*. 38 (3), 226–256.

Sunshine, J., e Tyler, R. T. (2003). The role of Procedural Justice and Legitimacy in Shaping Public Support for Policing. *Law & Society Review*. 37 (3), 513-48

Tankebe, J. (2008). Police effectiveness and police trustworthiness in Ghana: An empirical appraisal. *Criminology and Criminal Justice*. 8 (2), 185-202.

Telep, C. W., & Weisburd, D. (2012). What is known about the effectiveness of police practices in reducing crime and disorder?. *Police Quarterly*, 1098611112447611.

Terpstra, J. (2011). Two theories on the police. *International Journal of Law, Crime and Justice*. 39 (1), 1-11.

Terpstra, J. (2012) Citizens trust in the police Assessing the impact of procedural justice, the instrumental approach, and proximity policing in an international comparative perspective. *Thesis of Master Social & Cultural Science Radboud*. University Nijmegen

Terpstra, J., e Trommel, W. (2009). Police, managerialization and presentational strategies. *Policing: International Journal of Police Strategies & Management*. 32 (1), 128-143.

Terpstra, J., e Vijve, V. K. (2006). The police, changing security arrangements and late modernity: The case of The Netherlands. *German Policy Studies*. 3 (1), 80-111. 79

Tewksbury, R. e West, A. (2001). Crime victims' satisfaction with police services: An assessment in one urban community. *Justice Professional*. 14. (1), 271-285.

Tilley, N. (2003). Community Policing, Problem-oriented Policing and Intelligence Led Policing. In: T. Newburn (ed) Handbook of Policing. Cullompton, Devon: Willan.

Trojanowicz, R., e Bucqueroux, B. (1990). *Community policing: A contemporary perspective*. Cincinnati, OH: Anderson.

Tvedten, I., Manguelze, L. e Uate, A. (2015). Resumo de Política de Gestão dos Resíduos Sólidos em Maputo, Moçambique. *CMI BRIEF*. 14 (4) 1-4.

Tyler, T. R. (1988). What is procedural justice? Criteria used by citizens to assess the fairness of legal procedures. *Law & Society Review*. 22 (1), 103-136.

Tyler, T. R. (1990). *Why People Obey and Law*. New Haven, CT: Yale University Press.

Tyler, T. R. (2003). Procedural justice, legitimacy, and the effective rule of law. *Crime and Justice*. (30), 283-357.

Tyler, T. R. (2004). Enhancing police legitimacy. *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*. 593 (1), 84-99.

Tyler, T. R. (2005). Policing in Black and White: Ethnic group differences in trust and confidence in the police. *Police Quarterly*. 8 (3), 322– 342.

Tyler, T. R. (2007). Procedural Justice and the Courts. *Court Review: The Journal of the American Judges Association*. 1/2 (44), 25-31

Tyler, T. R., e Fagan, J. (2008). Legitimacy and Cooperation: Why Do People Help the Police Fight Crime in Their Communities. *Ohio State Journal of Criminal Law*. (6), 231-275.

Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, reimpressão da 3ª Ed. Fevereiro de 2012, Coimbra: Almedina.

Van Craen, M. (2012). Determinants of ethnic minority confidence in the police. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38 (7), 1029-1047.

Ventura, A G; Pazero, R., Hoelich, S., Alessa, B., Llop, J. M. (2013) *Perfil de dados básicos das cidades de Moçambique*. Maputo.

Verena, A. E Magalhães, S. (2013) *Relatório sobre as condições do planeamento urbano, habitação e infraestruturas em Maputo - Moçambique*. Maputo.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa. Edições Sílabo.

Weitzer, R. (2005). Determinants of Public Satisfaction with the Police. *Police Quarterly*. 8 (3), 279–97.

Weitzer, R., Tuch, S. A. (2004). Race and perceptions of police misconduct. *Social Problems*. 51 (3), 305 –325.

Wu, Y. (2012). Trust in Police: A Comparison of China and Taiwan. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice* 36 (3), 189–210.

Wu, Y. e Sun, Y. I. (2009). Citizen Trust in Police The Case of China. *Police Quarterly* 12 (2), 170–91.

Wycoff, M. A. (1982). The Role of Municipal Police: Research as a Prelude to Changing It: Technical Report. *Washington, DC: Police Foundation*.

Xavier, H. (2013). Autárquicas 2013 Quelimane: a cidade que se renova. Consultado em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/39197-quelimane-a-cidade-que-se-renova>. 11/02/2016

Yusuf, Y. e Tepe, F. (2013). Citizen Satisfaction With Police And Community Policing. *European Scientific Journal*. 9 (14), 1857 – 7881

\_\_\_\_\_ Pirâmides populacionais do mundo desde 1950 ate 2100. Consultado em: <https://populationpyramid.net/pt/mocambique/2015>. 28/02/2016

## Anexos

### Anexo I: Tabela 30

**Tabela 30:** Variáveis/itens

Categoria	Grupo	Variável/item	$\alpha$	Sig.
Variável dependente	Polícia	Confiança na polícia [0-Nenhuma confiara, 10-toda confiança]	-	.000
		Perceção de eficácia da polícia [0-extremamente ineficaz, 10-extremamente eficaz]	.732	.000
		Satisfação com o trabalho da polícia [0-extremamente insatisfeito, 10-extremamente satisfeito]	-	.000
Variável independente	Sócio-demográficos	Género [1-masculino, 2-feminino]	-	.000
		Estado civil [1-casado ou união de facto, 2-solteiro]	-	.000
		Ocupação [1-empregado ou com alguma ocupação, 2-desempregados]	-	.000
		Proporção do rendimento [1-baixo, 3-alto]	-	.000
		Anos de escolaridade [0-16]	-	.000
		Idade [18-65 anos]	-	.000
	Confiança nos outros	Perceção de honestidade dos outros [0-a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de mim, 10-a maior parte das pessoas é honesta]	-	.000
		Perceção sobre a preocupação com os outros [0-as pessoas estão preocupadas com elas próprias, 10-as pessoas tentam ajudar os outros]	-	.000
	Capital social	Frequência de participação em convívios <sup>38</sup>	-	.000
		Regularidade de participação em atividades sociais <sup>39</sup>	-	.000
	Controlo social informal	Probabilidade de dirigir-se a alguém que despejou lixo na rua e pedir que limpe [1-nada provável, 4-muito provável]	-	.000
		Probabilidade de avisar outros moradores sobre um estranho que anda a rondar a zona [1-nada provável, 4-muito provável]	-	.000
	Desordens e Criminalidade	Perceção de desordens [1-nada frequente, 4-muito frequente]	.809	.000
		Medo do crime [1-muito seguro, 4-muito inseguro]	-	.000
		Preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime [0-nunca, 3-sempre ou quase sempre]	.996	.000
Efeito da preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime [1-		.880	.000	

<sup>38</sup> Nunca, menos de uma vez por mês, uma vez por mês, várias vezes por mês, uma vez por semana, várias vezes por semana e todos os dias;

<sup>39</sup> Muito menos que a maioria, menos que a maioria, o mesmo que a maioria, mais que a maioria, muito mais que a maioria;

	nenhum efeito sério na sua qualidade de vida, -um efeito sério na sua qualidade de vida]		
	Perceção volume da criminalidade no país [1-diminuiu bastante, 5-aumentou bastante]	-	.000
	Fontes de informação <sup>40</sup>	-	.000
	Prevalência da Vitimação [0-não, 1-]	-	.000
	Incidência da vitimação [-]	-	.000
Polícia	Contatos voluntários [0-não, 1-sim]		.000
	Contatos compulsivos [0-não, 1-sim]		.000
	Alinhamento moral com a polícia [1-discordo totalmente, 5-concordo totalmente]	702	.000
	Dever de obediência á polícia [0-não tenho nenhum dever, 10 tenho todo dever]	.986	.000
	Perceção de legalidade da polícia [0-nunca, 10-sempre]	.849	.000
	Perceção de rapidez da polícia [0-extremamente lenta, 10-extremamente rápida]		.000
	Equidade procedimental da polícia [1-Raramente, 4 Muito frequentemente]	.709	.000
	Justiça distributiva da polícia [1-Trata pior os ricos, 3-trata ricos e pobres da mesma maneira]	-	.000
	Perceção do respeito de direitos humanos [1-raramente, 4-todos os dias]	-	.000
	Visibilidade da polícia a pé [0-nunca, 3-todos os dias]	-	.000
	Visibilidade da polícia em carro-patrolha [0-nunca, 3-todos os dias]	-	.000
	Cooperação com a polícia [1-nada provável, 4-Muito provável]	.817	.000
	Instituição a contactar ou procedimento a adoptar para resolução de situação de crime <sup>41</sup>	-	.000
Outras	Confiança no Parlamento (Assembleia da República) [0-Nenhuma confiança, 10-toda confiança]	-	.000
	Confiança nos Partidos políticos [0-Nenhuma confiança, 10-toda confiança]	-	.000
	Confiança no Tribunal judicial [0-Nenhuma confiança, 10-toda confiança]	-	.000
	Confiança na Imprensa (rádio, jornais escrito e televisão) [0-Nenhuma confiança, 10-toda confiança]	-	.000

<sup>40</sup> Experiencia pessoal, familiares e amigos próximos, jornais locais, notícia da televisão ou rádio, internet, e informação de outras pessoas (ouvir dizer)

<sup>41</sup> Queixar ou denunciar na polícia, Queixar ou denunciar no tribunal judicial, chamar a imprensa, queixar ou denunciar as autoridades comunitárias e outras:quais\_\_\_\_\_

	Confiança na Igreja [0-Nenhuma confiança, 10-toda confiança]	-	.000
	Confiança nas autoridades comunitárias [0-Nenhuma confiança, 10-toda confiança]	-	.000
	Confiança na vizinhança [0-Nenhuma confiança, 10-toda confiança]	-	.000
	Satisfação com a vida no geral [0-extremamente insatisfeito, 10-extremamente satisfeito]	-	.000
	Satisfação com a forma com que o governo está a atuar [0-extremamente insatisfeito, 10-extremamente satisfeito]	-	.000

( $\alpha$ ) - alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach resultante do teste de consistência interna dos itens.

Sig.- Resultante do teste de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov*

## Anexo II: Questionário

### APRESENTAÇÃO

Bom dia/tarde. Sou estudante na Faculdade de Direito da Universidade do Porto e estou a realizar um inquérito com vista a recolher dados para a minha dissertação de Mestrado. Gostaria de lhe colocar algumas questões, que irão demorar no máximo 10 minutos, sendo as suas respostas **CONFIDENCIAIS E ANÓNIMAS**. Em nenhum momento lhe serão pedidos dados de identificação individual.

### GRUPO I

**Para fins de tratamento estatístico, gostaria que me dissesse:**

1.1 Cidade \_\_\_\_\_ (A preencher pelo entrevistador)

1.2 Reside nesta Cidade? Sim  Outra: Zona rural  Zona Urbana

1.3 Género: Masculino  Feminino

1.4 Idade

1.5 Habilitações Literárias: anos de escolaridade concluídos

Nenhuma   <sup>a</sup> Classe  Curso Superior  Sim  Não  A frequentar

1.6 Estado civil:

	Com filho (s)	Sem Filho (s)
Solteiro		
Casado /união de facto		
Viúvo/a		

1.7 Se tivesse que definir o seu rendimento mensal e comparando com a população em geral, diria que tem um rendimento:

Baixo  Médio  Alto

1.8 Ocupação

Desempregado  Estudante  Emprego  Outra: Qual \_\_\_\_\_

### GRUPO II: AGORA VOU LHE FAZER ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE SI EM RELAÇÃO A OUTRAS PESSOAS

**2.1 Utilizando uma escala de 0 (A maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de mim) a 10 (A maior parte das pessoas é honesta): Acha que a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de si sempre que pode, ou pensa que a maior parte das pessoas é honesta?**

A maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de mim	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	A maior parte das pessoas é honesta	(Rec.)	(NS)
--	------------------------	-------------------------------------	--------	------

**2.2 Utilizando uma escala de 0 (As pessoas estão preocupadas com elas próprias) a 10 (As pessoas tentam ajudar os outros): Acha que a maior parte das pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que tentam ajudar os outros?**

As pessoas estão preocupadas com elas próprias	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	As pessoas tentam ajudar os outros	(Rec.)	(NS)
--	------------------------	------------------------------------	--------	------

**2.3 Com que frequência convive com amigos, familiares ou colegas de trabalho?**

Nunca	Menos de uma vez por mês	Uma vez por mês	Várias vezes por mês	Uma vez por semana	Várias vezes por semana	Todos os dias	(Rec.)	(NS)
-------	--------------------------	-----------------	----------------------	--------------------	-------------------------	---------------	--------	------

**2.4 Comparando com pessoas da sua idade, com que regularidade é que participa em atividades sociais?**

Muito menos que a maioria	Menos que a maioria	O mesmo que a maioria	Mais que a maioria	Muito mais que a maioria	(Rec.)	(NS)
---------------------------	---------------------	-----------------------	--------------------	--------------------------	--------	------

**2.5 Numa escala de 1 (Nada Provável) a 4 (Muito Provável), gostava de saber a sua opinião em relação a cada uma das seguintes situações se elas acontecessem na sua zona de residência:**

	Nada Provável	Pouco Provável	Provável	Muito Provável
Alguém da sua área de residência despeja lixo na rua da zona ou o Sr.(a) mora. Com que probabilidade é que um dos seus vizinhos se dirige a ele e lhe pede para limpar o que sujou				
Um estranho com aspetos suspeitos anda a rondar a zona onde o Sr.(a) mora. Com que probabilidade é que um dos seus vizinhos avisa outros moradores para estarem alerta				

**GRUPO III: AGORA LHE VOU FAZER ALGUMAS PERGUNTAS RELATIVAS A SUA ZONA DE RESIDÊNCIA, CRIMINALIDADE E A SUA PERCEÇÃO EM RELAÇÃO A SEGURANÇA QUE SENTE NO SEU BAIRRO.**

**3.1 Gostaria que me desse a sua opinião sobre a frequência dos seguintes fenómenos na sua zona de residência, numa escala de 1 (Nada Frequente) a 4 (Muito Frequente)**

	Nada Frequente	Pouco Frequente	Frequente	Muito frequente
Agressões				
Alcoolismo				
Barulho a noite				
Cães vadios				
Consumo de drogas				
Degradação dos Espaços Públicos				
Habitacões devolutas (casas abandonadas)				
Lixo espalhado no chão				
Mendicidade (andar a pedir e sem abrigos)				
Prostituição				
Vandalismo				

**3.2 O que acha que aconteceu relativamente a criminalidade no país (Moçambique) ao longo dos últimos anos**

Aumentou bastante O Aumentou um pouco O Manteve-se constante O Diminuiu um pouco O Diminuiu bastante O

**3.3 O que acha que aconteceu relativamente a criminalidade nesta cidade ao longo dos últimos anos**

Aumentou bastante O Aumentou um pouco O Manteve-se constante O Diminuiu um pouco O Diminuiu bastante O

**3.4 O que acha que aconteceu relativamente à corrupção no país (Moçambique) ao longo dos últimos anos?**

Aumentou bastante O Aumentou um pouco O Manteve-se constante O Diminuiu um pouco O Diminuiu bastante O

**3.5 O que acha que aconteceu relativamente a corrupção na Polícia ao longo dos últimos anos**

Aumentou bastante O Aumentou um pouco O Manteve-se constante O Diminuiu um pouco O Diminuiu bastante O

**3.6 Quais destas fontes é que diria que lhe deram a informação sobre a criminalidade nesta cidade ao longo dos últimos anos?**

Experiência pessoal	Familiares e ou amigos próximos	Jornais locais	Notícia na televisão/rádio	Internet	Informações de outras pessoas (ouvir dizer)
---------------------	---------------------------------	----------------	----------------------------	----------	---

**3.7 Nos últimos 5 anos o (a) sr (a) foi vítima de um dos seguintes crimes?**

	Não	Sim	Nº de vezes	Procurou à Polícia	
				Sim	Não
Roubo de algum objeto que estivesse no interior do seu veículo (carteira, telemóvel...) ou de alguma peça do veículo (autorrádio, retrovisor, jantes...)					
Roubo do seu veículo					
Alguém roubou ou tentou roubar alguma coisa na sua casa					
Outro tipo de roubo sem ter havido violência da parte do assaltante					
Outro tipo de roubo com violência da parte do assaltante					
Ameaça de agressão					

**3.8 Numa escala de 1 (muito seguro) a 4 (muito inseguro), gostaria que me dissesse: qual o nível de segurança que sente quando anda sozinho (a) no seu bairro depois de escurecer? “Ou que sentiria se andasse sozinho (a) no seu bairro depois de escurecer?”**

Muito seguro (a)	Seguro (a)	Inseguro (a)	Muito Inseguro (a)	(Rec.)	(NS)
------------------	------------	--------------	--------------------	--------	------

**3.9 Numa escala de 1 (Sempre ou quase sempre) a 4 (Nunca), gostaria que me dissesse com que frequência se preocupa com a possibilidade de:**

	Sempre ou quase sempre	Algumas vezes	Só as vezes	Nunca	(Rec.)	(NS)
Sua casa ser assaltada						
Ser vítima de crime violento						

**3.10 Numa escala de 1 (Um efeito sério na sua qualidade de vida) a 3 (Nenhum efeito na sua qualidade de vida), gostaria que me dissesse o efeito da preocupação que tem por:**

	Um efeito sério na sua qualidade de vida	Algum efeito	Nenhum efeito na sua qualidade de vida	(Rec.)	(NS)
Sua casa ser assaltada					
Ser vítima de crime violento					

**GRUPO IV: AGORA VAMOS MUDAR DE ASSUNTO E GOSTARIA DE TER OPINIÕES AO SR. (A), RELATIVAS A POLÍCIA, SUA ATUAÇÃO E SUA CONFIANÇA PESSOAL**

**4.1 Nos últimos cinco anos o Senhor. (a) teve contato com a polícia em alguma das seguintes situações?”**

	“CASO SIM“: Diga-me em que medida ficou, insatisfeito(a) ou satisfeito(a), com o modo como a polícia o(a) tratou da última vez que isso aconteceu					
	Não	Sim	Muito insatisfeito(a)	Insatisfeito (a)	Satisfeito (a)	Muito satisfeito(a)
Solicitar informação a um polícia:						
Procurou por ter sido vítima de um crime:						

Procurou devido acidente de trânsito:						
Informou-se sobre crime por polícias						
Foi revistado por polícias:						
Teve contato para resolver conflito						
Foi abordado numa investigação de crime:						
Foi parado numa operação de trânsito						
*Foi abordado e solicitado documento de identificação?						

**4.2 Numa escala de 1 (Nunca) a 4 (Todos os dias), quanto a ação da Polícia gostaria que me dissesse com que frequência é que passa pela sua rua**

	Nunca	Raramente	Quase todos os dias	Todos os dias
Um ou mais agentes da Polícia a pé				
Um carro-patrolha da Polícia				

**4.3 Com base no que tem ouvido falar ou presenciado, e numa escala de 0 (extremamente ineficaz) a 10 (extremamente eficaz), gostaria que me dissesse em que medida acha que a Polícia é eficaz para:**

4.3.1 Prevenir crimes em que é usada a violência física ou ameaça de violência na sua cidade

Extremamente ineficaz	:0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Extremamente eficaz	:(Rec.)	:(NS)
-----------------------	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------	---------	-------

4.3.2 Para apanhar/encontrar assaltantes de casas

Extremamente ineficaz	:0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Extremamente eficaz	:(Rec.)	:(NS)
-----------------------	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------	---------	-------

**4.4 Numa escala onde 0 (extremamente lenta) a 10 (extremamente rápida) gostaria que me dissesse em que medida acha que a polícia seria lenta ou rápida a chegar depois de ter sido chamada se houver um crime violento, na sua zona de residência.**

Extremamente lenta	:0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Extremamente rápida	:(Rec.)	:(NS)
--------------------	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------------------	---------	-------

**4.5 Tendo em conta situações de que tenha ouvido falar ou presenciado, usando uma escala de 1 (raramente) a 4 (Muito Frequente), gostaria que me dissesse com que frequência acha que a polícia**

	Raramente	Algumas vezes	Frequente	Muito frequentemente?	(Rec.)	(NS)
Trata as pessoas com respeito						
Toma decisões imparciais nos casos com que lida?						
Justifica as suas decisões e ações quando isso lhe é pedido ao lidar com as pessoas						

**4.6 Tendo em conta situações que tenha ouvido falar ou presenciado, gostaria que me disse a frequência com que a polícia respeita os direitos dos cidadãos durante a intervenção em manifestações e ou greves. Use uma escala onde 1 (raramente) a 4 (muito frequente).**

Raramente	:1	2	3	4	Muito frequente	:(Rec.)	:(NS)
-----------	----	---	---	---	-----------------	---------	-------

**4.7 Com base no que tem ouvido falar ou presenciado, gostaria que me respondesse: quando as vítimas de um crime vão à polícia apresentar queixa, acha que a polícia trata pior os ricos, trata pior os pobres ou trata da mesma maneira ricos e pobres?**

Trata pior os ricos : Trata pior os pobres : Trata ricos e pobres da mesma maneira : (Rec.) : (NS)

**4.8 Numa escala onde 0 (Nunca) a 10 (Sempre), gostaria que me dissesse em que medida acha que a polícia aceita subornos?**

Nunca : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Sempre : (Rec.) : (NS)

**4.9 Numa escala onde 0 significa (Nunca) a 10 significa (Sempre), gostaria que me dissesse em que medida acha que:**

4.9.1 Os policiais estão envolvidos nos crimes de sequestros/raptos

Nunca : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Sempre : (Rec.) : (NS)

4.9.2 Os policiais estão envolvidos nos crimes de roubos com recurso a mão armada

Nunca : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Sempre : (Rec.) : (NS)

**4.10 Numa escala de 1 (concorda totalmente) a 5 (Discorda totalmente), diga me em que medida concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações sobre a polícia:**

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	(Rec.)	(NS)
A polícia tem geralmente o mesmo sentido de certo e errado que o sr (a) tem							
A polícia defende valores que são importantes para pessoas como o sr. (a)							
A Polícia faz um bom trabalho							
Em geral está de acordo com o modo como a polícia costuma atuar?							

**4.11 Numa escala de 0 (não tenho nenhum dever) a 10 (tenho todo dever), gostaria que me dissesse: Em que medida acha que tem o dever de:**

4.11.1 Apoiar as decisões da polícia, mesmo que não concorde com elas?

Não tenho nenhum dever : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Tenho todo dever : (Rec.) : (NS)

4.11.2 Fazer o que a polícia diz, mesmo que não compreenda as razões ou não concorde com elas?

Não tenho nenhum dever : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Tenho todo dever : (Rec.) : (NS)

4.11.3 Fazer o que a polícia lhe diz, mesmo que não goste do modo como for tratado?

Não tenho nenhum dever : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Tenho todo dever : (Rec.) : (NS)

**4.12 Vou agora lhe fazer algumas perguntas sobre o que faria se fosse a única pessoa a ter testemunhado um crime.**

	Nada provável	Pouco provável	Provável	Muito provável	(Rec.)	(NS)
Imagine que estava na rua e via alguém a empurrar um homem para o chão e a roubar-lhe a carteira: Qual seria a probabilidade de o(a) Sr.(a) chamar a polícia?						
Imagine que estava na rua e via alguém a empurrar um homem para o chão e a roubar-lhe a carteira: Em que medida estaria disposto(a) a identificar a pessoa acusada?						

**4.13 Agora utilizando uma escala em de 0 (extremamente insatisfeito) a 10 (extremamente satisfeito), gostaria que me dissesse:**

4.13.1 O seu grau de satisfação com o trabalho da Polícia

Extremamente insatisfeito : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Extremamente satisfeito : (Rec.) : (NS)

**4.14 Gostaria que me dissesse, como iria proceder se tivesse quase certeza de, ou encontrasse alguém a roubar em sua casa ou na casa do seu vizinho?**

Queixar ou denunciar a polícia : Queixar ou denunciar ao tribunal : Chamar à imprensa : Queixar ou denunciar ao tribunal comunitário : Outra (qual?)

**4.15 Gostaria que me dissesse como iria proceder se alguém for encontrado a cometer um crime violento.**

Queixar ou denunciar a polícia : Queixar ou denunciar ao tribunal : Chamar à imprensa : Queixar ou denunciar ao tribunal comunitário : (Outra qual?)

**GRUPO V: AGORA VOU LHE COLOCAR ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE A CONFIANÇA QUE TEM EM ALGUMAS INSTITUIÇÕES E A SUA SATISFAÇÃO COM A VIDA NO GERAL.**

**5.1 Agora utilizando uma escala em de 0 (extremamente insatisfeito) a 10 (extremamente satisfeito), gostaria que me dissesse:**

5.1.1 Tudo somado, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral?

Extremamente insatisfeito : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Extremamente satisfeito : (Rec.) : (NS)

5.1.2 Pense agora no governo moçambicano. Qual é o seu grau de satisfação com a forma como o governo está a atuar?

Extremamente insatisfeito : 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 : Extremamente satisfeito : (Rec.) : (NS)

**5.2 Agora numa escala de 0 para quem não tem (nenhuma confiança) a 10 para quem (toda confiança), gostaria que me dissesse o qual é a confiança pessoal que tem em cada uma das instituições seguintes:**

	Nenhuma confiança	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Toda confiança	(Rec.)	(NS)
Polícia	Nenhuma confiança	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Toda confiança	(Rec.)	(NS)
Parlamento (Assembleia da República)	Nenhuma confiança	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Toda confiança		
Partidos Políticos	Nenhuma confiança	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Toda confiança		
Tribunal judicial	Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Toda		

	confiança		confiança		
Imprensa (rádio, Jornal e televisão)	Nenhuma confiança	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	Toda confiança		
Igreja	Nenhuma confiança	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	Toda confiança		
Autoridades comunitárias (secretário do bairro)	Nenhuma confiança	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	Toda confiança		
Vizinhança	Nenhuma confiança	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	Toda confiança		

**Muito obrigado pela sua atenção, esforço e contributos!**